

3.1. RELEVÂNCIA SOCIAL DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, iniciou suas atividades no ano de 1998 e se configura como Graduação Plena. Com duração mínima de cinco anos (ou dez semestres), se propõe a formar Engenheiros Civis para atuar no setor produtivo da indústria da construção civil, seguindo uma abordagem sistêmica dos processos vinculados a essa indústria.

O Curso com sede na Capital do Estado, permite atender a demanda da Região Metropolitana de Salvador, constituída por diversos municípios e, também, outras áreas do Estado. Tem-se reconhecida a importância social e econômica da atuação do Engenheiro Civil, que deve responder pelo atendimento de funções básicas da sociedade em que está inserido, com a finalidade de bem estar e desenvolvimento.

O Projeto do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil é o resultado de debates promovidos pelos docentes do Curso, a respeito do desafio de preparar o profissional do segmento produtivo da construção civil, para as novas demandas do mundo do trabalho e da contemporaneidade. Neste processo, o segmento produtivo da construção civil tem fundamental importância, na medida em que se configura como um dos pilares da economia e do desenvolvimento tecnológico, social e ambiental de um país.

A estratégia adotada para vencer esse desafio é desenhar uma formação profissional mais moderna, que permita que o conhecimento específico seja um instrumento para o profissional compreender o mundo em que vive, observando, analisando, transformando e contribuindo para uma sociedade melhor. O profissional formado, também, estará preparado para integrar o conhecimento específico de sua formação a conhecimentos generalistas, ou mesmo conhecimentos de outras naturezas.

Com vistas à formação desse novo profissional foram estudadas e integradas ao debate a Resolução Nº 288 de 07/12/1983 do Conselho Federal de Engenharia,

Arquitetura e Agronomia, CONFEA e a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior 11, de 11 de março de 2002.

Desde a Primeira Revolução Industrial a Engenharia Civil tornou-se uma das mais, se não a mais importante área do ponto de vista econômico e social do mundo, afinal são milhões de pessoas beneficiadas todos os anos pelas inúmeras obras que surgem a cada dia, revelando o papel social que as instituições de ensino, no caso, que contemplam os cursos de engenharia civil representam para a área onde está inserido, ao tempo que promove e fortalece o município e adjacências.

A sociedade contemporânea tem vivenciado rápidas modificações e essas se refletem claramente no seu cotidiano. Para acompanhar essas alterações, governos e a sociedade buscam soluções atreladas ao desenvolvimento sustentável, onde a engenharia se mostra como sustentação. Diversos setores da sociedade se organizam com o propósito de viabilizar melhorias para o desenvolvimento que está vinculado a construção civil.

3.2. ATO DE AUTORIZAÇÃO

O Curso de Engenharia de Produção Civil - Bacharelado do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) – Campus I – Salvador foi criado e autorizado a funcionar por meio da Resolução nº 187/98 do CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO(CONSEPE) de 27/03/1998. Posteriormente, o curso de Engenharia de Produção Civil foi reconhecido pelo Decreto Estadual nº 9.301 de 04/01/2005, publicado no D.O.E. de 05/01/2005, na forma do Parecer CEE nº.367/2004.

A Resolução CONSEPE nº. 1759/2014 autoriza o apostilamento no verso dos diplomas dos egressos do Curso de Engenharia Civil - Bacharelado.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

RESOLUÇÃO N.º 187/98

Cria o curso de ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL, autorizando o seu funcionamento.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no uso de suas atribuições, de acordo com o que consta no processo n.º 0603970063109, com o parecer da Câmara de Ensino e a deliberação do Conselho Pleno, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o curso de Engenharia de Produção Civil, autorizando o seu funcionamento, com oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, preenchidas através de processo seletivo, em regime semestral por disciplina, funcionando nos turnos vespertino e noturno, com carga horária total de 3.910 horas/aulas e 187 créditos, tempo de integralização curricular mínimo de 10 (dez) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres, consoante o projeto proposto.

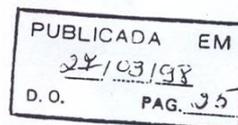
Art. 2º - A administração da Universidade adotará as providências necessárias para o regular funcionamento da oferta de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de março de 1998

Luiz Alves do Sacramento
Luiz Alves do Sacramento

Presidente do CONSEPE



DECRETO Nº 9.301 DE 04 DE JANEIRO DE 2005

Reconhece o Curso de Bacharelado em Engenharia da Produção Civil, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, baseado no disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 7.308, de 02 de fevereiro de 1998, e à vista do constante do Processo CEE nº 0029418-6/2003,

DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de Bacharelado em Engenharia da Produção Civil, ministrado no Município de Salvador - BA, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, na forma do Parecer CEE 367/2004, publicado no Diário Oficial do Estado, de 17.12.2004.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 04 de janeiro de 2005.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho
Secretário de Governo

Anaci Bispo Paim
Secretária da Educação



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

RESOLUÇÃO N.º 386/2000

**Altera o Artigo 1º da Resolução n.º
187/98 – CONSEPE, de 20-03-98.
Curso: Engenharia de Produção Civil
D.C.E.T. – Campus I – Salvador.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO-CONSEPE** da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no uso de suas
atribuições, “ad referendum” do Conselho Pleno, tendo em vista o que consta nos processos n.º s
0603970063109 e 0603000075350,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o Art. 1º da Resolução n.º 187/98 – CONSEPE, no que se refere à
carga horária e à creditação do Curso de Engenharia de Produção Civil, oferecido no
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – Campus I – Salvador, da seguinte forma:

Onde se lê:

“... com carga horária total de 3.910 horas/aula e 187 créditos...”

Leia-se:

“... com carga horária de 4.020 horas/aula e 194 créditos...”.

Gabinete da Presidência do CONSEPE, 16 de novembro de 2000

Ivete Alves do Sacramento

Presidente do CONSEPE

Resolução Nº. 1759/2014

Autorizar apostilamento no verso dos diplomas dos egressos do Curso de Engenharia Civil - Bacharelado, e dá outras providências. DCET/Campus I - Salvador.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, ad referendum do Conselho Pleno, com fundamento no art. 12, § 5º do Regimento Geral da UNEB, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0603130252490, após parecer favorável da relatora designada, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a Secretaria Especial de Registro de Diplomas e Certificados (SERDIC), a registrar, na forma de apostilamento, no verso dos diplomas dos egressos do Curso de Engenharia de Produção Civil - Bacharelado, ofertado pelo Departamento de Ciências Exatas e da Terra do Campus I (DCET-I) - Salvador da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os seguintes termos: "O Curso de Engenharia de Produção Civil da UNEB contempla o disposto no Art. 1º da Resolução nº 288/1983, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que em sua alínea a) designa o título de Engenheiro Civil aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção".

§ 1º. O apostilamento de que trata o caput deste artigo, para os egressos até 2013.1, será feito mediante manifestação de interesse por parte de cada egresso.

§ 2º. A tramitação dos requerimentos de solicitação do apostilamento deverá ter início na Secretaria do Curso de Engenharia de Produção Civil / DCET-I. Art. 2º. Determinar que o Colegiado de Curso de Engenharia de Produção Civil DCET-I, apresente ao CONSEPE, proposta de redimensionamento curricular para o referido Curso, com indicação explícita do nome do Curso que substituirá o atual Curso de Engenharia de Produção Civil, com validade a partir do seu ano de implantação, bem como a nova titulação dos egressos concluintes.

Parágrafo Único: O novo Curso abrangerá somente alunos ingressantes, a partir do seu ano de implantação.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do CONSEPE, 26 de fevereiro de 2014.

José Bites de Carvalho
Presidente do CONSEPE

TERMO DE RETI-RATIFICAÇÃO

Ref.: Resolução CONSEPE nº 1.759/2014 (D.O.E. 07-03-2014, p. 32).

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando a necessidade de ajustar o teor da Resolução CONSEPE nº 1.759/2014, de 26-02-2014, RESOLVE:

01. No artigo 1º da citada Resolução, fica retificado, como emenda aditiva, no final do caput;

Onde se lê:

“O Curso de Engenharia de Produção Civil da UNEB contempla o disposto no Art. 1º da Resolução nº 288/1983, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que em sua alínea a) designa o título de Engenheiro Civil aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção”.

Leia-se:

“O Curso de Engenharia de Produção Civil da UNEB contempla o disposto no Art. 1º da Resolução nº 288/1983, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que em sua alínea a) designa o título de Engenheiro Civil aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção – ÁREA CIVIL”.

02. Ficam ratificados todos os demais termos da dita Resolução.

Gabinete da Presidência do CONSEPE, 13 de maio de 2014.

José Bites de Carvalho
Presidente do CONSEPE

3.3. BASE LEGAL

Abaixo encontram-se os seguintes documentos correspondentes a legislação específica do curso:

- ✓ Resolução CNE/CES 11 de 11.03.2002 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior – Diretrizes Curriculares.
- ✓ Resolução CNE/CES 2 de 18.06.2007 do conselho Nacional de Educação e da câmara de Ensino Superior.
- ✓ Lei no 5.194/66 de 24.12.1966.
- ✓ Resolução nº 218/1973 de 29.06.1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.
- ✓ Resolução nº 205/1971 de 30.09.1971 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.
- ✓ Resolução nº 288 de 07/12/1983, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.
- ✓ Resolução nº 473/2002, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.
- ✓ Resolução nº. 1040/2012, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Salientamos mais uma vez que o apostilamento conforme a Resolução nº. 1759/2014 do CONSEPE, desta Universidade que designa o título de Engenheiro Civil aos profissionais diplomados no Curso de Engenharia de Produção Civil.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 11, DE 11 DE MARÇO DE 2002. (*)

**Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do
Curso de Graduação em Engenharia.**

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "c", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CES 1.362/2001, de 12 de dezembro de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 22 de fevereiro de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Engenharia definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de engenheiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Engenharia das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º O Curso de Graduação em Engenharia tem como perfil do formando egresso/profissional o engenheiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Art. 4º A formação do engenheiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- I - aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia;
- II - projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;
- III - conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- IV - planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia;
- V - identificar, formular e resolver problemas de engenharia;
- VI - desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- VI - supervisionar a operação e a manutenção de sistemas;
- VII - avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas;
- VIII - comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- IX - atuar em equipes multidisciplinares;
- X - compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais;
- XI - avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental;
- XII - avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia;
- XIII - assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

Art. 5º Cada curso de Engenharia deve possuir um projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. Ênfase deve ser dada à necessidade de se reduzir o tempo em sala de aula, favorecendo o trabalho individual e em grupo dos estudantes.

§ 1º Deverão existir os trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, sendo que, pelo menos, um deles deverá se constituir em atividade obrigatória como requisito para a graduação.

§ 2º Deverão também ser estimuladas atividades complementares, tais como trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, visitas teóricas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras.

Art. 6º Todo o curso de Engenharia, independente de sua modalidade, deve possuir em seu currículo um núcleo de conteúdos básicos, um núcleo de conteúdos profissionalizantes e um núcleo de conteúdos específicos que caracterizem a modalidade.

§ 1º O núcleo de conteúdos básicos, cerca de 30% da carga horária mínima, versará sobre os tópicos que seguem:

- I - Metodologia Científica e Tecnológica;

II - Comunicação e Expressão;
III - Informática;
IV - Expressão Gráfica;
V - Matemática;
VI - Física;
VII - Fenômenos de Transporte;
VIII - Mecânica dos Sólidos;
IX - Eletricidade Aplicada;
X - Química;
XI - Ciência e Tecnologia dos Materiais;
XII - Administração;
XIII - Economia;
XIV - Ciências do Ambiente;
XV - Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania.

§ 2º Nos conteúdos de Física, Química e Informática, é obrigatória a existência de atividades de laboratório. Nos demais conteúdos básicos, deverão ser previstas atividades práticas e de laboratórios, com enfoques e intensividade compatíveis com a modalidade pleiteada.

§ 3º O núcleo de conteúdos profissionalizantes, cerca de 15% de carga horária mínima, versará sobre um subconjunto coerente dos tópicos abaixo discriminados, a ser definido pela IES:

I - Algoritmos e Estruturas de Dados;
II - Bioquímica;
III - Ciência dos Materiais;
IV - Circuitos Elétricos;
V - Circuitos Lógicos;
VI - Compiladores;
VII - Construção Civil;
VIII - Controle de Sistemas Dinâmicos;
IX - Conversão de Energia;
X - Eletromagnetismo;
XI - Eletrônica Analógica e Digital;
XII - Engenharia do Produto;
XIII - Ergonomia e Segurança do Trabalho;
XIV - Estratégia e Organização;
XV - Físico-química;
XVI - Geoprocessamento;
XVII - Geotecnia;
XVIII - Gerência de Produção;
XIX - Gestão Ambiental;
XX - Gestão Econômica;
XXI - Gestão de Tecnologia;
XXII - Hidráulica, Hidrologia Aplicada e Saneamento Básico;
XXIII - Instrumentação;
XXIV - Máquinas de fluxo;
XXV - Matemática discreta;
XXVI - Materiais de Construção Civil;
XXVII - Materiais de Construção Mecânica;
XXVIII - Materiais Elétricos;
XXIX - Mecânica Aplicada;
XXX - Métodos Numéricos;
XXXI - Microbiologia;
XXXII - Mineralogia e Tratamento de Minérios;
XXXIII - Modelagem, Análise e Simulação de Sistemas;
XXXIV - Operações Unitárias;
XXXV - Organização de computadores;
XXXVI - Paradigmas de Programação;
XXXVII - Pesquisa Operacional;
XXXVIII - Processos de Fabricação;
XXXIX - Processos Químicos e Bioquímicos;
XL - Qualidade;
XLI - Química Analítica;

XLII - Química Orgânica;
XLIII - Reatores Químicos e Bioquímicos;
XLIV - Sistemas Estruturais e Teoria das Estruturas;
XLV - Sistemas de Informação;
XLVI - Sistemas Mecânicos;
XLVII - Sistemas operacionais;
XLVIII - Sistemas Térmicos;
XLIX - Tecnologia Mecânica;
L - Telecomunicações;
LI - Termodinâmica Aplicada;
LII - Topografia e Geodésia;
LIII - Transporte e Logística.

§ 4º O núcleo de conteúdos específicos se constitui em extensões e aprofundamentos dos conteúdos do núcleo de conteúdos profissionalizantes, bem como de outros conteúdos destinados a caracterizar modalidades. Estes conteúdos, consubstanciando o restante da carga horária total, serão propostos exclusivamente pela IES. Constituem-se em conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais necessários para a definição das modalidades de engenharia e devem garantir o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas nestas diretrizes.

Art. 7º A formação do engenheiro incluirá, como etapa integrante da graduação, estágios curriculares obrigatórios sob supervisão direta da instituição de ensino, através de relatórios técnicos e acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade. A carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 160 (cento e sessenta) horas.

Parágrafo único. É obrigatório o trabalho final de curso como atividade de síntese e integração de conhecimento.

Art. 8º A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Engenharia que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Engenharia deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (*)()**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h:

Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.

b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h:

Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h:

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

(*) Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

(**) Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6, com incorreção no original.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do

ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO

Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial

Curso Carga Horária Mínima

Administração 3.000
Agronomia 3.600
Arquitetura e Urbanismo 3.600
Arquivologia 2.400
Artes Visuais 2.400
Biblioteconomia 2.400
Ciências Contábeis 3.000
Ciências Econômicas 3.000
Ciências Sociais 2.400
Cinema e Audiovisual 2.700
Computação e Informática 3.000
Comunicação Social 2.700
Dança 2.400
Design 2.400
Direito 3.700
Economia Doméstica 2.400
Engenharia Agrícola 3.600
Engenharia de Pesca 3.600
Engenharia Florestal 3.600
Engenharias 3.600
Estatística 3.000
Filosofia 2.400
Física 2.400
Geografia 2.400
Geologia 3.600
História 2.400
Letras 2.400
Matemática 2.400
Medicina 7.200
Medicina Veterinária 4.000
Meteorologia 3.000
Museologia 2.400
Música 2.400
Oceanografia 3.000
Odontologia 4.000
Psicologia 4.000
Química 2.400
Secretariado Executivo 2.400
Serviço Social 3.000
Sistema de Informação 3.000
Teatro 2.400
Turismo 2.400
Zootecnia 3.600

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

TÍTULO I

Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia

CAPÍTULO I

Das Atividades Profissionais

Seção I

Caracterização e Exercício das Profissões

Art. 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;
- b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;
- c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

Seção II

Do uso do Título Profissional

Art. 3º São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata este artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art. 4º As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 5º Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Seção III

Do exercício ilegal da profissão

Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

- a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, público ou privado, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
- b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;
- c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;
- d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei.

Seção IV

Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Art. 9º As atividades enunciadas nas alíneas "g" e "h" do Art. 7º, observados os preceitos desta Lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art. 10. Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 11. O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art. 12. Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea "g" do Art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de Engenharia, de Arquitetura e de Agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Art. 56.

Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei.

Art. 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

CAPÍTULO II

Da responsabilidade e Autoria

Art. 17. Os direitos de autoria de um plano ou projeto de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único. Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18. As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art. 19. Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 20. Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto, deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto, sejam por eles assinados.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal adotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art. 21. Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais especializados e legalmente habilitados, serão estes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art. 22. Ao autor do projeto ou aos seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único. Terão o direito assegurado neste Artigo, ao autor do projeto, na parte que lhes diga respeito, os profissionais especializados que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art. 23. Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

TÍTULO II

Da Fiscalização do Exercício das Profissões

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25. Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta Lei, podendo a ação de qualquer deles, estender-se a mais de um Estado.

§ 1º A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com sede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2º Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3º A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da Instituição do Conselho e suas Atribuições

Art. 26. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;
- b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente Lei;

- d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;
- g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;
- h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;
- i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;
- j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;
- k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito a representação;
- l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no Art. 53 desta Lei;
- m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;
- n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborados pelas entidades de classe;
- o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;
- p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas, referidos no Art. 63.
- q) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis. (Redação dada pela Lei nº 6.619, de 1978)

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, decisão do Conselho Federal só será tomada com mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 28 Constituem renda do Conselho Federal:

- I - quinze por cento do produto da arrecadação prevista nos itens I a V do Art. 35;
- II - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- III - subvenções;
- IV - outros rendimentos eventuais.¹

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 29. O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com esta Lei, obedecida a seguinte composição:

- a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecidas em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3 (três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomos;
- b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.²

§ 3º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.³

Art. 30. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea "a" do Art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único. Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 31. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art. 32. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente serão de 3 (três) anos.

¹ Redação dada pela Lei nº 6.619/78

² Lei nº 8.195/91 altera o parágrafo 2º do artigo 29

³ Derrogado pela Lei nº 8.195/91

Parágrafo único. O Conselho Federal se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da instituição dos Conselhos Regionais e suas Atribuições

Art. 33. Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34. São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.
- b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;
- c) examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;
- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;
- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;
- r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.
- s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.⁴

Art. 35 - Constituem renda dos Conselhos Regionais:

I - anuidades cobradas de profissionais e pessoas jurídicas;

II - taxas de expedição de carteiras profissionais e documentos diversos;

III - emolumentos sobre registros, vistos e outros procedimentos;

IV - quatro quintos da arrecadação da taxa instituída pela Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977;

V - multas aplicadas de conformidade com esta Lei e com a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977;

VI - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

VII - subvenções;

VIII - outros rendimentos eventuais.⁵

Art. 36 - Os Conselhos Regionais recolherão ao Conselho Federal, até o dia trinta do mês subsequente ao da arrecadação, a quota de participação estabelecida no item I do Art. 28.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultura do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro-Agrônomo.⁶

Seção II

Da Composição e Organização

⁴ Redação dada pela Lei nº 6.619/78 – D.O.U. – 19 DEZ 1978

⁵ Ibidem

⁶ Ibidem

Art. 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente Lei, obedecida a seguinte composição:

a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;⁷

b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia com sede na Região;

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região, de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 38. Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art. 39. Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art. 40. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 41. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea "a" do Art. 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este Artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 42. Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea "a" do Art. 29, arquitetura e agronomia.

Art. 43. O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos e se renovará, anualmente pelo terço de seus membros.

Art. 44. Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

CAPÍTULO IV

Das Câmaras Especializadas

Seção I

Da Instituição das Câmaras e suas atribuições

Art. 45. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- b) julgar as infrações do Código de Ética;
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;
- d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;
- e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;
- f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Seção II

Da Composição e organização

Art. 47. As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único. Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art. 48. Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo profissional.

CAPÍTULO V

Generalidades

⁷ Redação dada pela Lei nº 8.195/91 – D.O.U. – 27 JUN 91

Art. 49. Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais, compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art. 50. O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato, passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 51. O mandato dos Presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 52. O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições deste Artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem comutativa com tempo exercido em cargo público.⁸

Art. 53. Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da presente Lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o temário respectivo.

Art. 54. Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta Lei, com recurso "ex officio", de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do registro e fiscalização profissional

CAPÍTULO I

Do registro dos profissionais

Art. 55. Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 56. Aos profissionais registrados de acordo com esta Lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Conselho Federal, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita a taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º A carteira profissional, para os efeitos desta Lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º Para emissão da carteira profissional os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 57. Os diplomados por escolas ou faculdades de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 58. Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

CAPÍTULO II

Do registro de firmas e entidades

Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.

⁸ Vetado pelo Senhor Presidente da República e Mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967)

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste Artigo deverão preencher para o seu registro.

Art. 60. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede, da entidade, deverá esta manter junto a cada um dos serviços um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art. 62. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomo e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

CAPÍTULO III

Das anuidades, emolumentos e taxas

Art. 63. Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente Lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º - A anuidade a que se refere este artigo será devida a partir de 1º de janeiro de cada ano.⁹

§ 2º - O pagamento da anuidade após 31 de março terá o acréscimo de vinte por cento, a título de mora, quando efetuado no mesmo exercício.¹⁰

§ 3º - A anuidade paga após o exercício respectivo terá o seu valor atualizado para o vigente à época do pagamento, acrescido de vinte por cento, a título de mora.¹¹

Art. 64. Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2 (dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único. O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste Artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta Lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 65. Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer prova de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

Art. 66. O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 67. Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 68. As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art. 70. O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das penalidades

Art. 71. As penalidades aplicáveis por infração da presente lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

a) advertência reservada;

⁹ Nova redação da Lei 6.619/78 – D.O.U., 19 DEZ 1978

¹⁰ Ibidem

¹¹ Ibidem

- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único. As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 72. As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 73. As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixado pelo Poder Executivo e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de um cruzeiro:

- a) de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;
- b) de três a seis décimos do valor de referência, às pessoas físicas, por infração da alínea "b" do artigo 6º, dos artigos 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do artigo 64;
- c) de meio a um valor de referência, às pessoas jurídicas, por infração dos artigos 13, 14, 59 e 60 e parágrafo único do artigo 64;
- d) de meio a um valor de referência, às pessoas físicas, por infração das alíneas "a", "c" e "d" do artigo 6º;
- e) de meio a três valores de referência, às pessoas jurídicas, por infração do artigo 6º.¹²

Parágrafo único. As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

Art. 74. Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas "c", "d" e "e", será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 75. O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 76. As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta Lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 77. São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente Lei os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 78. Das penalidades impostas pelas Câmaras especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, deste para o Conselho Federal.

§ 1º Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 79. O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das disposições gerais

Art. 80. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (Art. 31, inciso V, alínea "a" da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art. 81. Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região. (Ver também Lei nº 4.950-A, de 22 abril de 1966). (VETADO, no que se refere aos servidores públicos regidos pelo RJU).¹³

¹² Nova redação da Lei 6.619/78 – D.O.U., 19 DEZ 1978

¹³ Vetado, em parte, pelo Senhor Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967). – O Supremo Tribunal Federal, "in" Diário de Justiça de 13 MAR 1968, na Representação nº 745-DF, declarou não se aplicar o

Art. 83. Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso.¹⁴

Art. 84. O graduado por estabelecimento de ensino agrícola, ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. As atribuições do graduado referido neste artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 85. As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea "c" do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das disposições transitórias

Art. 86. São assegurados aos atuais profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta Lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 87. Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único. Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art. 88. O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente Lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art. 89. Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta Lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art. 90. Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta Lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração deste prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente Lei.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
L. G. do Nascimento e Silva

Publicado no D.O.U. de 27 DEZ 1966.

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

dispositivo ao pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, por ser inconstitucional. A iniciativa da Lei era do Presidente da República e isso não ocorreu.

¹⁴ Revogado pela Lei nº 8.666/93

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973

Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem as letras "d" e "f", parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei nº 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos;

CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea "b" do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

RESOLVE:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 2º - Compete ao ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.

Art. 3º - Compete ao ENGENHEIRO AERONÁUTICO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; infra-estrutura aeronáutica; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo; seus serviços afins e correlatos;

Art. 4º - Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

a) loteamentos;

b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;

c) traçados de cidades;

d) estradas; seus serviços afins e correlatos.

II - o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins;

mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

Art. 6º - Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

Art. 10º - Compete ao ENGENHEIRO FLORESTAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 11 - Compete ao ENGENHEIRO GEÓLOGO ou GEÓLOGO:

I - o desempenho das atividades de que trata a Lei nº 4.076, de 23 JUN 1962.

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

Art. 13 - Compete ao ENGENHEIRO METALURGISTA ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL E DE METALURGIA ou ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE METALURGIA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos metalúrgicos, instalações e equipamentos destinados à indústria metalúrgica, beneficiamento de minérios; produtos metalúrgicos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 14 - Compete ao ENGENHEIRO DE MINAS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à prospecção e à pesquisa mineral; lavra de minas; captação de água subterrânea; beneficiamento de minérios e abertura de vias subterrâneas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 15 - Compete ao ENGENHEIRO NAVAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a embarcações e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; diques e porta-batéis; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte hidroviário; seus serviços afins e correlatos.

Art. 16 - Compete ao ENGENHEIRO DE PETRÓLEO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução referentes a dimensionamento, avaliação e exploração de jazidas petrolíferas, transporte e industrialização do petróleo; seus serviços afins e correlatos.

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:

I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Art. 19 - Compete ao ENGENHEIRO TECNÓLOGO DE ALIMENTOS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria de alimentos; acondicionamento, preservação, distribuição, transporte e abastecimento de produtos alimentares; seus serviços afins e correlatos.

Art. 20 - Compete ao ENGENHEIRO TÊXTIL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria têxtil; produtos têxteis, seus serviços afins e correlatos.

Art. 21 - Compete ao URBANISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito; seus serviços afins e correlatos.

Art. 22 - Compete ao ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 23 - Compete ao TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR ou TECNÓLOGO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 24 - Compete ao TÉCNICO DE GRAU MÉDIO:

I - o desempenho das atividades 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 07 a 12 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescentadas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução.

Art. 26 - Ao já diplomado aplicar-se-á um dos seguintes critérios:

I - àquele que estiver registrado, é reconhecida a competência concedida em seu registro, salvo se as resultantes desta Resolução forem mais amplas, obedecido neste caso, o disposto no artigo 25 desta Resolução.

II - àquele que ainda não estiver registrado, é reconhecida a competência resultante dos critérios em vigor antes da vigência desta Resolução, com a ressalva do inciso I deste artigo.

Parágrafo único - Ao aluno matriculado até à data da presente Resolução, aplicar-se-á, quando diplomado, o critério do item II deste artigo.

Art. 27 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revogam-se as Resoluções de nº 4, 26, 30, 43, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 71, 72, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 95, 96, 108, 111, 113, 120, 121, 124, 130, 132, 135, 139, 145, 147, 157, 178, 184, 185, 186, 197, 199, 208 e 212 e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 JUN 1973.

Prof. FAUSTO AITA GAI
Presidente

Engº. CLÓVIS GONÇALVES DOS SANTOS
1º Secretário

Publicada no D.O.U. de 31 de julho de 1973.
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

RESOLUÇÃO Nº 205, DE 30 SET 1971

Adota o Código de Ética Profissional.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO ser imperativo para a disciplina profissional a adoção do Código de Ética do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo,

RESOLVE:

Art. 1º - Adotar o Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo, anexo à presente Resolução, elaborado pelas entidades de classe na forma prevista na letra "n" do Art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966.

Art. 2º - O Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo, para os efeitos dos Arts. 27, letra "n", 34, letra "d", 45, 46, letra "b" e 72, da Lei nº 5.194/66, obriga a todos os profissionais da Engenharia, da Arquitetura e Agronomia, e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 SET 1971.

Prof. FAUSTO AITA GAI
Presidente

Engº NILDO DA SILVA PEIXOTO
1º Secretário

Publicada no D.O.U. de 23 NOV 1971

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - **CONFEA**

RESOLUÇÃO Nº 288, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1983.

Designa o título e fixa as atribuições das novas habilitações em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, usando das atribuições que lhe confere o Art. 27, letra "f", da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e consoante o aprovado pelo Plenário nas Sessões Ordinárias nº 1.142, de 24 JUN 1983, 1.148, de 18 NOV 1983, e 1.150, de 7 DEZ 1983,

CONSIDERANDO que a estrutura dos cursos de Engenharia estabelece seis grandes áreas, podendo advir de cada uma as formações em Engenharia de Produção e em Engenharia Industrial;

CONSIDERANDO que na nova estrutura curricular dos cursos de Engenharia foram caracterizadas as habilitações de Engenharia de Produção e Engenharia Industrial;

CONSIDERANDO a necessidade de, face ao acima exposto, definirem-se as atribuições destas novas formações profissionais,

RESOLVE:

Art. 1º - Aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção ou Engenharia Industrial, cujos currículos escolares obedeçam às novas estruturas, dar-se-á o título e atribuições de acordo com as seis grandes áreas da Engenharia, de onde se originaram, e da seguinte forma:

a) Aos oriundos da área CIVIL, o título de Engenheiro Civil e as atribuições do Art. 7º da Resolução nº 218/73, do CONFEA;

b) Aos oriundos da área MECÂNICA, o título de Engenheiro Mecânico e as atribuições do Art. 12 da Resolução nº 218/73, do CONFEA;

c) Aos oriundos da área ELÉTRICA, o título de Engenheiro Eletricista e as atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução nº 218/73, do CONFEA;

d) Aos oriundos da área METALÚRGICA, o título de Engenheiro Metalúrgico e as atribuições do Art. 13 da Resolução nº 218/73, do CONFEA;

e) Aos oriundos da área de MINAS, o título de Engenheiro de Minas e as atribuições do Art. 14 da Resolução nº 218/73, do CONFEA;

f) Aos oriundos da área de QUÍMICA, o título de Engenheiro Químico e as atribuições do Art. 17 da Resolução nº 218/73, do CONFEA.

Art. 2º - Aos profissionais a que se refere o artigo anterior aplicam-se os demais dispositivos pertinentes da Resolução nº 218/73, do CONFEA.

Art. 3º - Aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial anteriormente à nova estrutura curricular, registrados ou não, aplicam-se as disposições vigentes à época de suas formações.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se a Resolução nº 280, de 24 JUN 1983, e demais disposições em contrário.

Brasília, 7 DEZ 1983.

ONOFRE BRAGA DE FARIA
Presidente

CLÓVIS GONÇALVES DOS SANTOS
1º Secretário

Publicada no D.O.U de 16 DEZ 1983 - Seção I - Pág. 21.190

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - **CONFEA**

RESOLUÇÃO Nº 473, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002

Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do art. 27, da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 5.194, de 1966, que prevê: “O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características”;

Considerando a imprescindível necessidade de relacionar os diversos títulos profissionais, com características curriculares idênticas, similares ou resultantes de micro áreas do conhecimento, anteriormente previstas;

Considerando que compete ao sistema de ensino a formação profissional, e ao Sistema Confea/Crea a habilitação para o exercício profissional, através de registro do profissional junto ao mesmo;

Considerando a diversidade e o grande número de títulos profissionais existentes, tornando necessária a normatização dos procedimentos de grafia dos registros profissionais, subsidiando os serviços de fiscalização e de definição de competência profissional,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, anexa, contemplando todos os níveis das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, contendo:

- a) código nacional de controle,
- b) título profissional, e
- c) quando for o caso, a respectiva abreviatura.

Parágrafo único. Os títulos profissionais de que trata o caput deste artigo estão dispostos segundo as resoluções que tratam da forma de organização das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 2º O Sistema Confea/Crea deverá, obrigatoriamente, utilizar as terminologias constantes da Tabela de Títulos, em todos os seus documentos e registros informatizados, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 3º Compete ao Conselho Federal, proceder a atualização da Tabela de Títulos através de nova edição, aprovada pelo Confea, após manifestação da Comissão de Educação do Sistema – CES e da Comissão de Organização do Sistema – COS, dando ciência aos Creas.

§ 1º Para fins de atualização da Tabela de Títulos o Confea deve efetuar, no mínimo, uma revisão anual.

§ 2º A atualização de que trata o caput deste artigo refere-se a forma de organização das profissões, inclusão e exclusão de títulos profissionais e ou abreviaturas.

Art. 4º Compete a Comissão de Educação do Sistema – CES a caracterização do perfil e título profissional, objetivando a inserção na Tabela de Títulos, complementando o contido no art. 11 da Lei nº 5.194, de 1966.

Art. 5º Quando do registro de instituição de ensino ou atualização deste em função de novos cursos, o Confea definirá, além de atividades/atribuições de seus egressos, o respectivo título profissional e abreviatura.

Parágrafo único. O título profissional é definido com base na regulamentação vigente podendo ser adotado o título do diploma.

Art. 6º As Carteiras de Identidade Profissional, emitidas em data anterior a 1º de janeiro de 2003 deverão, no prazo máximo de um ano, a partir dessa data, serem substituídas, obedecendo a titulação constante da Tabela de Títulos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o contido no art. 2º, exceto o seu parágrafo único, da Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979 e art. 16 da Resolução nº 313, de 26 de setembro de 1986.

Brasília, 26 de novembro de 2002.

Eng. Wilson Lang
Presidente

Publicada no D.O.U de 12 DEZ 2002 - Seção 1, pág. 358/359



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

RESOLUÇÃO Nº 1.040, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 2005.

O **CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – Confea**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando que a Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, estabeleceu nova sistemática para a atribuição de títulos, atividades e competências profissionais aos portadores de diploma ou de certificado de conclusão de cursos regulares oferecidos pelas instituições de ensino no âmbito das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea;

Considerando que a Resolução nº 1.016, de 25 de agosto de 2006, alterou o art. 16 da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, a respeito da data para entrada em vigor da Resolução nº 1.010, de 2005; e

Considerando a necessidade de aprimoramento da Matriz do Conhecimento, do Anexo II da Resolução nº 1.010, de 2005, e do *software* para implementação desta Resolução, em nível de excelência,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 2005, aos profissionais diplomados que solicitarem seu registro profissional junto ao Crea a partir da data de vigência desta resolução até 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. Os profissionais enquadrados neste artigo receberão as atribuições profissionais constantes de resolução específica ou instrumento normativo anterior à vigência da Resolução nº 1.010, de 2005.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2012.

Eng. Civ. José Tadeu da Silva
Presidente

3.4. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA DO CURSO

O curso de Engenharia de Produção Civil está estruturado no regime semestral, sendo que, o ingresso se dá mediante Concurso Vestibular anual e através de cotas do Sistema de Seleção Unificada - SISU, em que se adota a matrícula semestral por componente curricular. As atividades são desenvolvidas nos turnos vespertino e noturno, predominantemente no turno vespertino. O curso tem duração mínima de 10 (dez) semestres letivos e duração máxima de 16 (dezesesseis) semestres letivos, perfazendo um total de 4.020 horas para integralização curricular.

São ofertadas anualmente 50 vagas, sendo que a partir do primeiro semestre do ano de 2011 a forma de ingresso passou a ser 40 (quarenta) vagas via concurso vestibular e 10 (dez) vagas via cotas do Sistema de Seleção Unificada, SISU.

Vagas decorrentes da evasão de estudantes poderão ser preenchidas através de transferências (interna, externa ou *ex-offício*), de acordo com as Resoluções CONSEPE nº 811/2007 e CONSU nº 550/2008. Assim como, no caso de vagas residuais, não preenchidas pelo concurso de vestibular, poder-se-á ter a realização de seleção para ingresso de alunos portadores de diploma conforme estabelece o Regimento Geral da UNEB.

Estão amparados em Lei os candidatos que pleiteiam o ingresso na UNEB por meio do Sistema de Cotas para afrodescendentes, instituído pela Resolução CONSU nº196/2002 e implantado em 2003, que foi revogada pela Resolução CONSU nº 468/2007 e posteriormente alterada pelas Resoluções CONSU nº710/2009 e nº 711/2009. Também está destinado um percentual de 5% de sobrevagas, reservadas a candidatos indígenas, de acordo com a Resolução CONSU nº847/2011.

A seguir estão apresentadas as Resoluções CONSU nº468/07, 847/2011 e o anexo único da Resolução CONSU nº 1.238/2016.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU

RESOLUÇÃO N.º 468/2007

Publicada no D.O.E. de 16-08-2007, pág. 14

Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603070067435 e a deliberação do Conselho Pleno, em reunião desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro.

Art. 2º. Do total de vagas oferecidas em cada curso de graduação e de pós-graduação, reservar-se-ão vagas nas seguintes proporções:

- a) 40% para candidatos negros; e
- b) 5% para candidatos indígenas.

Art. 3º. No ato da inscrição no processo seletivo da graduação ou da pós – graduação, o candidato negro e o candidato indígena que desejar concorrer às vagas especificadas no Art.2 desta Resolução, deverá fazer a opção explícita constante no formulário de inscrição.

Art. 4º. Estão habilitados a concorrer às vagas reservadas candidatos negros e candidatos indígenas que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham cursado todo o ensino médio em escola pública;
- b) tenha renda familiar mensal inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos; e
- c) sejam e declarem-se negro ou indígena, conforme quadro de auto-classificação étnico-racial constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo.

§ 1º. Na Ficha de Inscrição do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo constarão, explicitamente, os seguintes itens de classificação étnico-racial: Negro, branco, indígena, amarelo.

§ 2º. Os candidatos que fizerem opção expressa pelas vagas reservadas e não se enquadrarem nos requisitos expressos nos itens “a”, “b” e “c” deste artigo estarão sujeitos à eliminação do processo seletivo ou anulação de matrícula, podendo, tal ato, resultar em infração penal, configurada em lei.

Art. 5º. Todos os candidatos inscritos serão classificados pela ordem de pontuação resultante da média das provas e/ou outros instrumentos de avaliação dos processos seletivos respectivos.

Parágrafo Único. É expressamente proibido a diferenciação de provas e/ou outros instrumentos avaliativos, no interior do mesmo processo seletivo, independentemente da opção do candidato em concorrer ou não às vagas reservadas.

Art. 6º. A classificação dos candidatos às vagas nos respectivos cursos de graduação e de pós-graduação, seguida do cálculo da nota de corte para efeito de eliminação, dar-se-á no interior de cada grupo de vagas, separadamente, a saber:

- a) 40% das vagas reservadas aos candidatos negros optantes;
- b) 5% das vagas reservadas aos candidatos indígenas optantes; e
- c) 55% das vagas destinadas aos demais candidatos não optantes.

Parágrafo Único. As vagas não preenchidas poderão ser remanejadas obedecendo ao seguinte critério de preferência de recepção:

- a) 1º - grupo de vagas reservadas aos indígenas optantes;
- b) 2º - grupo de vagas reservadas aos negros optantes; e
- c) 3º - grupo de vagas destinadas aos não optantes.

Art. 7º. A Universidade do Estado da Bahia - UNEB deverá instituir e implementar, um Programa Permanente de Ações Afirmativas, com dotação orçamentária e financeira, estratégias de financiamento, bem como com coordenação própria e caráter institucional.

Art. 8º. O Programa Permanente de Ações Afirmativas da UNEB deverá organizar-se através de projetos e atividades que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas, e que promovam a diversidade e a igualdade étnico-racial em todas as ações desenvolvidas pela Universidade.

Parágrafo Único. Constará como atividade obrigatória deste Programa, o desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da trajetória acadêmica dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas.

Art. 9º. Os órgãos internos, externos e comissões responsáveis pela organização do vestibular e de outros processos seletivos da UNEB deverão, imediatamente, ajustar às determinações expressas nesta Resolução, os seus documentos, formulários, fichas de inscrição, sistemas de cálculo e demais procedimentos pertinentes.

Art. 10. Todos os materiais de divulgação do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação da UNEB deverão conter informações precisas, explícitas e diretas referentes às condições de seleção determinadas por esta Resolução.

Art. 11. O sistema de reserva de vagas, conforme especificado nesta Resolução, deverá ser submetido à avaliação durante o ano de 2008 quanto ao percentual de 5% para candidatos indígenas, sem prejuízo de novas disposições sobre a matéria.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Resolução nº 196/2002 – CONSU ou quaisquer outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2007.

Lourivaldo Valentim da Silva
Presidente do CONSU



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)

RESOLUÇÃO Nº. 847/2011

Publicada no D.O.E. de 19-08-2011, p. 33

**Altera o artigo 2º da Resolução
CONSU nº 468/2007 (D.O.E. de 16-08-
2007), na forma em que indica.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais estatutárias e regimentais, *ad referendum* do Conselho Pleno, com fundamento no Artigo 10, § 6º do Regimento Geral da UNEB, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 0603110145906, após parecer favorável da relatora designada,

RESOLVE:

Art. 1º. Incluir os parágrafos 1º e 2º no artigo 2º da Resolução CONSU n.º 468/2007, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º.

a)

b)

§ 1º. Exclusivamente para os cursos de graduação, o percentual de 5% sobre as vagas reservadas aos indígenas, previsto na alínea b do caput do artigo 2º, terá o caráter de sobrevaga.

§ 2º. Entenda-se como sobrevaga o quantitativo de vagas resultante da aplicação do percentual de cota reservada aos indígenas (5%) sobre o número de vagas oferecido por turma/curso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantidos todos os demais dispositivos da Resolução CONSU n.º 468/2007 e suas alterações.

Gabinete da Presidência do CONSU, 18 de agosto de 2011.

Lourivaldo Valentim da Silva

Presidente do CONSU

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSU 1.238/2016

QUADRO GERAL DE VAGAS 2017 - **RETIFICADO** PROCESSOS SELETIVOS VESTIBULAR E SISU

CAMPUS I - SALVADOR					
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Matutino	0	25	25	50
Comunicação Social / Relações Públicas (Bacharelado)	Vespertino	0	25	25	50
Administração (Bacharelado)	Matutino	0	25	25	50
Turismo e Hotelaria (Bacharelado)	Vespertino	0	15	35	50
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	15	15	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	13	12	25
História (Licenciatura)	Diurno	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		50	118	137	255
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	50	0	50
Psicologia (Bacharelado)	Diurno	0	44	6	50
Ciências Sociais (Licenciatura)	Matutino	0	25	5	30
Ciências Sociais (Bacharelado)	Matutino	0	25	5	30
Filosofia (Licenciatura)	Noturno	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	184	26	210
Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Design (Bacharelado)	Matutino	0	30	10	40
Urbanismo (Bacharelado)	Diurno	0	40	10	50
Sistemas de Informação (Bacharelado)	Matutino	0	40	10	50
Química (Licenciatura)	Diurno	0	40	10	50
Engenharia de Produção Civil (Bacharelado)	Vesp/Not.	0	40	10	50
Física (Licenciatura)	Noturno	40	0	0	0
Jogos Digitais (Tecnologia) - Lauro de Freitas	Vespertino	25	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		75	190	50	240
Departamento de Ciências da Vida	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Nutrição (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
Enfermagem (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
Fonoaudiologia (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
Fisioterapia (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
Farmácia (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
Medicina (Bacharelado)	Diurno	30	15	15	30
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		180	90	90	180

CAMPUS II - ALAGOINHAS					
Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	0	30	10	40
Matemática (Licenciatura)	Matutino	0	30	10	40
Sistemas de Informação (Bacharelado)	Matutino	0	30	10	40
Engenharia Sanitária e Ambiental (Bacharelado)	Noturno	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	120	40	160
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	20	40
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	15	15	30
Letras/Língua Francesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	30	0	0	0
Educação Física (Licenciatura)	Matutino	0	30	10	40
História (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		30	105	85	190

CAMPUS III - JUAZEIRO					
Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Diurno	0	45	5	50
Engenharia Agrônoma (Bacharelado)	Diurno	0	26	9	35
Administração (Bacharelado) - Oferta Semipresencial	Encontros Presenciais no Noturno	0	40	0	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	111	14	125
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	20	20	40
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
Jornalismo em Múltiplos Meios (Bacharelado)	Vespertino	0	20	20	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	60	60	120

CAMPUS IV - JACOBINA					
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	15	15	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	17	8	25
História (Licenciatura)	Vespertino	0	32	8	40
Geografia (Licenciatura)	Noturno	0	32	8	40
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	0	20	20	40
Direito (Bacharelado)	Noturno	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	146	69	215

CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS					
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	0	27	3	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	5	25
Letras/Língua Espanhola e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	20	5	25
História (Licenciatura)	Vespertino	0	36	4	40
Geografia (Licenciatura)	Matutino	0	35	5	40

Administração (Bacharelado)	Noturno	0	44	6	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	182	28	210

CAMPUS VI - CAETITÉ					
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	15	15	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	15	10	25
História (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
Geografia (Licenciatura)	Vespertino	0	20	20	40
Matemática (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	0	20	20	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	110	105	215

CAMPUS VII - SENHOR DO BONFIM					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Matemática (Licenciatura)	Matutino	0	32	8	40
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Vespertino	0	24	6	30
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	96	24	120

CAMPUS VIII - PAULO AFONSO					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	30	10	40
Matemática (Licenciatura)	Noturno	0	35	10	45
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Diurno	0	30	10	40
Engenharia de Pesca (Bacharelado)	Vespertino	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	125	40	165

CAMPUS IX - BARREIRAS					
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	30	10	40
Engenharia Agrônômica (Bacharelado)	Diurno	0	50	0	50
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	0	50	0	50
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	40	0	40
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	0	40	0	40
Matemática (Licenciatura)	Matutino	0	40	0	40
Medicina Veterinária (Bacharelado)	Diurno	0	40	0	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	320	20	340

CAMPUS X - TEIXEIRA DE FREITAS					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	40	10	50
História (Licenciatura)	Noturno	0	30	10	40
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	10	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	0	15	10	25
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	0	30	10	40
Educação Física (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40

Matemática (Licenciatura)	Noturno	0	20	20	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	185	80	265

CAMPUS XI - SERRINHA					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	70	20	90

CAMPUS XII - GUANAMBI					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	0	30	20	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	30	20	50
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	25	25	50
Enfermagem (Bacharelado)	Diurno	0	15	15	30
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	0	25	25	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	125	105	230

CAMPUS XIII - ITABERABA					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Matutino	0	50	0	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	25	25	50
História (Licenciatura)	Vespertino	0	40	10	50
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	35	15	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	150	50	200

CAMPUS XIV - CONCEIÇÃO DO COITÉ					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Comunicação Social / Rádio e TV (Bacharelado)	Matutino	40	0	0	0
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	5	25
História (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		40	80	25	105

CAMPUS XV - VALENÇA					
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Vespertino	0	40	10	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	80	20	100

CAMPUS XVI - IRECÊ					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	0	32	8	40
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	32	8	40
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	32	8	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	96	24	120

CAMPUS XVII - BOM JESUS DA LAPA					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	40	10	50
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	70	20	90

CAMPUS XVIII - EUNÁPOLIS					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	20	40
História (Licenciatura)	Matutino	0	30	20	50
Turismo (Bacharelado)	Matutino	0	15	35	50
Administração (Bacharelado)	Matutino	0	20	20	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	85	95	180

CAMPUS XIX - CAMAÇARI					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	0	25	25	50
Direito (Bacharelado)	Vespertino	0	35	15	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	60	40	100

CAMPUS XX - BRUMADO					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	32	8	40
Direito (Bacharelado)	Vespertino	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	72	18	90

CAMPUS XXI - IPIAÚ					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	40	0	0	0
Administração (Bacharelado)	Noturno	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		80	0	0	0

CAMPUS XXII - EUCLIDES DA CUNHA					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	20	20	40
Engenharia Agrônoma (Bacharelado)	Diurno	0	25	5	30
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	45	25	70

CAMPUS XXIII - SEABRA					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	30	10	40
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	60	20	80

CAMPUS XXIV - XIQUE-XIQUE					
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre	2º Semestre		
		SISU	Vest.	SISU	TOTAL
Engenharia de Pesca (Bacharelado)	Diurno	0	25	25	50
Engenharia Sanitária e Ambiental (Bacharelado)	Diurno	0	25	25	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	50	50	100

TOTAL DE VAGAS	455	3185	1380	4565
-----------------------	------------	-------------	-------------	-------------

VAGAS POR FORMA DE INGRESSO

Vestibular	3185
SISU	1825
Total de Vagas	5010

VAGAS POR SEMESTRE DE INGRESSO

1º SEMESTRE (Sisu)	445
2º SEMESTRE (Sisu + Vestibular)	4565
Total de Vagas	5010

3.5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão setorial deliberativo, específico da administração acadêmica universitária, responsável pela coordenação didático-pedagógica dos Cursos de graduação, sequenciais, dos programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O Colegiado do Curso de Engenharia de Produção Civil funciona de forma articulada com:

- I - Departamento no planejamento, execução e avaliação das atividades acadêmicas;
- II - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) cujas diretrizes deverá ater-se ao exercício de suas atribuições; e,
- III - Coordenação Acadêmica do Departamento e com as pró-reitorias acadêmicas, de acordo com a natureza do curso, no exercício do controle acadêmico e da integralização curricular do seu corpo discente.

Na UNEB, para cada curso haverá um colegiado constituído de docentes representantes das matérias ou eixos articuladores definidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os representantes docentes serão escolhidos pelo conselho de departamento, dentre os docentes de cada área de conhecimento que ministram a(s) matéria(s)/disciplina(s) nos cursos de bacharelados ou componentes curriculares nos cursos de licenciatura.

As matérias, componentes curriculares ou eixos articuladores de que trata este artigo são aqueles integrantes do PPC respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e as resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

O corpo discente terá sua representação junto ao colegiado de curso, em número de 1/5 (um quinto) do total de membros, eleitos na forma que dispuser o Estatuto de

sua entidade representativa, para mandato de um ano, permitida apenas uma recondução por mais um mandato consecutivo.

A Coordenação do Colegiado de curso será exercida por um professor do quadro docente do Departamento ao qual o curso está vinculado, que ministre matéria, disciplinas ou componentes curriculares que pertençam ao curso, na forma ou eixos do artigo anterior, eleito pela plenária do colegiado.

O mandato do coordenador do colegiado de curso, será de dois anos, permitida uma recondução. Assim como, o mandato dos docentes membros do colegiado de curso, também permitida a recondução.

Ocorrendo a vacância do cargo de coordenador do colegiado de curso, responderá pela coordenação o docente mais antigo pertencente ao colegiado e, em caso de empate, o de maior titulação, que promoverá novas eleições no prazo de trinta dias, antes do término do mandato. A eleição será convocada e homologada pelo reitor.

Nas ausências e impedimentos do Coordenador do Colegiado de Curso, responderá pelo órgão o docente mais antigo pertencente ao Colegiado, preferencialmente, aquele que se encontra em regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva.

É vedado o exercício da função de Coordenador em mais de um Colegiado.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I - elaborar o Plano Anual de Trabalho (PAT) do Colegiado;
- II - elaborar e manter atualizado o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- III - orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, bem como, propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso;
- IV - propor ao CONSEPE, por intermédio da PROGRAD ou da PPG, reformulações curriculares com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE), com aprovação do Conselho de Departamento;
- V - analisar, acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso;

- VI - estimular atividades docentes e discentes, de interesse do curso;
- VII - identificar, atualizar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso;
- VIII - otimizar o fluxo curricular com vistas a uma orientação adequada do corpo discente;
- IX - estabelecer a política de oferta de disciplinas adequada à realização do estágio, em comum acordo com a coordenação setorial de estágio;
- X - indicar os docentes para compor bancas de concurso e seleção docente, na forma prevista na Lei, no Estatuto, no Regimento e demais normas da Universidade;
- XI - propor intercâmbio, substituição ou treinamento de professores ou providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- XII - organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso, correspondente a cada semestre letivo;
- XIII - analisar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Trabalho Anual do Colegiado;
- XIV - acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte do estudante;
- XV - propor a oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares em situações especiais desde que haja demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecimento dentro do Calendário Acadêmico;
- XVI - Promover estudos de acompanhamento de egressos em articulação com a PROGRAD, PPG e a PRAES; e,
- XVII - Avaliar a manutenção da oferta do curso de graduação ou programa de pós-graduação.

Compete ao Coordenador de Colegiado de Curso:

- I – convocar e presidir as reuniões estabelecendo as pautas do trabalho;
- II – representar o Colegiado junto ao CONSEPE e ao Conselho de Departamento;
- III – designar relator para os processos;
- IV – coordenar os debates, neles intervindo para esclarecimentos;
- V – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas e decisões que disciplinam os processos acadêmico-administrativos da Universidade, no âmbito do colegiado;
- VI – esclarecer as questões de ordem, que forem suscitadas;

- VII – coordenar a elaboração e submeter na época devida à instância competente, o Plano Anual de Trabalho (PAT) do Colegiado;
- VIII – encaminhar ao CONSEPE, por meio da Direção do Departamento, as decisões do colegiado, quando couber;
- IX – submeter à plenária do colegiado no final de cada semestre, os programas e planos de ensino das várias matérias/disciplinas ou componentes curriculares elaborados pelos professores para composição do plano de curso a ser desenvolvido no período subsequente;
- X – apresentar ao Departamento, para os devidos encaminhamentos, ao final de cada ano letivo, o Relatório das Atividades desenvolvidas, bem como ao seu início o Plano de Trabalho do Colegiado;
- XI – adotar as medidas necessárias à coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades didático-pedagógico do curso; e,
- XII – exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Departamento.

O Colegiado de Curso reunir-se-á obrigatoriamente, no mínimo, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador ou a requerimento de um terço de seus membros.

Tanto as reuniões ordinárias como as extraordinárias, deverão ocorrer antes da reunião do Conselho de Departamento, devendo ser convocadas com uma antecedência mínima de três dias úteis, constando das convocações a pauta dos assuntos a serem discutidos.

É obrigatória a frequência às reuniões do Colegiado, devendo o membro fazer justificativa consubstanciada com antecedência mínima de vinte e quatro horas na impossibilidade do comparecimento, implicando a ausência em lançamento de falta.

Caberá ao Coordenador, com sessenta dias de antecedência à expiração dos mandatos das representações docentes e discentes no Colegiado, informar às instâncias competentes a necessidade de escolha de novos representantes.

A Coordenação do Colegiado do Curso de Engenharia de Produção Civil do DCET I é composta pelo Coordenador Professor Paulo Cesar Burgos (currículo lattes anexo), pela Secretária Mariana Almeida Luz e pela Analista Universitária Olinda Lima Soares. O Colegiado tem o funcionamento de suas atividades nos turnos Vespertino e Noturno, para atender a demanda do Curso.

Apresenta-se nos Quadros 12 e 13 que se seguem a atual composição do Colegiado:

Quadro 12 - Representantes Docentes

Representantes Docentes
Adriano Pedreira Cattai
Aldemiro José Rocha Palma
Aldo Lima d'Eça
Aline Passos de Azevedo
Almerinda Andrea P. S. Gomes
Ana Gabriela Saraiva Aquino Lima
Arlinda Miguel de Araújo Oliva
Armando Luiz Andrade Peixoto
Augusto da Silva Reis
Autímio Batista Guimarães Filho
Carlos Antônio Alves Queirós
Djalma Tavares dos Santos
Eduardo Parente Prado
Evangivaldo Almeida Lima
Jorge Luiz Seriano dos Santos
José Silva
Julian Hermógenes Q. Celedon
Lázaro Nonato V. de Andrade
Luiz Carlos Almeida de Andrade Fontes
Maria Luiza Rabelo Dias Trindade
Nélia Lima Machado
Paulo Augusto Oliveira Ramos
Paulo Cesar Burgos
Rosana Leal Simões de Freitas
Sérvulo José Magalhães Barros
Tânia Regina Dias Silva Pereira
Telma Dias Silva dos Anjos
Tereza Cristina de F. Guimarães

Fonte: Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET – Campus I

Quadro 13 – Representantes Discentes

Representantes Discentes Titulares
Ailson Santos Gomes de Souza
João Jorge Silva Bomfim
Juarez Santana da Silva
Natalia Cruz Cunha
Thiago Santos de Oliveira
Representante Discente Suplente
Juliana Sousa Porto

Fonte: Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET – Campus I

3.6. CONCEPÇÃO E OBJETIVOS

O Curso de Engenharia de Produção Civil da UNEB – DCET I visa a formação de Engenheiros Civis, capazes de utilizar as ciências sociais aplicadas como agregado ao conhecimento das ciências exatas e engenharias, foco do seu estudo. Mais especificamente, tem como objetivo formar profissionais para atuar no projeto e execução de obras de construção civil, nas etapas de planejamento, concepção, projeto, implantação e controle de sistemas produtivos, com vistas a integração dos fatores da produção, melhoria da produtividade, da qualidade do produto e otimização do processo, dentre outras.

O Curso visa assegurar uma formação geral para o Engenheiro Civil, de modo que esse esteja apto para superar os desafios que se renovam durante a vida profissional, reconhecendo o curso de graduação como a ferramenta inicial de um processo permanente de formação profissional. Esse deve ocorrer em um ambiente participativo de relacionamento humano, compreendendo todas as categorias da Instituição.

O Engenheiro Civil deve ser pró-ativo conduzindo suas ações para desenvolvimento pessoal, com base nos aspectos morais e éticos. Visa desenvolver no discente sólida formação crítica, criativa, inovadora, capacidade analítica, tecnológica e empreendedora, dotando-o de visão social, política, econômica, cultural e ambiental, e capacitando-o para analisar, projetar, dirigir, fiscalizar e executar os trabalhos relativos a obras e serviços técnicos de sua área.

3.7. PERFIL DO EGRESSO

Compreende uma sólida formação técnico, científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O Engenheiro Civil é um profissional de nível superior com formação e capacitação que o habilita a atuar de forma generalista em todas as fases do processo de construção civil, a exemplo, planejamento, projeto, gestão de materiais, execução e manutenção de obras. Sua atuação compreende empreendimentos tanto na área de Edificações, quanto na de Infraestrutura Urbana, visando a integração dos fatores da produção, melhoria de produtividade e otimização dos processos, qualidade dos serviços e produtos.

O Engenheiro Civil atua na concepção, planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de edificações e de infraestruturas. Em sua atividade, acompanha o desenvolvimento de obras de edificações e infraestruturas, elabora orçamentos, garante a padronização, realiza a mensuração e o controle de qualidade. Acompanha equipes de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção de obras. Executa desenho técnico e se responsabiliza por análise, experimentação, ensaio, divulgação e produção técnica especializada. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança, a legislação e os impactos socioambientais.

Esse profissional tem como habilidades, o raciocínio lógico numérico (capacidade para raciocinar com números e com material quantitativo em geral), o raciocínio mecânico (capacidade de pensar em termos de símbolos abstratos, de perceber relações, de criar conceitos e os relacionar com seu objeto de estudo), o raciocínio abstrato (relacionado a criatividade e inovação) e a habilidade para o planejamento

do trabalho. Estas são acrescidas das habilidades adquiridas e promovidas pelo conteúdo e exercício das diferentes disciplinas do curso.

3.8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A Engenharia de Produção Civil abrange todos os campos da Engenharia Civil, requerendo, planejamento, acompanhamento e controle dos processos produtivos (homens, máquinas, materiais, tecnologias, recursos naturais, recursos financeiros), concernentes ao setor produtivo da construção civil. O Engenheiro Civil formado por esse curso tem amplo mercado de atuação devido à sua formação multidisciplinar, pois, além de conhecer as ciências exatas aplicadas às engenharias, como física, química, modelos matemáticos, estrutura de materiais, pesquisa operacional, dentre outros, possui visão sistêmica mais apropriada às necessidades contemporâneas, desenvolvida por conteúdos das ciências sociais aplicadas e ciências da terra, incluindo noções de ética.

A grade curricular do Curso de Engenharia de Produção Civil, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB apresenta suas diretrizes amparadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior 11, de 11 de março de 2002 e na Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, dos mesmos órgãos.

O currículo do curso tem por objetivo dotar o egresso de conhecimentos requeridos para o exercício profissional compreendendo as seguintes competências e habilidades, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais:

- I - aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia;
- II - projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;
- III - conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- IV - planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia;
- V - identificar, formular e resolver problemas de engenharia;
- VI - desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- VI - supervisionar a operação e a manutenção de sistemas;
- VII - avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas;
- VIII - comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- IX - atuar em equipes multidisciplinares;

- X - compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissional;
- XI - avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental;
- XII - avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia;
- XIII - assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

A Resolução nº. 288 de 7 de dezembro de 1983 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, designa aos profissionais diplomados em Engenharia de Produção, oriundos da área de Civil, o título de Engenheiro(a) Civil e designa as atribuições referentes ao Art. 7º da Resolução nº. 218 de 29 de junho de 1973, também, do CONFEA.

O egresso do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil possui o título de Engenheiro (a) Civil, conforme a Resolução N.º. 288 de 7 de dezembro de 1983 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, como também, designa o título e fixa as atribuições das novas habilitações em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial.

3.9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo a formação de profissionais com sólido preparo teórico e prático de forma a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região e do país.

O curso de Engenharia de Produção Civil – Bacharelado da UNEB possui um total de 28 matérias que se desdobram em 59 componentes curriculares, sendo, dessas, 10 componentes na modalidade optativa. Possui 4.020 horas aula e 194 créditos. As matérias são agrupamentos de componentes que contribuem para a formação do profissional de engenharia. Sendo distribuídas da seguinte forma:

- Matérias de formação básica: 1.290 horas;
- Matéria de formação profissional geral: 1.125 horas;
- Matérias de formação profissional específica: 615 horas;
- Matérias complementares obrigatórias: 555 horas;
- Matérias complementares optativas: 135 horas;
- Matérias de formação geral: 270 horas;
- Matérias exigidas por legislação específica: 30 horas.

- Matérias de formação básica:

A matéria Matemática, que se desdobra nas disciplinas Matemática Básica (1º semestre), Cálculo I (1º semestre), Cálculo II (2º semestre), Cálculo III, Cálculo Numérico, Álgebra Linear e Estatística, tem como objetivo principal promover uma sólida base matemática ao educando, que é de fundamental importância para muitas disciplinas do curso. Desenvolver o raciocínio lógico e a linguagem matemática com uma maior profundidade são outros objetivos desta matéria.

A matéria Física, que se constitui em um dos fundamentos científicos e tecnológicos da Engenharia, assim como a Matemática, a Computação, o Desenho, a Ciência dos Materiais, a Estatística e a Química, encontra-se desdobrada em 3 (três) disciplinas:

a Física Geral e Experimental I, II e III, respectivamente no primeiro, segundo e terceiro semestres acadêmicos. E têm como objetivo desenvolver nos alunos as habilidades de formular e resolver problemas, exercitar o método científico e adquirir conceitos básicos para o processo formativo dos futuros engenheiros.

A matéria Desenho, que se desdobra nas disciplinas Desenho Básico (1º semestre) e Desenho Técnico (2º semestre), tem como objetivo desenvolver a criatividade, a percepção e o raciocínio crítico, capacitando ao mesmo tempo o educando à execução e representação gráfica visual, segundo as técnicas e as normas brasileiras.

A matéria Química denominada Química Geral (1º semestre), tem como objetivo fornecer conceitos importantes para outras matérias, tais como Materiais da Construção, Higiene e Segurança do Trabalho e Saneamento Básico.

A matéria Processamento de Dados, denominada Computação Aplicada à Engenharia (2º semestre), tem como intuito dotar os alunos de conhecimentos básicos gerais sobre computação especialmente aplicados à Engenharia de Produção Civil e através de uma abordagem teórica e experimental prática. Além disso, procura instigar a visão crítica em relação à aplicação de ferramentas da Computação Gráfica às práticas de análise e projeto de Construção Civil.

A matéria Mecânica denominada Mecânica Geral (3º semestre), tem como objetivo capacitar o aluno a entender os efeitos de ação de forças e momentos sobre os corpos, no plano e no espaço, e a determinar os esforços solicitantes externos e internos (forças e momentos) em estruturas isostáticas.

A matéria Resistência denominada Resistência dos Materiais (4º semestre), tem como objetivo capacitar o educando a analisar o comportamento de elementos estruturais quando submetidos a ações externas, através do cálculo de tensões, deformações e deslocamentos.

A matéria Fenômenos de Transporte, lecionada no 5º semestre, tem como objetivo o estudo de conceitos fundamentais sobre o comportamento e escoamento dos fluidos

em geral, fornecendo subsídios para o estudo específico de Hidráulica e Hidrologia Aplicada, com aplicações em saneamento, ecologia, meteorologia, oceanografia, barragem, etc.

A matéria Eletricidade lecionada no 4º semestre, tem como finalidade proporcionar aos futuros engenheiros o conhecimento das leis gerais da eletricidade e conhecimentos sobre análise de circuitos. Dar condições de projetar instalações elétricas prediais de baixa tensão e conhecer os avanços e as tendências na concepção destas instalações são também objetivos desta matéria.

- Matérias de formação profissional geral:

A matéria Materiais de Construção Civil, que se desdobra nas disciplinas Materiais de Construção Civil I (3º semestre) e Materiais de Construção Civil II (5º semestre), tem como objetivo fornecer aos educandos conhecimentos teóricos e práticos sobre os diversos materiais utilizados na Construção Civil, tais como aço, concreto, madeira, produtos cerâmicos, argamassa, cimento, agregados, vidro, plástico, tintas, etc. Proporcionar informações sobre normatização, certificação da qualidade e materiais alternativos com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias, são também objetivos desta matéria.

A matéria Topografia lecionada no 4º semestre, tem como objetivo o estudo teórico e prático dos instrumentos topográficos e dos métodos de levantamento, visando a elaboração do desenho e a interpretação de plantas topográficas utilizadas em projetos de Engenharia.

A matéria Hidráulica, que lecionada no 6º semestre, tem como objetivo desenvolver a capacidade do estudante analisar os fenômenos envolvendo o transporte de água em condutos forçados, em canais abertos e em sistemas reais, bem como caracterizar sistemas de recalque e medidores de vazão.

A matéria Hidrologia Aplicada lecionada no 7º semestre, tem como objetivo o estudo e a interpretação dos fenômenos hidrológicos. Além disso, objetiva desenvolver a

capacidade de avaliação e processamento das variáveis hidrológicas, com previsão de dados básicos aplicáveis em projeto.

A matéria Sistema Estruturais, que se desdobra nas disciplinas Estruturas de Madeira (8º semestre), Estruturas Metálicas (7º semestre), e Estruturas de Concreto (7º semestre), tem como objetivos capacitar o educando a compreender o funcionamento das estruturas em madeira, aço e concreto armado respectivamente. Além disso, visa capacitar o futuro engenheiro a dimensionar e detalhar elementos estruturais, objetivando a elaboração de projetos.

A matéria Teoria das Estruturas, lecionada no 6º semestre, tem como objetivo apresentar conceitos básicos sobre morfologia das estruturas e calcular reações, esforços internos e deslocamentos em estruturas reticuladas estaticamente indeterminadas, submetidas a cargas fixas e móveis.

A matéria Transportes, que se encontra desdobrada nas disciplinas Técnicas e Economias de Transportes (5º semestre) e Construção de Estradas e Pavimentação (7º semestre), tem como objetivo dotar os futuros engenheiros de conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desenvolvimento de projetos, à implantação de infraestrutura e à construção de estradas.

A matéria Mecânica dos Solos, que se desdobra nas disciplinas, Mecânica dos Solos (6º semestre) e Fundações (8º semestre), tem como objetivo dotar o aluno de conhecimentos teóricos e práticos de geotecnia, dando ênfase às suas múltiplas aplicações em Engenharia. Além disso, capacita o aluno a solucionar os problemas de fundações mais frequentes e a elaborar projetos de fundações.

A matéria Saneamento Básico, lecionada no 9º semestre, estuda a importância da água potável, do esgotamento sanitário e da coleta de lixo para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais. Além disso, procura dotar os futuros engenheiros dos princípios gerais sobre concepção, dimensionamento, construção e operação de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de coleta e disposição de resíduos sólidos.

A matéria Construção Civil que se desdobra nas disciplinas Tecnologia da Construção I (6º semestre) e Tecnologia da Construção II (7º semestre), tem como objetivo capacitar os futuros engenheiros a construir edifícios, levando-se em consideração aspectos tecnológicos, ambientais, econômicos e sociais.

- Matérias de formação profissional específica:

A matéria Estudo de Tempos e Métodos, que se desdobra nas disciplinas Ergonomia (4º semestre) e Estudo de Tempos e Métodos (10º semestre), tem como objetivo habilitar o educando a propor soluções ergonômicas que minimizem os custos humanos do trabalho e otimizem o sistema homem-máquina.

A matéria Controle da Qualidade denominada Qualidade e Produtividade na Construção Civil (10º semestre) tem como objetivo dotar o aluno de conhecimento das técnicas de gestão de produção, levando-se em conta aspectos relacionados à qualidade e à produtividade. Além disso, capacita os futuros engenheiros a implantar nas organizações sistemas de gestão da qualidade.

A matéria Métodos de Pesquisa Operacional que se desdobra nas disciplinas Pesquisa Operacional Aplicada à Produção I (5º semestre) e Pesquisa Operacional Aplicada à Produção II (7º semestre), tem como objetivo o estudo da programação matemática linear e suas aplicações na Engenharia de Produção.

A matéria Planejamento e Controle da Produção se desdobra em 4 (quatro) disciplinas, que são: Planejamento e Controle da Construção (8º semestre), Higiene e Segurança do Trabalho (8º semestre), Gerenciamento de Projetos e Contratos (9º semestre) e Gerenciamento de Obras (9º semestre). A disciplina Planejamento e Controle da Construção tem como intento capacitar os futuros engenheiros quanto ao planejamento, programação e controle de obras de engenharia, permitindo a otimização do tempo e recursos disponíveis, bem como a melhoria da qualidade dos processos produtivos. A disciplina Higiene e Segurança do Trabalho tem como objetivos dotar os educandos de conhecimentos sobre a importância da higiene e segurança para a saúde dos trabalhadores, bem como, o estudo da legislação existente sobre o tema. A disciplina Gerenciamento de Projetos e Contratos tem

como finalidade capacitar o aluno a gerenciar projetos de engenharia e a gerenciar contratos. Já a disciplina Gerenciamento de Obras tem como intuito a gestão de recursos com vistas à execução de obras.

A matéria Projeto de Produto e da Fábrica, lecionada no 10º semestre tem como objeto de estudo, a concepção, viabilidade, construção de modelos e processos de fabricação de produtos. Além de dotar os futuros engenheiros dos princípios gerais para elaboração de projetos de produtos, esta matéria tem também como objetivo capacitá-los a planejar e projetar *layout* de fábricas.

- Matéria complementares obrigatórias:

A disciplina Introdução à Engenharia de Produção (1º semestre) tem como objetivo fornecer uma visão geral da profissão de engenheiro e sua integração na sociedade, bem como da universidade, promovendo uma rápida adaptação do aluno ao curso.

A disciplina Metodologia Científica e Tecnológica da Produção (2º semestre) tem como objetivo introduzir os futuros engenheiros no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias. Além disso, capacita o educando a identificar e compreender o conhecimento humano nos seus diversos níveis, bem como realizar trabalhos acadêmicos conforme as normas brasileiras.

A disciplina Desenho de Construção Civil (3º semestre) tem como finalidade capacitar o educando para o desenho de construção (arquitetônico, instalações, estruturas e etc), suas simbologias e convenções, levando-o à apreensão desta ferramenta de comunicação e habilitando-o à expressão e compreensão de projetos de Engenharia. Outro objetivo desta disciplina é contribuir para familiarização do uso da informática pelos futuros engenheiros.

A disciplina Relações Humanas (6º semestre) tem como intuito desenvolver nos futuros engenheiros a capacidade de trabalhar em grupo, coordenando ou gerenciando atividades humanas. Além disso, possibilita a melhoria da capacidade de expressão oral e escrita.

A disciplina Estágio Supervisionado, que possui carga horária mínima de 315 horas, tem como objetivos gerais possibilitar aos alunos o levantamento de situações, problemas, fatos, objetivos e processos, na realidade de trabalho vivenciada, permitindo a elaboração de sugestões úteis e coerentes, bem como a formulação de soluções viáveis. Desta forma, o estágio, juntamente com o aprendizado teórico e prático das demais disciplinas, contribuirá para a formação do profissional de Engenharia.

A disciplina Concreto Armado, lecionada no 8º semestre tem como objetivo capacitar o aluno a compreender o funcionamento de estruturas em concreto armado, habituando-o a dimensionar e detalhar tais estruturas. Determinar tensões e deformações do concreto armado nos estados limites de utilização e último é outro objetivo desta disciplina.

- Matérias de formação geral:

A matéria Administração denominada Administração Aplicada à Produção (5º semestre) tem como objetivo o estudo das funções básicas da administração relacionando-as ao desempenho do engenheiro de produção numa organização. Além disso, apresenta e discute o atual estágio de desenvolvimento da administração, analisando as contribuições das escolas pioneiras.

A matéria Economia, que se desdobra em duas disciplinas denominadas Economia Aplicada à Produção I (5º semestre) e Economia Aplicada à Produção II (7º semestre), tem como objetivo dar aos futuros profissionais uma visão geral do sistema econômico, destacando os aspectos mais relacionados com a Engenharia de Produção. Outro objetivo desta matéria é o estudo introdutório da microeconomia, da macroeconomia, do marketing, de administração financeira e da contabilidade de modo a fomentar o espírito empreendedor nos futuros engenheiros.

A matéria Humanidades e Ciências Sociais, denominada Fundamentos Jurídicos e Sociais (6º semestre) tem como objetivo o estudo dos conceitos do Direito,

principalmente aqueles essenciais à formação do cidadão e ao exercício profissional da Engenharia.

A matéria Ciências do Ambiente, denominada Engenharia e Meio Ambiente (8º semestre), tem como objetivos trabalhar a importância da preservação ambiental na qualidade de vida, bem como desenvolver nos educandos a “consciência ecológica” de modo que caminhemos para uma conciliação entre conservação da natureza, desenvolvimento econômico e justiça social.

- **Matéria específica:**

A disciplina Educação Física (3º semestre) tem como objetivo proporcionar ao aluno o conhecimento e a prática de métodos de condicionamento físico, possibilitando um desenvolvimento mais harmonioso da *persona* e do cidadão. É de responsabilidade de ensino universitário zelar não só pelo oferecimento desta disciplina, como também por uma carga horária compatível com o conteúdo programático, para que, ao juntarem-se com os outros elementos, tais como, espaço físico adequado e materiais necessários, possam levar o alunado a seu pleno desenvolvimento. Por esta razão foi incluída no currículo do curso de Engenharia de Produção.

- **Disciplinas complementares optativas:**

Conforme estabelece o Projeto de criação do curso de Engenharia de Produção Civil da UNEB, o aluno deverá cursar no mínimo 135 horas-aula e 07 (sete) créditos referentes às disciplinas complementares optativas. A partir disto e do elenco previsto das disciplinas optativas, o aluno deverá cursar um mínimo de 03 (três) disciplinas, que serão lecionadas nos 9º e 10º semestres, respectivamente.

A disciplina Chefia e Liderança tem como objetivo desenvolver nos futuros engenheiros habilidades de liderança e capacitá-los ao exercício da chefia. Outro objetivo desta disciplina é melhorar a capacidade de comunicação escrita e verbal.

A disciplina Administração de Recursos Humanos tem como objetivo o estudo dos métodos atuais da gestão de pessoal. Dotar o educando de conhecimentos relativos

à recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação dos recursos humanos de uma organização é também objetivo desta disciplina.

A disciplina Administração de Materiais tem como intuito capacitar o aluno quanto a gestão de materiais numa empresa, ou obra, dotando-o de conhecimentos relacionados à classificação, cadastro, compra, estoque e expedição. Outro objetivo desta disciplina é o estudo de sistemas integrados de informações.

A disciplina Tecnologia da Construção Civil III objetiva prover o futuro engenheiro de conhecimentos teóricos e práticos necessários à gestão tecnológica de uma construção. O estudo da legislação referente a licitações e contratos é também objetivo desta disciplina.

A disciplina Tecnologia da Pré-Fabricação tem como objetivo estudar a concepção, o projeto, a produção, os equipamentos, os custos, o transporte, as limitações e as técnicas de montagens das construções pré-fabricadas.

A disciplina Patologia e Recuperação das Construções tem como objetivo dotar o educando de conhecimentos teóricos e práticos relativos a métodos e processos aplicáveis ao estudo patológico das construções, e informar sobre os procedimentos terapêuticos para recuperação e reforço.

A disciplina Inglês Técnico objetiva a compreensão de textos técnicos das áreas de Engenharia de Produção Civil e Construção Civil. Já a disciplina Informática Aplicada à Engenharia de Produção Civil tem como finalidade familiarizar o aluno com os aplicativos de Engenharia de Produção Civil mais utilizados e os mais modernos. Outro objetivo desta disciplina é capacitar o futuro profissional a desenvolver programas para a solução de problemas de Engenharia.

A disciplina Computação Gráfica tem como objetivo capacitar o educando a ler, interpretar e desenvolver a representação gráfica de projetos utilizando recursos computacionais.

A disciplina Redação Técnica tem como objetivo melhorar a capacidade de expressão escrita dos futuros engenheiros mais especificamente quanto à redação de relatórios, artigos e pareceres técnicos. A facilidade e precisão da comunicação, quer escrita ou verbal, é uma das habilidades mais valorizadas do mundo moderno.

3.9.1. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio é uma atividade de cunho obrigatório, regulamentada pela Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e no âmbito da UNEB, pelo seu Regimento homologado pelo decreto Nº. 13.664, de 07/02/2012, além do Regulamento Geral de Estágio Supervisionado (Resolução CONSEPE Nº 795/2007). No curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil, o estágio deve acontecer com interferência do corpo docente e do Colegiado de Curso. Esse componente curricular se constitui em uma oportunidade ímpar de colocar os estudantes em contato com a realidade das empresas, a fim de que possam compreender melhor os desafios que terão que enfrentar no mercado de trabalho, de forma crítica e consciente, através de um processo criador e inovador.

No Capítulo I do Regulamento de Estágio da Universidade do Estado da Bahia (Publicado no Diário Oficial do Estado em 13/02/2007, página 20, através da Resolução do CONSEPE de nº 795/2007), em seu Art. 1º registra que “Considera-se estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao educando pela vivência em situações reais de vida e trabalho, no ensino, na pesquisa e na extensão, na modalidade regular e Projetos Especiais, perpassando por todas as etapas do processo formativo e realizadas na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ONGs, Movimentos Sociais e outras formas de Organizações, sob a responsabilidade da Coordenação Central e Setorial. Parágrafo Único - Compreende-se por Projetos Especiais os cursos de graduação criados pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com a finalidade de atender as demandas sociais específicas de formação profissional”.

O Estágio Supervisionado é uma atividade que tem por objetivo, a aprendizagem pela interação do indivíduo com a realidade e a construção dialética do

conhecimento teórico com a realidade prática, através de atividades de planejamento, execução e avaliação, estabelecendo relações entre os conteúdos apreendidos e o efetivo exercício da profissão. Assim, o estágio configura-se numa oportunidade de efetivar-se um intercâmbio entre Universidade e Empresa.

Durante o Estágio Supervisionado o professor orientador acompanha semanalmente as atividades programadas e desenvolvidas pelo discente, inclusive com visitas ao local de Estágio. Como Trabalho Final, cada aluno deve apresentar um documento denominado Relatório Técnico, a ser entregue ao Coordenador de Estágio Supervisionado, onde o discente declara as atividades desempenhadas no estágio, acompanhada do período de duração, sendo este documento, assinado pelo Supervisor da Empresa. No documento entregue ao coordenador, o supervisor da Empresa atribui notas ao desempenho do estagiário. No relatório devem constar as assinaturas do estagiário, do supervisor da empresa e do professor orientador da UNEB, nesta ordem.

O artigo 20 da Resolução do CONSEPE N°. 795/2007 indica as atribuições e carga horária dos professores que participam como orientadores da Disciplina Estágio Supervisionado.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

ESTÁGIO CURRICULAR
REGULAMENTO GERAL

RESOLUÇÃO N° 795/2007 - CONSEPE

2007

REITOR

Prof. Lourivaldo Valentim da Silva

VICE-REITORA

Prof^a Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a Mônica Moreira de Oliveira Torres

GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

Prof^a Kathia Marise Borges Sales Aquino

SUB-GERENTE DE APOIO PEDAGÓGICO

Prof^a Marilda Marques Senna Dourado Gomes

REGULAMENTO DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I - DO ESTÁGIO CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º - Considera-se estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao educando pela vivência em situações reais de vida e trabalho, no ensino, na pesquisa e na extensão, na modalidade regular e Projetos Especiais perpassando todas as etapas do processo formativo e realizadas na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ONGs, Movimentos Sociais e outras formas de Organizações, sob a responsabilidade da Coordenação Central e Setorial.

Parágrafo único - Compreende-se por Projetos Especiais os cursos de graduação criados pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com a finalidade de atender as demandas sociais específicas de formação profissional.

Art. 2º - O estágio curricular visa a oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I - Vivenciar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídos durante o curso;
- II - Analisar criticamente as condições observadas nos espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos e propor soluções para os problemas levantados, por meio de projetos de intervenção social;
- III - Desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar projetos na área específica de seu estágio.

Art. 3º - A articulação da teoria/prática ocorrerá ao longo da formação dos cursos de graduação, condicionada à articulação dos componentes curriculares, de forma a subsidiar a vivência e consolidação das competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional.

Art. 4º - Os cursos desenvolverão programas que possibilitem a inserção dos discentes de estágio curricular, promovendo a interação entre: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º - Os estágios obedecerão aos regulamentos próprios, elaborados pelas coordenações setoriais, em conjunto com o colegiado de cada curso e aprovados pelo Conselho de Departamento, observado o que dispõe a legislação pertinente.

Parágrafo único – Quanto os Projetos Especiais os regulamentos próprios serão elaborados pela coordenação geral de cada curso.

Art. 6º - A carga horária mínima dos estágios curriculares dos cursos atenderá à legislação nacional vigente, específica para cada curso e ao projeto pedagógico dos mesmos.

CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 7º - A Coordenação Central de Estágios da UNEB está vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD e tem as seguintes atribuições:

- I - assessorar os coordenadores de estágio dos Departamentos;
- II - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos coordenadores;
- III - promover reuniões para análise e discussão de temas relacionados a estágios;
- IV - reunir informações relativas a estágio e divulgá-las entre os *campi*;
- V - promover o Encontro Anual de Estágio Supervisionado.

Art. 8º - A Coordenação Central de Estágio será composta por:

- a) Gerente de Desenvolvimento de Ensino;
- b) Subgerente de Apoio Pedagógico;
- c) 01 (um) docente representante das Licenciaturas;
- d) 01 (um) docente representante dos Bacharelados;
- e) 01 (um) discente de Curso de Licenciatura;
- f) 01 (um) discente de Curso de Bacharelado;
- g) 01 (um) representante das Comissões Setoriais;
- h) 01 (um) docente representante dos cursos sequenciais;
- i) 01 (um) discente representante dos cursos sequenciais.

Parágrafo Único - Os representantes constantes nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f” e “g” serão escolhidos no Encontro Anual de Estágio.

Art. 9º - As coordenações setoriais de estágios da UNEB, serão organizadas, por curso, tendo as seguintes atribuições:

- I - elaborar anualmente o plano de atividades da coordenação de estágios;
- II - elaborar o projeto e o regulamento de estágio do curso;
- III - planejar, acompanhar e avaliar o processo dos estágios;
- IV - cadastrar as instituições locais, regionais e estaduais que possam oferecer estágio;
- V - propor convênios de estágio;
- VI - encaminhar os estagiários aos locais de estágio.

Art. 10 - As coordenações setoriais de estágio terão a seguinte composição:

- I - os professores de estágio supervisionado, sendo um deles, eleito por seus pares, o coordenador Setorial de Estágio;
- II - um (01) representante do corpo discente por curso, indicado pelo diretório acadêmico, dentre aqueles regularmente matriculados na disciplina ou componente curricular.

§ 1º - A Coordenação de Estágio dos Projetos Especiais terá a seguinte composição:

- a) Coordenação Geral de Cursos;
- b) Coordenação Local;
- c) 01 Representante de cada Movimento Social (quando houver);
- d) 01 Representante de cada Movimento Sindical (quando houver);
- e) Professor(es) de Estágio;
- f) 01 Representante discente.

§ 2º - O mandato do coordenador setorial será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 11 - As coordenações setoriais de estágio devem articular-se com o Departamento, tendo em vista fortalecer as ações que lhes competem.

CAPÍTULO III - DAS PESSOAS ENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 12 - Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular terão as seguintes denominações e competências, a saber:

I - Coordenador de estágio e/ou professor de estágio será(ao) docente(s) da UNEB e lhe(s) competem:

- a) o planejar semestralmente as atividades, devidamente aprovados pelo colegiado do curso;
- b) acompanhar o desenvolvimento do estágio;
- c) realizar reuniões com demais docentes da disciplina/componente curricular de estágio;
- d) responsabilizar-se pela articulação dos docentes e pelo processo de fechamento da disciplina/componente curricular;
- e) exercer atividades de coordenação, acompanhamento e avaliação do aluno nos diversos campos do estágio.

II - Professor orientador e/ou supervisor de estágio será(ao) docente(s) da UNEB e lhe (s) competem:

- a) orientar os alunos durante o estágio, nos aspectos específicos de sua área de atuação;
- b) realizar supervisão com visitas in loco;
- c) promover articulação entre a UNEB e a instituição ou empresa concedente do estágio;
- d) exercer atividades de acompanhamento e avaliação do aluno, nos diversos campos do estágio;
- e) fornecer dados à coordenação setorial, para tomada de decisão relacionada com o estágio.

III - Orientador de Estágio/supervisor de campo/regente de classe/preceptor do estágio, profissional da instituição cedente de estágio que orienta o aluno na sua área de atuação.

§ 1º - No que diz respeito às licenciaturas, o professor-orientador e/ou supervisor de estágio poderá(ão) acumular as competências listadas nos incisos I e II.

§ 2º - Quando se tratar de projetos especiais, as atribuições e competências deverão atender as especificidades de cada curso conforme seus projetos.

Art. 13 - Os profissionais envolvidos com o processo do estágio curricular - coordenador, professor, orientador, supervisor/regente/preceptor-, terão formação acadêmico-profissional na área de conhecimento do curso, salvo em situações específicas de cada área, a serem discutidas e aprovadas em Colegiado.

§ 1º - Nos cursos de licenciatura, o professor supervisor será licenciado na área. Quando não houver disponibilidade de professor com essa formação, ficarão responsáveis conjuntamente pelos estágios os professores da área específica e professores graduados em Pedagogia, com experiência em ensino superior.

§ 2º - Na inexistência de professor com a formação exigida no caput desse artigo, caberá ao Conselho de Departamento, ouvida a comissão setorial, indicar o profissional, levando-se em conta:

- a) A formação acadêmica;
- b) A experiência profissional;
- c) A legislação em vigor.

Art. 14 - Ao aluno da UNEB, regularmente matriculado em disciplina/componente curricular de estágio compete:

- I - cumprir a carga horária de estágio e as atividades de avaliação previstas no projeto pedagógico de cada curso;
- II - comparecer aos locais de estágio, munido da documentação exigida;
- III - respeitar as normas regimentais e disciplinares do estabelecimento onde se realiza o estágio;
- IV - Submeter o planejamento elaborado ao orientador de estágio ou à coordenação de área da escola ou empresa antes da execução do estágio;
- V - apresentar a documentação exigida pela universidade, quanto ao estágio curricular;
- VI - participar de todos os processos de estágio, segundo o plano aprovado pela coordenação setorial.

CAPÍTULO IV - DOS CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 15 - Para o estágio curricular serão considerados os critérios de acompanhamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, a saber:

- I - Articulação entre teoria e prática, nas produções e vivências do aluno, durante o estágio;
- II - Frequência integral na realização da atividade-campo do estágio;
- III - Trabalhos realizados durante o período de estágio e socialização dos mesmos, de acordo com o projeto pedagógico e normatização do estágio de cada curso;
- IV - Participação do aluno nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério mínimo de assiduidade na disciplina/componente curricular, conforme legislação vigente;
- V - Auto-avaliação do aluno;

VI - Outros critérios definidos pela coordenação setorial ou coordenação geral dos projetos especiais.

§ 1º - Cabe à coordenação setorial de cada curso e as coordenações gerais dos projetos especiais, elaborar instrumentos de acompanhamento e avaliação do aluno, conforme especificidades dos projetos pedagógicos e regulamento de estágio de cada curso.

§ 2º - O estágio será avaliado sistematicamente pela coordenação setorial e pelas coordenações gerais dos projetos especiais, conforme o projeto pedagógico e regulamento de estágio de cada curso.

Art. 16 - Caberá à UNEB disponibilizar os recursos necessários aos Departamentos, para garantirem a realização do estágio curricular dos cursos regulares.

§ 1º - A UNEB se responsabilizará pela efetivação anual do seguro de vida para os docentes de estágios dos cursos regulares cujo campo de trabalho implique em situação de risco.

§ 2º - Quando o estágio ocorrer fora da unidade sede, além dos recursos previstos no caput deste artigo, a UNEB se responsabilizará pelo seguro de vida, despesas de deslocamento e hospedagem para os docentes (quando necessário).

CAPÍTULO V - DO APROVEITAMENTO DA PRÁTICA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PARA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO

Art. 17 - Nos cursos de licenciatura será permitida a redução de até 200 (duzentas) horas dos componentes curriculares de estágio supervisionado; obedecendo, no máximo, à redução de 50% da carga horária, em cada componente.

I - A redução de carga horária para o componente estágio supervisionado I será permitida, para o discente que comprovar a docência, em qualquer área de conhecimento, nos últimos 03 (três) anos;

II - A redução de carga horária para os demais componentes de estágio supervisionado será permitida para o discente que comprovar efetivo exercício da docência, na área específica do respectivo estágio, a partir dos últimos 03 anos, antes de seu ingresso na Universidade.

§ 1º - No ato da solicitação para a redução de carga horária, de até 200 horas, dos componentes curriculares de estágio supervisionado, o discente apresentará ao Colegiado do Curso a documentação comprobatória que será encaminhada à Coordenação Setorial de Estágio do Curso, para análise e parecer.

§ 2º - Aprovado o parecer pela Coordenação Setorial do Estágio, o Colegiado de Curso encaminhará o processo à direção do Departamento para a homologação e encaminhamento à Coordenação Acadêmica, para registro no prontuário do discente.

Art. 18 - Nos cursos de bacharelado, a prática do exercício profissional será aproveitada para carga horária de estágio, nas seguintes situações:

I - quando o discente exercer atividade de trabalho correlata com a área de sua formação, o projeto de estágio será direcionado às suas atividades profissionais;

II - quando o discente exercer atividade de trabalho não-correlata com a área de sua formação, o projeto de estágio se fundamentará na área de sua formação, aplicada a sua área de trabalho.

Parágrafo único - Na área de saúde, não será permitido o aproveitamento de exercício profissional, para a carga horária de estágio.

CAPÍTULO VI - DAS ESPECIFICIDADES DAS MODALIDADES DE CURSOS

Art. 19 - Nas licenciaturas, quando as modalidades de estágio supervisionado contemplarem a regência do discente, o professor sob regime de 40 horas, acompanhará uma turma com até 20 discentes, registrando, pelo menos, as seguintes atividades em seu Plano Individual de Trabalho – PIT:

- a) Reunião com toda a turma (2h);
- b) Orientações individuais (1hora por aluno);
- c) Observação de estágio em campo (12h);
- d) Trabalhos acadêmicos e complementares à docência (6h);
- e) Comissão de avaliação de aproveitamento de estágio (1h).

§ 1º - Para turmas inferiores a 08 (oito) discentes, o docente complementarará sua carga horária assumindo, pelo menos, um componente curricular de até 60 horas, ou desenvolverá atividades de pesquisa, ou extensão, aprovadas pelo Departamento.

§ 2º - Quando o Estágio Supervisionado, organizar-se sob a forma de: observação, co-participação, o professor sob regime de 40 (quarenta) horas acompanhará até duas turmas; com, no máximo, 20 discentes; (ou) uma turma de estágio e um outro componente curricular de até 60 (sessenta) horas, registrando-se a carga horária das alíneas de “a” a “e” do artigo 19 que serão adaptados de acordo com as turmas assumidas pelo docente.

Art. 20 - Nos bacharelados o professor, sob regime de 40 (quarenta) horas, acompanhará uma turma, com até 20 (vinte) discentes, registrando, pelo menos, as seguintes atividades em seu PIT:

- a) Reunião com toda a turma (2h);
- b) Orientações individuais (1hora por aluno);
- c) Observação de estágio em campo (12h);

- d) Trabalhos acadêmicos e complementares à docência (6h);
- e) Comissão de avaliação de aproveitamento de estágio (1h).

I - Para o professor co-orientador de estágio, será computada a carga horária de orientação do estagiário, observando o limite máximo de 06 (seis) discentes por professor, com 02 (duas) horas-semanais de orientação por aluno;

II - não será permitido o aproveitamento da carga horária de estágio extracurricular, para o estágio curricular.

§ 1º - Nos cursos da área de saúde, a relação docente/discente no estágio será de acordo com a especificidade de cada curso, não excedendo o quantitativo de seis discentes, por docente/campo.

§ 2º - Para os projetos especiais a relação docente/discente no estágio será definida nos projetos de cada curso.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Este Regimento Geral de Estágio fundamenta-se na legislação a saber: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, Lei nº. 6.494/77 (alterada pela Lei 8.859/94 e MP nº. 1726/98), Resolução CNE/CP 01 e 02/2002 e Decreto nº. 10.181 de 14/12/2006 - Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia.

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação Setorial de Estágio ou Coordenação Geral dos Projetos Especiais, e referendados pelo Conselho de Departamento, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 23 - Este Regulamento tem sua vigência prevista em caráter transitório, por um ano a contar da data de publicação do mesmo, quando deverá ser reavaliado por este Conselho.

Art. 24 - O presente Regulamento de Estágio Supervisionado entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Resolução nº. 088 de 05/08/93 e demais disposições em contrário.

3.9.2 Fluxograma

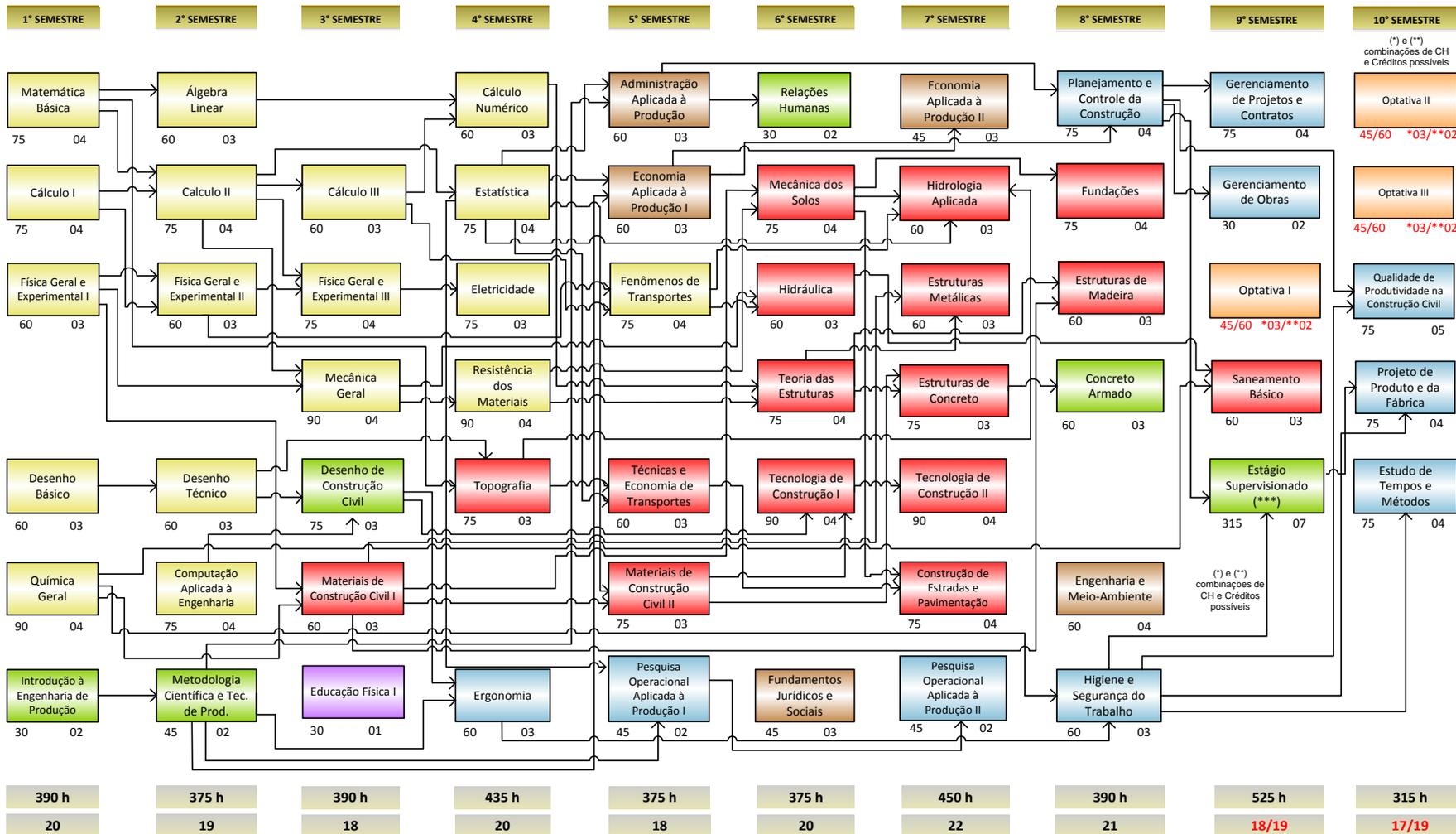
Apresenta-se a seguir, a disposição gráfica (fluxograma) da matriz curricular:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CAMPUS I – SALVADOR/BA
CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

CREDITAÇÃO CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO BÁSICA	FORMAÇÃO GERAL	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATORIA	FORMAÇÃO PROFISSIONAL GERAL	FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESPECÍFICA	OPTATIVA	TOTAL	DURAÇÃO EM SEMESTRE		TURNOS DE FUNCIONAMENTO
	65	16	01	19	54	33	09	4.020 h	Mínimo	Máximo	Vespertino
	1.290 h	270 h	30 h	555 h	1.125 h	615 h	135 h		10	16	



EIXOS

- Formação básica (Yellow)
- Formação complementar obrigatória (Green)
- Formação profissional específica (Blue)
- Formação geral (Brown)
- Formação profissional geral (Red)
- Optativas (Orange)
- Legislação Específica (Purple)

(*) e (**) combinações de CH e Créditos possíveis

(*) e (**) combinações de CH e Créditos possíveis

3.9.3. Matriz Curricular

Tabela 30 – Matriz Curricular do Curso de Engenharia de Produção Civil

TEMPO MÍNIMO: 05 anos TEMPO MÁXIMO: 08 anos	CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.020 horas CREDITAÇÃO TOTAL: 194
--	---

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
Matemática	Matemática Básica	1°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	-
	Cálculo I	1°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	-
	Cálculo II	2°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	Matemática Básica e Cálculo I
	Cálculo III	3°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	Cálculo II
	Calculo Numérico	4°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	Álgebra Linear e Cálculo III
	Álgebra Linear	2°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	Matemática Básica
	Estatística	4°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	Cálculo II
Física	Física Geral e Experimental I	1°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	-
	Física Geral e Experimental II	2°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	Física Geral e Experimental I e Calculo I
	Física Geral e Experimental III	3°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	Física Geral e Experimental II e Calculo II
Química	Química Geral	1°	FB	30	60	00	90	02	02	00	04	-

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
Desenho	Desenho Básico	1°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	-
	Desenho Técnico	2°	FB	30	30	00	60	02	01	00	03	Desenho Básico
Desenho de Construção Civil	Desenho de Construção Civil	3°	CO	15	60	00	75	01	02	00	03	Desenho Técnico e Computação Aplicada à Engenharia
Eletricidade	Eletricidade	4°	FB	15	60	00	75	01	02	00	03	Física Geral e Experimental III
Processamento de Dados	Computação Aplicada à Engenharia	2°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	-
Mecânica	Mecânica Geral	3°	FB	30	60	00	90	02	02	00	04	Física Geral e Experimental I e Cálculo II
Resistência	Resistência dos Materiais	4°	FB	30	60	00	90	02	02	00	04	Mecânica Geral
Fenômenos de Transportes	Fenômenos de Transportes	5°	FB	45	30	00	75	03	01	00	04	Física Geral e Experimental II e Estatística
Topografia	Topografia	4°	FPG	15	60	00	75	01	02	00	03	Matemática Básica e Desenho Técnico
Transportes	Técnicas e Economia de Transportes	5°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Topografia e Estatística
	Construção de Estradas e Pavimentação	7°	FPG	45	30	00	75	03	01	00	04	Técnicas e Economia de Transportes e Mecânica dos Solos
Hidráulica	Hidráulica	6°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Fenômenos de Transportes e Mecânica Geral

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
Hidrologia Aplicada	Hidrologia Aplicada	7°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Mecânica dos Solos, Fenômenos de Transportes
Saneamento Básico	Saneamento Básico	9°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Hidráulica e Química Geral
Mecânica dos Solos	Mecânica dos Solos	6°	FPG	45	30	00	75	03	01	00	04	Materiais de Construção Civil I e Resistência dos Materiais
	Fundações	8°	FPG	45	30	00	75	03	01	00	04	Mecânica dos Solos
Sistemas Estruturais	Estruturas de Madeira	8°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Topografia, Teoria das Estruturas
	Estruturas Metálicas	7°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Teoria das Estruturas e Materiais de Construção Civil
	Estruturas de Concreto	7°	FPG	15	60	00	75	01	02	00	03	Teoria das Estruturas, Materiais de Construção Civil II
	Concreto Armado	8°	CO	30	30	00	60	02	01	00	03	Estruturas de Concreto
Teoria das Estruturas	Teoria das Estruturas	6°	FPG	45	30	00	75	03	01	00	04	Resistência dos Materiais e Cálculo Numérico
Materiais de Construção Civil	Materiais de Construção Civil I	3°	FPG	30	30	00	60	02	01	00	03	Física Geral e Experimental I e Química Geral
	Materiais de Construção Civil II	5°	FPG	15	60	00	75	01	02	00	03	Materiais de Construção Civil I e Estatística

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
Construção Civil	Tecnologia de Construção I	6°	FPG	30	60	00	90	02	02	00	04	Desenho de Construção Civil
	Tecnologia de Construção II	7°	FPG	30	60	00	90	02	02	00	04	Tecnologia de Construção Civil I
Controle da Qualidade	Qualidade e Produtividade na Construção Civil	10°	FPE	75	00	00	75	05	00	00	05	Higiene e Seg. do Trabalho e Planejamento e Controle da Construção
Planejamento e Controle da Produção	Planejamento e Controle da Construção	8°	FPE	45	30	00	75	03	01	00	04	Administração Aplicada à Produção e Economia Aplicada à Produção I
	Gerenciamento de Projetos e Contratos	9°	FPE	45	30	00	75	03	01	00	04	Planejamento e Controle da Construção
	Gerenciamento de Obras	9°	FPE	30	00	00	30	02	00	00	02	Planejamento e Controle da Construção
	Higiene e Segurança do Trabalho	8°	FPE	30	30	00	60	02	01	00	03	Ergonomia e Química Geral
Métodos de Pesquisa Operacional	Pesquisa Operacional Aplicada à Produção I	5°	FPE	15	30	00	45	01	01	00	02	Estatística, Metodologia Científica e Tecnologia de Produção
	Pesquisa Operacional Aplicada à Produção II	7°	FPE	15	30	00	45	01	01	00	02	Ergonomia, Estatística
Ciências do Ambiente	Engenharia e Meio Ambiente	8°	FG	60	00	00	60	04	00	00	04	-
Estudo de Tempos e Métodos	Ergonomia	4°	FPE	30	30	00	60	02	01	00	03	Desenho de Construção Civil e Metodologia Científica e Tecnológica de Produção

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
	Estudo de Tempos e Métodos	10°	FPE	45	30	00	75	03	01	00	04	Higiene e Seg. do Trabalho
Projetos de Projeto e da Fábrica	Projeto de Produto e da Fábrica	10°	FPE	45	30	00	75	03	01	00	04	Higiene e Seg. do Trabalho e Estágio Supervisionado
Administração	Administração Aplicada à Produção	5°	FG	30	30	00	60	02	01	00	03	Estatística e Metodologia Científica e Tecnologia da Produção
	Relações Humanas	6°	CO	30	00	00	30	02	00	00	02	Administração Aplicada à Produção
Economia	Economia Aplicada à produção I	5°	FG	30	30	00	60	02	01	00	03	Estatística e Metodologia Científica e Tecnologia de Produção
	Economia Aplicada à Produção II	7°	FG	45	00	00	45	03	00	00	03	Economia Aplicada à Produção I
Humanidades e ciências sociais	Fundamentos Jurídicos e Sociais	6°	FG	45	00	00	45	03	00	00	03	-
	Introdução à Engenharia de Produção	1°	CO	30	00	00	30	02	00	00	02	-
	Metodologia Científica e Tecnologia da Produção	2°	CO	15	30	00	45	01	01	00	02	Introdução à Engenharia de Produção
	Estágio Supervisionado	9°	CO	00	00	315	315	00	00	07	07	Planejamento e Controle e Higiene e Segurança do Trabalho
	Educação Física	3°	LES	00	30	00	30	00	01	00	01	-

Relação das Disciplinas Optativas

Matéria	Disciplina	Semestre	Natureza	Carga Horária				Crédito				Pré-Requisito
				T	P	Tb	Total	T	P	Tb	Total	
Processamento de Dados	Computação Gráfica	9°	OP	00	60	00	60	00	02	00	02	-
	Informática Aplicada à Eng. De Produção	10°	OP	00	60	00	60	00	02	00	02	-
Construção Civil	Tecnologia da Construção III	9°	OP	30	30	00	60	02	01	00	03	Tecnologia da Construção II
	Tecnologia da Pré - Fabricação	10°	OP	30	30	00	60	02	01	00	03	Tecnologia da Construção II e Planejamento e Controle
	Patologia e Recuperação das Construções	9°	OP	30	30	00	60	02	01	00	03	Tecnologia da Construção II, Concreto Armado e Fundações
Administração	Administração de Recursos Humanos	9°	OP	45	00	00	45	03	00	00	03	Administração Aplicada à Produção
	Administração de Materiais	10°	OP	45	00	00	45	03	00	00	03	Administração Aplicada à Produção
	Chefia e Liderança	10°	OP	45	00	00	45	03	00	00	03	Relações Humanas
	Redação Técnica	10°	OP	45	00	00	45	03	00	00	03	Administração Aplicada e Fundamentos Jurídicos
	Inglês Técnico	10°	OP	45	00	00	45	03	00	00	03	Tecnologia da Construção II e Engenharia e Meio Ambiente

Legenda: SEM.=Semestre, NAT.=Natureza da Disciplina, T= Teórico, P= Prático, TB= Trabalho, FB= Formação Básica, FPG= Formação Profissional Geral, FPE= Formação Profissional Específica, FG= Formação Geral, LES= Legislação Específica, CO= Complementar Obrigatória e OP= Optativa

3.9.4. Ementário

1º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CÁLCULO I	Básica	75
EMENTA		
Limite e continuidade de funções reais de uma variável. Assíntotas e traçados de curvas. Derivadas. Regras de derivação. Derivadas sucessivas. Derivação implícita. Interpretação geométrica de derivadas. Aplicações de derivadas: taxas relacionadas e problemas de maximização e minimização. Diferencial de uma função. Introdução ao Cálculo Integral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FINNEY, Ross L (et alli). Cálculo de George B. Thomas Jr. Vol. 1 – 10ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003, FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A:funções, limite, derivação, integração. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 448 p. ISBN 857605115X. LEITHOLD, Loius. O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1 - 3ª ed. São Paulo: Harbra. STEWART, James. Cálculo. Vol. 1 - 3.ed São Paulo: Cengage Learning, 2015. ISBN 9788522112586 (V.1) SWOKOWSKI, Earl William. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1 - 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ANTON, Howard. Cálculo, um novo horizonte. Vol. 1 - 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. BIANCHINI, Waldecir e Santos, Ângela Rocha dos. Aprendendo Calculo com Maple. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 2002. EDWARDS JR., C. H., PENNEY, D. E. Cálculo com Geometria Analítica. 4ª ed. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall do Brasil LTDA., 1997. GUIDORIZZI, Hamilton L. Um Curso de Cálculo. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC. MUNEM, Mustafa. Cálculo. Vol. 1. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1983. PISKOUNOV, N. Cálculo Diferencial e Integral. Vol. 1. Porto: Lopes da Silva. SIMMONS, George F. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1. São Paulo: Makron, 1987.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENHO BÁSICO	Básica	60
EMENTA		
Formatos de papel. Caligrafia técnica. Escalas. Tipos de linhas. Sistema de cotagem. Sistemas de projeções. Planos ortogonais. Diedros. Rebatimento. Representação de sólidos em planos projetantes. Vistas ortogonais. Perspectivas isométrica e cavaleira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnica. Normas para Desenho Técnico. SILVA Arlindo; RIBEIRO, Carlos Tavares; DIAS, João; SOUSA, Luís. Desenho Técnico Moderno. 4ª ed. São Paulo: LTC, 2006.</p> <p>FRENCH, Thomas. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. Porto Alegre: Globo, 1999.</p> <p>SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio V. Manual Básico De Desenho Técnico. 7ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Antônio Clélio; PERES, Mauro Pedro; IZIDORO, Nacir. Curso de Desenho Técnico e Autocad. São Paulo: Pearson, 2013.</p> <p>FONSECA, Ana Angélica S.; CARVALHO, Antônio Pedro A.; PEDROSO, Gilberto de M. Geometria Descritiva. Noções básicas. 5ª ed. Salvador: Quarteto, 2003.</p> <p>PEREIRA, Aldemar. Desenho Técnico Básico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BORNANCINI, José Carlos. Desenho Técnico Básico. Porto Alegre: Sulina, 1981.</p> <p>Montenegro, Gildo A. Geometria Descritiva. Vol. 1. São Paulo: Edgar Blucher, 2003.</p> <p>MARMO, Carlos. Curso de Desenho. Vol. 7. São Paulo: Gráfica, 1980.</p> <p>NEIZER, Ernest. Desenho Técnico para Construção Civil. Trad. Marion Luiza Schmieske. Vol. 1. São Paulo: EPU, 2005.</p> <p>ESTEPHANIO, Carlos. Desenho Técnico: uma linguagem básica. Rio de Janeiro: Editor Independente, 1999.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL I	Básica	60
EMENTA		
Sistemas de Medidas. Movimento em uma dimensão. Vetores. Movimento em duas e em três dimensões. Dinâmica. Estática. Trabalho e energia. Momentum linear. Centro de massa. Estática do corpo rígido.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALLONSO, M. & FINN, E.J. <i>Física Geral</i>. Vol. 1. São Paulo: Addison Wesley, 1986.</p> <p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R; WALKER, J. <i>Fundamentos da física</i>. 8ª. ed. Vol 1. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>MOSCA, G.; TIPLER, P. A. <i>Física. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol. 1. Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica</i>. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2009.</p> <p>NUSSENZVEIG H. M. <i>Curso de Física Básica</i>. Vol. 1. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.</p> <p>SERWAY, R.; JEWETT JR., J. W. <i>Princípios de Física</i>. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>YOUNG, H. D. & FREEDMAN, R. A. <i>Física I: Mecânica</i>. 10ª. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.</p> <p>McKELVEY, J.; GROTCHE, H. <i>Física</i>. Vol. 1. Ed. HARBRA, 1979.</p> <p>HEWITT, P. G. <i>Física Conceitual</i>. 9ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO À ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Complementar Obrigatória	30
EMENTA		
A Universidade, suas funções e relações com a sociedade. A evolução da Engenharia de Produção Civil no Brasil. A profissão de engenheiro. Os engenheiros e suas atividades. A prática do trabalho a nível científico. Técnicas de elaboração de relatórios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BAZZO, Walter A.; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.</p> <p>_____. Ensino de Engenharia na busca do seu aprimoramento. Florianópolis: Editora da UFSC. 1997.</p> <p>BROCKMAN, Jay B. Introdução à Engenharia: modelagem e solução de problemas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>KRICK, Edward V. Introdução à Engenharia. 2ª edição. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1979.</p> <p>LINSINGEN, I. V. <i>et al.</i> (ORG.). Formação do Engenheiro: desafios da atuação docente, tendências curriculares, questões contemporâneas da educação tecnológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.</p> <p>LITTLE, Patrick; DYM, Clive; ORWIN, Elizabeth; SPJUT, Erick. Introdução à Engenharia. São Paulo: Bookmann, 2010.</p> <p>MAYNARD, H. B. Manual de Engenharia de Produção. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1970.</p> <p>SILVEIRA, M. A. A Formação do Engenheiro Inovador: uma visão internacional. Rio de Janeiro: Maxwell, 2005.</p> <p>TRAJANO, ISAR. Engenharia de Produção Civil: histórico e conceituação. Caderno de produção civil nº 14/86. Niterói. Universidade Federal Fluminense UFF. 1986.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MASETTO, T. M. (org.). Ensino de Engenharia: técnicas para otimização das aulas. São Paulo: Avercamp, 2007.</p> <p>NOVAES, Antonio Galvão. Vale a Pena ser Engenheiro? São Paulo: Editora Moderna, 1985.</p> <p>SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica: elaboração e relatórios de estudos científicos. Porto Alegre. Editora Sulina. 1971.</p> <p>SCHNAID, F.; ZARO, M.A.; TIMM, M. I. (org.) Ensino de Engenharia: do positivismo à construção das mudanças para o século XXI. Porto Alegre: UFRGS, 2006.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MATEMÁTICA BÁSICA	Básica	75
EMENTA		
Álgebra Vetorial. Geometria Analítica: estudo geral da reta e do plano no espaço tridimensional, estudo das cônicas, coordenadas polares, cilíndricas e esféricas e estudo de superfícies.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. Geometria Analítica: um tratamento vetorial. 3. ed.rev. amp. São Paulo: Prentice Hall, 543 p. ISBN 8587918915 (broch.) 2005.</p> <p>LEHMANN, Charles H. Geometria Analítica. 9. ed Rio de Janeiro: Globo Vídeo, 998 457 p. ISBN 85-250-0233-X, 1970.</p> <p>STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Geometria Analítica. 2. ed. São Paulo: McGraw Hill, 292 p. ISBN 9780074504096 (broch.) 1987.</p> <p>VENTURI, Jacir J. Álgebra vetorial e geometria analítica.8. ed., atual. Curitiba, PR: [s.n., 199]. 239 p. ISBN 85-85132-48-5 (broch.) (On-line).</p> <p>WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Makron Books, 232 p. ISBN 8534611092, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CAROLI, Alésio de Matrizes, vetores, geometria analítica. São Paulo: Nobel, 167 p., 1976</p> <p>GOLÇALVES, Zózimo Menna. Geometria analítica no espaço. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 160 p., 1978.</p> <p>KLÉTÉNIC, D. Problemas de Geometria Analítica. 3 ed. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1980.</p> <p>SANTOS, Nathan Moreira dos. Vetores e matrizes. Ao Livro Técnico. Coleção Schaum. Endereço Eletrônico: http://www.mat.ufmg.br/~regi.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
QUIMICA GERAL	Básica	90
EMENTA		
Composição, Estrutura e Propriedades dos Elementos e Compostos Químicos. Sólidos: Estrutura cristalina, Imperfeições em Sólidos. Corrosão em Materiais. Corrosão em Concreto. Tintas. Combustíveis e Combustão. Reciclagem de Materiais Cerâmicos, Metálicos e de Polímeros. Resíduos Industriais e Tratamento de Efluentes. Tópicos básicos da Físico-química. Atividades de Laboratório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
MAHAN – Química - Um curso Universitário. Ed. Edgar Blucher. 1996 ATKINS – Físico-Química .Ed. Ltc. 1999 ATKINS e JONES – Princípios da Química .Ed. Boockman. 2001 DONALD K. SEBERA – Estrutura Eletrônica e Ligações Químicas . Ed. Polígono. 1968 R. NORRIS SHREVE e JOSEPH A. BRINK Jr. Indústrias de Processos Químicos . Ed. Dossat. 1954 LAWRENCE H. VAN VLACK – Princípios de Ciência e Tecnologia dos Materiais . Ed. Edgar Blucher.1970 WILLIAM D. CALLISTER, JR. – Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução . Ed. Ed. Ltc. 2015 GENTIL,VICENTE - Corrosão . Ed. Guanabara. Ed. Ltc. 1996		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
COSTA, João Alves. Química Inorgânica de metais e semimetais . Livraria Nobel S.A. 1965. FERNANDES, Fernando M. S. S. Equilíbrio Químico e reações de oxi-redução – textos de química geral. Livraria Escolar Editora.1982. O´CONNOR, ROD – Editora Harbra. Fundamentos de Química .1982. BUENO, Willie. Química Geral . McGraw do Brasil LTDA.1978. ESPERIDIÃO, Yvone Mussa. Química dos experimentos as teorias . Companhia Editora Nacional.1977. HELENE, Paulo R.L. Corrosão em armaduras para concreto armado . PINI Editora. 2001. VERÇOSA, Enio José. Patologia das edificações . SAGRA.1991.		

2º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HÓRARIA
ÁLGEBRA LINEAR	Básica	60 horas
PRÉ-REQUISITO: Matemática Básica		
PRÉ-REQUISITO PARA: Cálculo Numérico		
EMENTA		
Sistemas de equações lineares. Matrizes e Determinantes. Espaços Vetoriais. Transformações lineares. Autovalores e autovetores.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>Matrizes. Operações com Matrizes. Inversão de Matrizes. Escalonamento de Matrizes; Sistemas Lineares. Sistemas Escalonados. Discussão e Resolução de um Sistema Linear; Determinantes. Permutações. Propriedades dos Determinantes. Cofatores. Inversão de Matrizes. Espaços Vetoriais. Definição. Propriedades. Sub-espaços Vetoriais. Somas de sub-espaços. Combinações Lineares. Espaços Vetoriais Finitamente Gerados. Base e Dimensão. Dependência Linear. Base de um espaço Vetorial Finitamente Gerado. Dimensão. Mudança de Base. Transformações Lineares. Definição de Transformações Lineares. Núcleo e Imagem. Isomorfismos. Operações com Transformações Lineares. Matriz de uma Transformação Linear. Valores e Vetores Próprios. Valores Próprios. Vetores Próprios. Polinômio Característico.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTON, Howard e Rorres, Chris. Álgebra Linear com Aplicações. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. BOLDRINI, J. L. ET AL. Álgebra Linear. São Paulo. Editora Harbra. 1978. CALLIOLI, Carlos A. DOMINGUES, Hygino H. e COSTA, Roberto C. F. Álgebra Linear e Aplicações. São Paulo. Editora Atual. 1983. POOLE, David. Álgebra Linear. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004. STEINBRUCH, Alfredo e WINTERLE, Paulo. Álgebra Linear. São Paulo: McGraw-Hill (Pearson Education do Brasil), 1987.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>HOFFMAN, Kenneth e KUNZE, Ray Álgebra Linear. Rio de Janeiro. LTC. 1979. LIMA, Elon L. Álgebra Linear. Coleção Matemática Universitária IMPA Rio de Janeiro. 1995. OLIVA, Waldyr M. Vetores e Geometria. São Paulo. Editora Edgard Blucher. 1973.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CÁLCULO II	Básica	75
PRÉ-REQUISITO: Matemática Básica. Cálculo I.		
EMENTA		
Processos gerais de integração. Integral definida e aplicações. Estudo das funções reais de várias variáveis: limites, continuidade, derivadas parciais e direcionais, derivadas totais. Aplicações. Integrais e duplas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FINNEY, Ross L (et alli). Cálculo de George B. Thomas Jr. Vols. 1 e 2 – 10ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003,</p> <p>FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação, integração. 6ª. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 448 p. ISBN 857605115X.</p> <p>GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfícies. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 435 p. ISBN 9788576051169(broch.).</p> <p>LEITHOLD, Loius. O Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 1 e 2, 3ª ed. São Paulo: Harbra.</p> <p>STEWART, James. Cálculo. Vols. 1 e 2 - 3.ed São Paulo: Cengage Learning, 2015. ISBN 9788522112586(v.1)</p> <p>SWOKOWSKI, Earl William. Cálculo com Geometria Analítica. Vols. 1 e 2 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1994.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ANTON, Howard. Cálculo, um novo horizonte. Vols. 1 e 2. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>BIANCHINI, Waldecir e Santos, Ângela Rocha dos. Aprendendo Calculo com Maple. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 2002.</p> <p>EDWARDS JR., C. H., PENNEY, D. E. Cálculo com Geometria Analítica. 4ª ed. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall do Brasil LTDA., 1997.</p> <p>MUNEM, Mustafa. Cálculo. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1983.</p> <p>PISKOUNOV, N. Cálculo Diferencial e Integral. Vol. 1 e 2. Porto: Lopes da Silva.</p> <p>SIMMONS, George F. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1 e 2. São Paulo: Makron, 1987.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HÓRARIA
COMPUTAÇÃO APLICADA À ENGENHARIA	Básica	75 horas
EMENTA		
<p>Conceitos fundamentais em informática. Histórico da computação. Noções de equipamentos, projetos e aplicações. Sistema de computadores. Estrutura e síntese de algoritmos. Linguagem de programação. Sistemas operacionais. Estrutura de dados. Armazenamento, recuperação de dados. Atividades de laboratório.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CELES, W.; CERQUEIRA, R.; NETTO, J.L.R. Introdução às estruturas de dados. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004. CORMEN, T.H.; LEISERSON, C.E.; STEIN, C.; RIVEST, R.L. Algoritmos: Teoria e Prática. Terceira Edição. Editora Campus, 2011. GUIMARÃES, A.M.; LAGES, N.A.C. Algoritmos e estruturas de dados. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1994. PATTERNSON, David. Organização e Projeto de Computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2000. STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2002. FARRER, Harry e outros. Algoritmos Estruturados - 3ª Ed. LTC. Rio de Janeiro. 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LEISERSON, Charles E., RIVEST, Ronald L., CORMEN, Thomas H. Algoritmos – teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002. OLIVEIRA, Jayr F., MANZANO, José A. N. G. Algoritmos: lógica para desenvolvimento da programação. São Paulo: Érica, 2001. FORBELLONE, A., EBERSPACHER, H. Lógica de Programação. São Paulo: Makron Books, 1999. TOSCANI, Laura V., VELOSO, Paulo A. S. Complexidade de Algoritmos. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2001.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENHO TÉCNICO	Básica	60
PRÉ-REQUISITO: Desenho Básico.		
EMENTA		
O Terreno como elemento de construção. Planta de situação e localização. Planta baixa. Cortes. Fachadas. Elaboração de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnica. Normas para Desenho Técnico.</p> <p>BORGES, Alberto de C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. 9ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.</p> <p>CHING, Francis D. K. Representação Gráfica em Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p> <p>GURGEL, Miriam. Projetando Espaços: Guia de arquitetura de interiores para áreas residenciais. 3ª ed. São Paulo: SENAC/SP, 2005.</p> <p>MONTENEGRO, Gildo de A. Desenho Arquitetônico. 4ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.</p> <p>YEE, Randow. Desenho Arquitetônico: Um compêndio visual de tipos e métodos. 3ª ed. São Paulo: LTC, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AZEREDO, Hélio A. O edifício até a sua cobertura. São Paulo: Edgard Blucher, 1983.</p> <p>NEIZER, Ernest. Desenho Técnico para Construção Civil. Vol. 2. Trad. Marion Luiza Schmieske. São Paulo: EPU,</p> <p>NEUFERT, Peter. Arte de projetar em arquitetura. 18ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.</p> <p>Revista Arquitetura e Construção. São Paulo: Abril.</p> <p>Revista Construção do Começo ao Fim. Fascículos 1 a 5. São Paulo: Casadois, 2014.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL II	Básica	60
PRÉ-REQUISITO: Cálculo I , Física Geral e Experimental I		
EMENTA		
Gravitação. Introdução à mecânica dos fluidos. Noções de teoria da elasticidade. Movimento oscilatório. Movimento ondulatório. Temperatura e calor		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R; WALKER, J. Fundamentos da Física. 8ª. ed. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>HEWITT, P. G. Física Conceitual. 9ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p> <p>MOSCA, G.; TIPLER, P. A. Física. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol. 1. Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2009.</p> <p>SERWAY, R.; JEWETT JR., J. W. Princípios de Física. Vol. 1 e 2. 3ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>YOUNG, H. D. & FREEDMAN, R. A. Física II: Termodinâmica e Ondas. 10ª. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NUSSENZVEIG H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1 e 2. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.</p> <p>SEARS, ZEMANSKY. Física. Mecânica e Hidrodinâmica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livro Técnico.</p> <p>CHAVES, A. Física Básica: Gravitação, Fluidos, Ondas, Termodinâmica. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIA CIENTÍFICA TECNOLÓGICA DA PRODUÇÃO	E Complementar Obrigatória	45
PRÉ-REQUISITO: Introdução à Engenharia de Produção.		
EMENTA		
Preparo de trabalhos científicos e tecnológicos. A Ciência e suas características. O conhecimento científico. O método científico. Questões epistemológicas da ciência. Técnica e tecnologia. A tecnologia e suas características. Lógica na pesquisa tecnológica. Observação, experimentação, verdade e refutação na pesquisa tecnológica. A inovação tecnológica. Ciência, tecnologia e a questão humana.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2004</p> <p>BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. Introdução a metodologia científica. 17. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>CERVO, Amado L. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.</p> <p>CRESWELL, Jonh w. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. Editora Artmed, 2010.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo. Editora Atlas. 1999.9.</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo. Cortez Editora. 1982.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KUHM, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1987.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MINAYO, Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento Pesquisa Qualitativa em Arte. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência dos estudos. São Paulo. Editora Atlas. 1976.</p> <p>SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica: elaboração e relatórios de estudos científicos. Porto Alegre. Editora Sulina. 1971.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo, 1988.</p> <p>ASTI VERA, Armando. Metodologia da Pesquisa Científica. Porto Alegre. Editora Globo. 1976.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALVES, R. Filosofia da Ciência: uma introdução ao seu jogo e suas regras. São Paulo. Editora Brasiliense. 1981.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p> <p>_____. NBR 6024: informação e documentação – Numeração Progressiva das Seções de um Documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.</p> <p>_____. NBR 6027: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.</p> <p>_____. NBR 6028: informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.</p> <p>_____. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>_____. NBR 10520: informação e documentação – Citações em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p>		

3º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CÁLCULO III	Básica	60
PRÉ-REQUISITO: Cálculo II.		
EMENTA		
Equações Diferenciais Ordinárias. Sistemas de Equações Diferenciais. Transformada de Laplace. Séries Numéricas. Séries de funções. Séries de Fourier.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABUNAHMAN, Sergio A. Equações Diferenciais. Vol.1 e 2. LTC.</p> <p>BRONSON, Richard; COSTA, Gabriel. Equações diferenciais. 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2008. 400 p. ISBN 9788577801831.</p> <p>ÇENGEL, Yunus A; PALM, William J. Equações diferenciais. Porto Alegre: AMGH Ed., 2014. xii, 585 p. ISBN 9788580553482 (broch).</p> <p>LEIGTON, Walter. Equações diferenciais e ordinárias. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 294 p.</p> <p>PISKOUNOV, N. Cálculo Diferencial e Integral. Vol 2. Porto: Ed. Lopes da Silva.</p> <p>ZILL, Dennis G. Equações diferenciais: com aplicações em modelagem. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 433 p. ISBN 9788522110599.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ANTON, Howard. Cálculo, um novo horizonte. Vols. 1 e 2. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>ÁVILA, Geraldo S. de Souza. Cálculo. Vols. 1 e 3. Rio de Janeiro: LTC, 1994.</p> <p>AYRES JR. Frank. Equações Diferenciais. Coleção Schaum. São Paulo: Makron Books, 1994.</p> <p>BOYCE, William E., Di PRIMA, Richard C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno. Rio de Janeiro: LTC, 1994.</p> <p>GUIDORIZZI, Hamilton L. Um Curso de Cálculo. Vols 2, 3 e 4. Rio de Janeiro: LTC.</p> <p>KAPLAN, Wilfred. Cálculo e Álgebra Linear. Vols 2, 3 e 4. Rio de Janeiro: LTC.</p> <p>KREYSZIG, Erwing. Matemática superior. Vols. 1 e 3 - 2. ed Rio de Janeiro: LCT, 1983</p> <p>MUNEM, Mustafa. Cálculo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1983.</p> <p>SIMMONS, George F. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. São Paulo: Makron Books, 1987.</p> <p>SWOKOWSKI, Earl William. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 2. São Paulo: Makron Books, 1994.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Complementar Obrigatória	75
PRÉ-REQUISITO: Desenho Técnico. Computação Aplicada à Engenharia.		
EMENTA		
Normas e regulamentos das edificações. Simbologia e convenções do desenho arquitetônico. Representação gráfica de projeto de edifício. Desenho de instalações. Desenho de formas e armaduras. Telhados Escadas. Desenho de detalhes. O uso do CAD.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AZEREDO, Hélio A. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blucher, 1997.</p> <p>AZEVEDO, Eduardo; CONCI, Aura e LETA, Fabiana. Computação Gráfica – V.1 e V.2. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>BAUD, Gérard. Manual de pequenas construções. São Paulo: alvenaria e concreto armado. São Paulo: Hemus, 1980.</p> <p>CORRIGAN, John. Computação gráfica: segredos e soluções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna 1994.</p> <p>CHING, Francis D. K. e JUROSZEK, Steven P. Representação Gráfica para Desenho e Projeto. Espanha: Gustavo Gilli, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ABNT NBR 6492 - Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.</p> <p>Baldam, Costa, Roquemar e Lourenço- AUTOCAD 2009 Utilizando Totalmente. 1ed. São Paulo: Érica, 2008.</p> <p>CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p> <p>CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.</p> <p>GARCÍA, José. Autocad 2011 e Autocad Lt 2011 - Curso Completo. São Paulo: Lidel – Zamboni, 2012.</p> <p>MONTENEGRO Gildo. Desenho arquitetônico. 4ª. Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.</p> <p>MITCHELL, William J. A lógica da Arquitetura. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.</p> <p>RIBEIRO, Arlindo e DIAS, Carlos. Desenho Técnico Moderno. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FÍSICA GERAL E EXPERIMENTAL III	Básica	75
PRÉ-REQUISITO: Física Geral e Experimental II, Cálculo II		
EMENTA		
Eletrostática. Eletrodinâmica. Magnetismo. Eletromagnetismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALLONSO, M. & FINN, E.J. <i>Física Geral</i>. Vol. 2. São Paulo: Addison Wesley, 1986.</p> <p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R; WALKER, J. <i>Fundamentos da física</i>. 8ª. ed. Vol 3. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>MOSCA, G.; TIPLER, P. A. <i>Física. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol. 2. Eletricidade, Magnetismo, Óptica</i>. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2009.</p> <p>SERWAY, R.; JEWETT JR., J. W. <i>Princípios de Física</i>. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>YOUNG, H. D. & FREEDMAN, R. A. <i>Física: Eletromagnetismo</i>. Vol. 3. 10ª. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NUSSENZVEIG H. M. <i>Curso de Física Básica</i>. Vol. 3. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.</p> <p>CHAVES, A. <i>Física Básica: Eletromagnetismo</i>. Rio de Janeiro: LTC Editora.</p> <p>McKELVEY, J.; GROTCHE, H. <i>Física</i>. Vol. 3. Ed. HARBRA, 1979.</p> <p>HEWITT, P. G. <i>Física Conceitual</i>. 9ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL I	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Química Geral. Física Geral e Experimental I		
EMENTA		
Introdução à normalização e certificação. Introdução à ciência dos materiais. Estrutura cristalina dos metais. Plasticidade dos metais. Ligas metálicas. Tratamentos térmicos. Ensaio mecânicos. O aço na construção civil. Materiais Cerâmicos. Polímeros na construção civil. Vidros. Materiais pétreos. Madeira como material de construção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CALLISTER JR, Willian D. Ciência Engenharia de Materiais: Uma Introdução . Editora LTC. 8ª Edição. Rio de Janeiro, 2012. CHIAVERINI, Vicente. Tecnologia Mecânica: Estruturas e Propriedades da Ligas Metálicas . Vol. I. Editora Mc Graw Hill. São Paulo, 1986 FALCÃO BAUER, L. A. Materiais de Construção Vol. II. Editora LTC. Rio de Janeiro, 2001. HIGGINS, R. A. Propriedades e Estruturas dos Materiais em Engenharia . Editora Difel. São Paulo, 1982 VAN VLACK, Lawrence Hall. Princípios de Ciências dos Materiais . Editora Edgard Blucher. São Paulo, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7480 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação , Rio de Janeiro, 2007. ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15270-1 – Componentes cerâmicos. Parte 1: Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação - Terminologia e requisitos , Rio de Janeiro, 2005. ISAIA, Geraldo Cechella. Materiais de Construção Civil e Princípios de Ciência e Engenharia de Materiais . Editora Ibracon. São Paulo, 2010. NEWELL, James. Fundamentos da Moderna Engenharia e Ciência dos Materiais . Editora LTC. Rio de Janeiro, 2010 SOUZA, Sérgio Augusto e PERRI, Eduardo Barbosa. Ensaio Mecânicos de Materiais Metálicos: Fundamento Teóricos e Práticos . Editora Edgard Blucher. São Paulo, 1982.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
EDUCAÇÃO FÍSICA	Legislação Específica	30
EMENTA		
Aerobismo, conhecimento do conceito e identificação das formas de trabalho para conseguir a capacitação aeróbica. Desenvolvimento. Resistência aeróbica geral. O sistema cardiovascular e respiratório. Conhecimento e pratica de métodos de condicionamento físico e dos princípios de alternância dos esforços físicos de média e de longa duração. Prática recreo-desportiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDERSON, Bob. Alongue-se. São Paulo: Editora SUMMUS, 1993.</p> <p>COSTA, Lamartine Pereira da. Treinamento Desportivo de Ritmo Biológico. Rio de Janeiro: Editora Livraria J. Olímpio, 1977.</p> <p>DAYUTO, Moacyr. Basquetebol Metodologia do Ensino. São Paulo: Editor Esporte e Educação, 1974.</p> <p>HALL, S. J. Biomecânica Básica. 1º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>HAMILTON, Nancy; LUTTGENS, Kathryn; WEIMAR, Wendi. Cinesiologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>SMITH, L. K. Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. 5º ed. São Paulo: Manole, 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NETTER, H. F. Atlas de Anatomia. Mason - Salvat, Barcelona. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>NORKIN, C. C.; LEVANGIE, P. K. Articulações: estrutura e função – Uma abordagem prática e abrangente. 2º ed. Rio de Janeiro, 2001.</p> <p>SMITH, L. K. Cinesiologia Clínica de Brunnstrom. 5º ed. São Paulo: Manole, 1997.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MECÂNICA GERAL	Básica	90
PRÉ-REQUISITO: Cálculo II. Física Geral e Experimental I.		
EMENTA		
Vetores de força. Equilíbrio de uma partícula. Diagrama de Corpo Livre. Resultante de um sistema de forças. Estática dos Sistemas Rígidos. Análise Estrutural. Treliças. Forças Internas Baricentros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BEER, Ferdinand P.; JOHNSON, E. Russel. Mecânica Vetorial para Engenheiros. Vols 1 e 2. São Paulo. Editora McGraw-Hill. 1979.</p> <p>MERIAN, James. L.; Kraige I. g. Mecânica Estática. 4 ed. Rio de Janeiro Editores Livros Técnicos e Científicos. 1999.</p> <p>SHAMES, I. Mecânica para Engenharia. 4 ed. Editora Pearson Prentice Hall. 2002.</p> <p>HIBBELER, R. C. Mecânica para Engenharia. Editora Pearson Prentice Hall.</p> <p>SINGER, Ferdinand Leon. Mecânica para engenheiros. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>HIGDON, Archie. Mecânica. Vols 1 e 2. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro.</p> <p>MASUERO J. R. E Creus, G. J. Introdução à mecânica estrutural. Editora Universidade Federal do Rio grande do Sul 1997.</p> <p>FONSECA. Adhemar. Curso de Mecânica. C.L.B. e Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1976.</p> <p>GILAT, Amos. MATLAB com aplicações em engenharia. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>CHAPMAN, Stephen. Programação em MATLAB para engenheiros. São Paulo Thomson 2006.</p>		

4º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HÓRARIA
CÁLCULO NUMÉRICO	Básica	60 horas
PRÉ-REQUISITO: Álgebra Linear e Cálculo III		
PRÉ-REQUISITO PARA: Teoria das Estruturas		
EMENTA		
Análise de erros, zeros de funções: métodos para obtenção de zeros de funções; resolução de sistemas lineares: métodos diretos e métodos iterativos; interpolação; Integração Numérica.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>Análises de Erros. Aritmética de Ponto Flutuante. Erros Absolutos e Relativos.</p> <p>Zeros de Funções. Isolamento de Raízes. Refinamento. Métodos para obter zeros de funções: Método da Bisseção; Método de Newton-Rapson; Método da Secante.</p> <p>Resolução de Sistemas Lineares. Métodos Diretos: Eliminação de Gauss e Fatoração LU; Métodos Iterativos: Gauss-Jacobi e Gauss-Seidel.</p> <p>Interpolação. Forma de Lagrange. Forma de Newton.</p> <p>Integração Numérica: Fórmulas de Newton-Cotes; Regra dos Trapézios simples e repétida; Regra 1/3 de Simpson simples e repétida.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; MONKEN, Luiz Henry. Cálculo Numérico: Características Matemáticas e Computacionais dos Métodos Numéricos. Editora Pearson: São Paulo, 2003.</p> <p>BARROSO, Leônidas C., Barroso, Magali M. De Araujo, Campos Filho, Frederico F., Carvalho, Márcio Luiz B. e Maia, Miriam. L. Cálculo Numérico, com aplicações. Editora Harbra: São Paulo 1987.</p> <p>FRANCO, Neide M. B. Cálculo Numérico. Editora Pearson Prentice Hall: São Paulo, 2006.</p> <p>RUGGIERO, Marcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. Cálculo Numérico, aspectos teóricos e computacionais. 2ª Edição. São Paulo: Makron Books, 1996.</p> <p>ARENALES, Selma & DAREZZO, Artur. Cálculo Numérico: aprendizagem com apoio computacional. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BURDEN, R. L. e FAIRES, D. Análise Numérica. São Paulo: Thomson. 2003.</p> <p>GILAT, A., Subramaniam, V.. Métodos numéricos, para engenheiros e cientistas. Porto Alegre: Bookman. 2000.</p> <p>PRESS, W., TEUKOLSKY, S., VETTERLING, W. e FLANNERY, B. Numerical Recipe. the Art of Scientific Computing. Cambridge University Press. 2007.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ELETRICIDADE	Básica	75
PRÉ-REQUISITO: Física Geral e Experimental III		
EMENTA		
Análise de circuitos em corrente contínua: técnicas de análise de circuitos, potência elétrica, teoremas para análise de circuitos. Análise de circuitos em corrente alternada: excitação senoidal, análise fatorial, potência em corrente alternadas. Noções de projeto instalações elétricas prediais: luminotécnica, dispositivos de comando e proteção, dimensionamento de instalações prediais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AIUB, J.E., FILONI, E. Eletrônica, Eletricidade – Corrente Contínua, São Paulo: Érica, 2007.</p> <p>BURIAN Jr., Y., A. C. C. Lyra, Circuitos Elétricos, Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>LIMA FILHO, Domingos Leite. Projeto de Instalações Elétricas Prediais. Érica, 2011.</p> <p>MAMEDE, João Filho. Instalações Industriais 8ª ed. LTC, 2012.</p> <p>NISKIER, Júlio. Manual de Instalações Elétricas. 5ª ed. LTC, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALBUQUERQUE, R. O. Análise de Circuitos em Corrente Alternada, São Paulo: Érica, 2007.</p> <p>CREDER, H. Instalações Elétricas, São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>WOLSKI, Belmiro. Circuitos e Medidas Elétricas. 2ª Ed. Base Editorial. Curitiba. 2010.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HÓRARIA
ERGONOMIA	Formação Profissional Específica	60
PRÉ-REQUISITO: Metodologia Científica e Tecnológica da Produção e Desenho de Construção Civil		
EMENTA		
<p>Conceituação da Ergonomia; condições de trabalho; custos humanos do trabalho; sistema homem-máquina; análise comportamental da tarefa; área interfacial; zona ambiental/espacial/arquitetural/física/química/operacional/(gerencial); parecer ergonômico; diagnóstico ergonômico.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABRAHÃO, Júlia. Introdução a ergonomia: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2009. 240 p BRASIL. Ministério do Trabalho. Manual de aplicação da norma regulamentadora n.17. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, DEFIT, 2002. 101 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro; 1997. 56 p. BRANDIMILLER, P. O corpo no trabalho: guia de conforto e saúde para quem trabalha em microcomputadores. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 2002. 157p. COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia aplicada ao trabalho: manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: Ergo, 1995. 353 p GOMES FILHO, João. Ergonomia do objeto: sistema técnico de leitura ergonômica. São Paulo: Escrituras, 2010. 255 p LIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blucher, 2005. 614 p. KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CAILLIET, René M. D. Dor no joelho. 3. ed. Porto Alegre: artes médicas, 2001. CAILLIET, RENÉ M. Dor no Ombro, 3. ed. São Paulo, Editora Artmed, 2001. GUÉRIN, François. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: USP, Escola Politécnica. Dep. de Engenharia de Produção: Fundação Vanzolini, 2001. xviii, 200 p.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTATÍSTICA	Básica	75
PRÉ-REQUISITO: Cálculo II.		
EMENTA		
Aspectos Preliminares do Trabalho Estatístico. Séries Estatísticas: Apresentação Tabular e Gráfica. Distribuição de Frequências. Medidas de Posição. Medidas de Dispersão. Números Índices. Modelos Probabilísticos. Experimentos Determinísticos e Aleatórios. Espaço amostral. Eventos. Variáveis Aleatórias. Distribuições Discretas de Probabilidade. Distribuições Contínuas de Probabilidade. Estimação: Pontual e Intervalar. Testes de Hipótese. Correlação e Regressão Linear Simples.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BUSSAB, Wilton O. e Morettin, Pedro Alberto Estatística Básica. Ed. 4. Editora Atual, São Paulo. 1981.</p> <p>FONSECA, Jairo Simon e Martins, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística. 1996.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade e Donaire, Denis. Princípios de Estatística. Ed. 4. Editora Atlas, São Paulo. 1991.</p> <p>SPIEGEL, Murray Ralph Estatística. Ed. 2. Editora McGraw-Hill do Brasil Ltda, São Paulo. 1984.</p> <p>TOLEDO, Geraldo Luciano e Ovalle, Ivo Izidoro. Estatística Básica. Ed. 2. Editora Atlas, São Paulo. 1981.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>HOEL, Paul. Estatística Elementar. Editora Atlas S. A.</p> <p>SPIEGEL, Murray Ralph. Probabilidade e Estatística (Coleção Schaun). Ed. 2. Editora McGraw-Hill do Brasil Ltda. São Paulo. 1984.</p> <p>TROLA, Mário F. Introdução à Estatística. Ed. 7. Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., Rio de Janeiro. 1996.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	Básica	90
PRÉ-REQUISITO: Mecânica Geral		
EMENTA		
Tensões e deformações. Princípios gerais da Resistência dos Materiais. Esforços solicitantes. Análise de peças subordinadas a esforços simples e combinados. Sistemas isostáticos. Sistemas reticulados. Conceitos de tensão e deformação. Energia de deformação. Tensão normal. Cisalhamento. Flexão simples e oblíqua. Torção. Linha elástica. Flambagem. Propriedades gerais. Teoremas gerais da Resistência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BEER, Ferdinand Pierre e JOHSNTON, E. Russel. Mecânica vetorial para engenheiros/estática. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012</p> <p>BEER, Ferdinand Pierre; JOHSNTON, E. Russel. Resistência dos materiais. 3. ed São Paulo: Makron Books, 1996</p> <p>GERE, James. Mecânica dos materiais. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>SCHIEL, Frederick. Introdução à Resistência dos Materiais. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984.</p> <p>TIMOSHENKO, Stephen. Resistência dos Materiais, vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CRAIG, Roy R. Mecânica dos materiais. Rio de Janeiro: LTC, 2003.</p> <p>SÜSSEKIND, José. Curso de Análise Estrutural, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987.</p> <p>SHAMES, Irving. Introdução à Mecânica dos Sólidos. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1983.</p> <p>TIMOSHENKO, Stephen; GERE, James. Mecânica dos Sólidos, v. 1 e v. 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TOPOGRAFIA	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Desenho Técnico, Matemática Básica		
EMENTA		
Equipamentos topográficos. Planimetria. Altimetria. Desenho Topográfico. Tópicos de Topografia aplicada à Construção Civil. Cálculo de área. Cálculo de volume de corte/aterro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDERSON, P. S. Princípios de Cartografia Topográfica. 1980.</p> <p>BORGES, Alberto de Campos. Topografia aplicada à Engenharia Civil. Vol. 1. e 2. São Paulo. Editora: Blucher. 2012.</p> <p>FONTES, Luiz Carlos A. de A. & TELES, Ana Regina T. F. Caderno de Exercícios de Topografia – Planimetria. Vol 1. Editora da Universidade Federal da Bahia (2ªEdição).</p> <p>FONTES, Luiz Carlos A. de A. & TELES, A Regina T. F. Caderno de Exercícios de Topografia – Planialmetria. Vol 2. Edição Experimental.</p> <p>TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia. São Paulo: Bookman, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BERALDO, P. & SOARES, S. M. GPS Introdução e Aplicações Práticas. 1995.</p> <p>BORGES, A. C. Topografia. Vols 1 e 2. Editora: Blucher. 1992.</p> <p>BURKARD, R. K., Geodésia-Apreciação de seus Objetivos e Problemas. Secretaria da Agricultura, Instituto Geográfico e Geológico, São Paulo, 1974.</p>		

5º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ADMINISTRAÇÃO APLICADA À PRODUÇÃO	Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Estatística, Metodologia Científica e Tecnologia de Produção.		
EMENTA		
Introdução à Administração. Organização de Sistemas de Produção. Administração da Produção. Administração de Suprimentos. Administração de Recursos Humanos. Sistema de Informações Gerenciais. Inter-relacionamento Humano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>H.A. Harding, ADM da Produção, Atlas. 1992 RAYMOND, R. Mayer, ADM da Produção. Atlas. 1984. ISALBERTO, Chiavenato, ADM de Empresas. Makron Books. 1994. GUERRA, Leone, Custos um Enfoque Administrativo. 1982 BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. Planejamento e Controle da Produção para Empresas de Construção Civil. Rio de Janeiro: LTC, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. HALPIN, D. W.; WOODHEAD, R. W. Administração da Construção Civil. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria geral da administração. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECONOMIA APLICADA À PRODUÇÃO I	Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Estatística, Metodologia Científica e Tecnologia de Produção.		
EMENTA		
Definição e leis da economia. Importância do estudo da economia: a visão micro e macro. Problema econômico. Sistemas econômicos: evolução, estrutura fundamental. Microeconomia: Teoria da Demanda; Teoria da Oferta; Equilíbrio de Mercado e alterações no Equilíbrio; Estruturas de Mercado. Macroeconomia: Agregados Macroeconômicos; Teoria monetária, Política Monetária e Sistema Financeiro Nacional; Inflação; Setor Público e Política Fiscal. Crescimento e Desenvolvimento econômico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CANO, Wilson. Introdução à Economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Campus, 2015. NOGAMI, Otto e PASSOS, Carlos. Fundamentos de Economia. São Paulo: Pioneira, 2015. PINHO, Diva Benevides (org.). Manual de Economia. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Economia: Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
SINGER, Paul. Aprender Economia. São Paulo: Contexto, 1998. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Economia Básica: Teoria e Exercícios. São Paulo: Atlas, 2005. GREMAUD, Amaury, VASCONCELLOS Marco Antônio Sandoval e TONETO Jr, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FENÔMENOS DE TRANSPORTES	Básica	75
PRÉ-REQUISITO: Física Geral e Experimental II, Estatística.		
EMENTA		
Propriedades Físicas dos Fluidos, Estatística dos fluídos, Cinemática e Dinâmica dos Sistemas Fluídos. Equações Fundamentais. Escoamento viscoso e incompressível, Perda de carga em tubulações. Introdução à Transferência de Calor e de Massa. (Condução de calor, Leis de troca de calor, Leis de convecção, Princípios de condensação e ebulição).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRUNETTI, Franco. Mecânica dos Fluidos . São Paulo: Pearson Education, 2008. FOX, Robert W.; MCDONALD, Alan T.; PRITCHARD, Philip J. Introdução à Mecânica dos Fluidos . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. GILES RENALD V. Mecânica dos Fluidos e Hidráulica . Coleção Schaum, 1998. MUNSON, Bruce Roy; YOUNG, Donald F.; OKIISHI, T. H. Fundamentos de Mecânica dos Fluidos . São Paulo: E. Blücher, 2004. STREETER, V.L Mecânica dos Fluidos . Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1980.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ÇENGEL, Yunus A. Mecânica dos Fluidos . Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006. PITTS, D. R. LEIGHTON, E. S. Fenômenos de Transporte . Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1998. SCHMIDT, Frank W.; WOLGEMUTH, Carl H.; MOREIRA, José Roberto Simões. Introdução às ciências térmicas: termodinâmica, mecânica dos fluídos, e transferência de calor . São Paulo: Edgard Blücher, 2004.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL II	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Materiais de Construção Civil I, Estatística.		
EMENTA		
Aglomerantes, agregados, argamassas e concretos. Ensaio físicos e mecânicos de: aglomerantes agregados e aglomerantes inorgânicos. Propriedades do concreto fresco e do concreto endurecido. Argamassas. Dosagens de concreto e argamassas. Ensaio. Controle de qualidade do concreto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALVES, J. D. Materiais de Construção / José Dafico Alves – 8.ed. – Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.</p> <p>BAUER, L. D. F. Materiais de Construção Vol. 1 e 2 - 5a. Edição, Rio de Janeiro: LTC, 2001.</p> <p>C HOLFE, Luiz; BONILHA, Luciana. Concreto Protendido - Teoria e Prática. São Paulo: PINI, 2013.</p> <p>IBRACON. Concreto: materiais, estruturas e realizações. Editor Geraldo C. Isaia.</p> <p>METHA, P.K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto: microestrutura, propriedades e materiais. 3ª Ed. São Paulo: IBRACON, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>IBRACON, Vol. 1 e 2. 2005.</p> <p>NEVILLE, A. M; BROOKS, J.J. Tecnologia do Concreto. 2ª ed. BOOKMAN, 2013.</p> <p>PETRUCCI, E. G. R. Materiais de Construção. São Paulo, Ed. Globo, 1997, 438 p.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À PRODUÇÃO I	Profissional Específica	45
PRÉ-REQUISITO: Metodologia Científica e Tecnologia de Produção. Estatística.		
EMENTA		
Introdução. Conceito de Pesquisa Operacional. Histórico da Pesquisa Operacional. Principais Modelos Aplicáveis em Engenharia de Produção: Programação Linear. Problema do Transporte. Extensões da Programação Linear. Programação Dinâmica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, E. L. Introdução à Pesquisa Operacional. Ed 3. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 2000.</p> <p>ERLICH, P. J. Pesquisa Operacional. Curso Introdutório. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1998.</p> <p>HILLIER, F., LIBERMAN, G. Introdução à Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Editor Campus Ltda., 1998.</p> <p>LOESH, C., HEIN, N. Pesquisa Operacional. Fundamentos e Modelos. Blumenau, SC: Editora FURB, 1999.</p> <p>WAGNER, H. Pesquisa Operacional. São Paulo: Editora Prentice Hall do Brasil, 1985.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>GUERREIRO, J., MAGALHÃES, A., RAMALHETE, M. Programação Linear. Vol 2. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal LTDA., 1985.</p> <p>PUCCINI, A. L. Introdução à Programação Linear. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 1987.</p> <p>ACKOFF, R. L., SASIENI, M. W. Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 1971.</p> <p>SILVA, E., MEDEIROS, E., GONÇALVES, V., Murilo, A. C. Pesquisa Operacional. São Paulo Editora Atlas S/A, 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TÉCNICAS E ECONOMIA DE TRANSPORTES	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Topografia, Estatística.		
EMENTA		
Estudos de Tráfego. Classificação e Nomenclatura de Estradas. Terminologia. Estudos e Projetos para implantação de uma Estrada. Projeto Geométrico. Estudo de Viabilidade Econômica. Custos, Orçamento e Medição.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ADLER, H. A. Avaliação Econômica dos Projetos de Transportes. Rio de Janeiro. Livros Técnicos Científicos, 1978.</p> <p>CARVALHO, M.P. Curso de Estradas. Rio de Janeiro. Editora Científica, 1996.</p> <p>CET/SP. Noções de Engenharia de Tráfego. Boletim Técnico N. 05. São Paulo. Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, 1977.</p> <p>CET/SP. Pesquisas e Levantamentos de Tráfego. Boletim Técnico n.28. São Paulo. Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, 1979.</p> <p>HOEL, L. H.; GARBER, N. J.; SADEK, A. W. Engenharia de Infraestrutura de Transportes: uma integração multimodal. São Paulo: Cenage Learnig, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>GEIPOT. Diretrizes Ambientais para o Setor Transportes. Brasília. Empresa de Planejamento de Transportes. GEIPOT, 1992.</p> <p>TRANSPORTATION RESEARCH BOARD – Highway Capacity Manual. Special Report 209. Washington. DC. USA, 1995.</p> <p>SILVEIRA, M. R. Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2011.</p>		

6º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTOS JURÍDICOS E SOCIAIS	Geral	45
EMENTA		
<p>Noções Gerais de Direito. Direito Constitucional. Direito Administrativo e Tributário. Direito Penal. Direito do Trabalho. Direito Comercial e Direito Civil. Responsabilidade Civil e Penal no Exercício da Profissão. Regulamentação da Profissão do Engenheiro. Ética Profissional: Dimensão Pessoal e Social.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MARTINS, Sergio Pinto Instituições de Direito Público e Privado / Sergio Pinto Martins – São Paulo, Atlas 2003. NADER, Paulo Introdução ao Estudo do Direito / Paulo Nader – Rio de Janeiro : Forense 1998 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – 2003. Código de Defesa do Consumidor</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NETO, Francisco Maia; Roteiro Prático de avaliações e Perícias Judiciais; 5ª ed.; Del Rey; 324p; 2000. ROSA, F. de Miranda; Sociologia do Direito, o fenômeno jurídico como fato social; 16ª ed.; Jorge Zahar Editor; 277p.; 2001. JUNQUEIRA, Gabriel José Pereira; Aspectos Jurídicos dos negócios Imobiliários; Editora de Direito; 1ª ed.; 303 p.; 2003.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HIDRÁULICA	Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Fenômenos de Transportes, Mecânica Geral.		
EMENTA		
Escoamento em condutos forçados. Canais e meios porosos. Hidrometria. Orifícios. Tubos curtos e Vertedouros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BAPTISTA, Márcio; LARA, Márcia. Fundamentos da Engenharia Hidráulica. 3ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>LENCASTRE, Armando. Hidráulica Geral. Hidroprojecto. Lisboa: 1983.</p> <p>MACHINTYRE, Achibaldi J. Bombas e Instalações de Bombeamento. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Científicos, 1997.</p> <p>PIMENTA, Carlito. F. Curso de Hidráulica Geral, Vol.1 e 2.São Paulo: Edgard Blücher, 1999.</p> <p>PORTO, Rodrigo M.. Hidráulica Básica. 4ed.São Carlos: EESC/USP, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NETO, Azevedo; Fernandez, Miguel F. Manual de Hidráulica. 9ed.São Paulo: Edgard Blucher, 2015.</p> <p>QUINTELA, Antonio C.. Hidráulica. 13ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,. 2014.</p> <p>SILVESTRE, Paschoal A. Hidráulica Geral. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
MECÂNICA DOS SOLOS	Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Materiais de Construção Civil I, Resistência dos Materiais.		
EMENTA		
Origem e Formação dos Solos. Noções de Geologia Aplicada à Engenharia. Estrutura dos Solos e Índices Físicos. Classificação e Propriedades dos Solos. Estados de Tensão e Critérios de Resistência. Estabilidade de Taludes. Ensaios de Laboratório e de Campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BRAJA, M. Das. Fundamentos de Engenharia Geotécnica. Cengage Learning, São Paulo, 2011.</p> <p>CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos Solos e suas Aplicações. Vol. 1. Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A. Rio de Janeiro, 1988.</p> <p>CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos Solos e suas Aplicações. Vol. 2. Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A. Rio de Janeiro, 1987.</p> <p>CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos Solos e suas Aplicações. Vol. 3. Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A. Rio de Janeiro, 1977.</p> <p>PINTO, Carlos de Sousa. Curso Básico de Mecânica dos Solos em 16 Aulas. Oficina de Textos, São Paulo, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>NOGUEIRA, João Baptista. Mecânica dos Solos. Ensaios de Laboratório. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1998.</p> <p>ORTIGÃO, J. A. R. Introdução à Mecânica dos Solos dos Estados Críticos. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, 1995.</p> <p>VARGAS, Milton. Introdução à Mecânica dos Solos. Editora McGraw-Hill do Brasil. São Paulo, 1977.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
RELACIONES HUMANAS	Complementar Obrigatória	30
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção.		
EMENTA		
Principais Teorias Comportamentais e Aplicação nas Situações Concretas da Realidade Empresarial. A Importância dos Recursos Humanos Para a Empresa. Teorias da Motivação. Principais Traços da Personalidade. Principais Mecanismos de Compensação e Aptidões Humanas. Estilos de Supervisão e Gerência. Comunicação Humana A Subjetividade nos Laços Sociais. O Indivíduo e o Grupo. Desenvolvimento Interpessoal. Dinâmica de Grupo. Administração de Conflito.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia Aplicada à Administração, uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>BERGAMINI, M. C. Psicologia aplicada à Administração. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9ª ed. São Paulo: Makron Books, 2014.</p> <p>FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores. Integrando Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E. & BASTOS, Antônio V.B. (Orgs). Psicologia organizações e trabalho no Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LOURAU, René. A análise institucional. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>MYERS, David G. Psicologia Social. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>MORIN, Edgar. O Método. As Ideias. Editora Sulina. Porto Alegre, 2001.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO I	Profissional Geral	90
PRÉ-REQUISITO: Desenho de Construção Civil		
EMENTA		
Evolução técnica da construção. A questão tecnológica. Tecnologia construtiva. Fases da construção. Análise de projetos. Locação de obras. Execução de fundações. Estrutura em concreto. Formas e cimbramentos. Armaduras. Execução de estrutura em madeira. Metálicas, Protendidas e pré-moldadas. Alvenaria. Cobertura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GEHBAUER, Fritz G. Planejamento e Gestão de Obras: Curitiba 2002: ed Cefet - Pr. 2002.</p> <p>PIANCA, João Batista. Manual do construtor. Porto Alegre: Globo, 1967.</p> <p>RIPPER, Ernesto. Como evitar erro na construção. Ed 2. São Paulo: Pini, 1985.</p> <p>CENTRO DE TECNOLOGIA DE EDIFICAÇÕES - Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. São Paulo: Editora Pini, 1996.</p> <p>CENTRO DE TECNOLOGIA DE EDIFICAÇÕES - Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. São Paulo: Editora Pini, 1996</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BELL, Braian Joseph. Fundações em concreto armado. Rio de Janeiro: ed Guanabara. 1985.</p> <p>CIMINO, R. <i>Planejar para Construir</i>. São Paulo. PINI, 1987.</p> <p>GOLDMAN, P. <i>Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira</i>. 3.ed. São Paulo. PINI, 1997.</p> <p>GUEDES, M. F. <i>Caderno de Encargos</i>. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo. PINI, 1987.</p> <p>Manual de Obras Públicas – Edificações: Práticas SEAP. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio - Governo Federal</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TEORIA DAS ESTRUTURAS	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Resistência dos Materiais, Cálculo Numérico.		
EMENTA		
Morfologia das Estruturas. Avaliação de Esforços Externos. Estudo das Cargas Móveis. Linhas de Influência. Envolvórias. Estruturas Submetidas a Pressões Laterais. Vigas Contínuas. Estruturas Hiperestáticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6123 – Forças devidas ao vento em edificações. Rio de Janeiro, 1990.</p> <p>KASSIMALI, Aslam. Análise Estrutural – 5ª edição. Cengage Learning: São Paulo, 2015.</p> <p>MOLITERNO, Antônio. Caderno de muros de arrimo – 2ª edição. Ed. Edgard Blücher: São Paulo, 1995.</p> <p>SORIANO, Humberto Lima Soriano. Estática das estruturas. Editora Ciência Moderna Ltda.: Rio de Janeiro, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALMEIDA, Maria Cascão Ferreira. Estruturas isostáticas. Editora Oficina de Textos: São Paulo, 2009.</p> <p>MARTHA, Luiz Fernando. Análise de estruturas: conceitos e métodos básicos. Campus Editora: São Paulo, 2010.</p> <p>SUSSEKIND, José Carlos. Curso de análise estrutural: estruturas isostáticas. Vol 1. Ed. Globo: Rio de Janeiro, 1994.</p>		

7º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PAVIMENTAÇÃO	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Técnicas e Economia de Transporte, Mecânica dos Solos		
EMENTA		
Estradas Pavimentadas. Materiais Utilizados. Equipamentos. Etapas de Pavimentação. Projeto de Pavimento. Drenagem das Estradas. Paisagismo. Sinalização. Conservação e Restauração de Pavimentos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BERNUCCI, L. B., MOTTA, L. M. G da, CERATTI, J. A. P e SOARES, J. B. Pavimentação Asfáltica – Formação Básica para Engenheiros . Patrocínio da PETROBRÁS/ABEDA, Rio de Janeiro, 2006.		
PINTO, Salomão. Materiais Pétreo e Concreto Asfáltico . Departamento de Engenharia de Fortificação e Construção – DE/2. 2003.		
PINTO, Salomão. Materiais Betuminosos . Departamento de Engenharia de Fortificação e Construção – DE/2. 2003.		
SENÇO, Wlastermiller de. Técnicas de Pavimentação . Editora Pini Ltda, São Paulo, Volumes 1 e 2, 2003.		
SILVA, Paulo Fernando A. Manual de Patologia e Manutenção de Pavimentos . Editora Pini Ltda, São Paulo, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
MEDINA, J. e MOTTA, L. M. G. Mecânica dos Pavimentos . 2ª edição, 570 p. Rio de Janeiro-RJ, Editora UFRJ, 2005.		
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNIT. Manual de Pavimentação . Publicação IPR 719, 2006.		
PINTO, S.; PREUSSLER, E. Pavimentação rodoviária – conceitos fundamentais sobre pavimentos flexíveis . Rio de Janeiro: Copiarte, 2002. 269p.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À PRODUÇÃO II	Profissional Específica	45
PRÉ-REQUISITO: Ergonomia, Estatística		
EMENTA		
Principais Modelos Aplicáveis em Engenharia de Produção: Programação Linear Inteira e Mista. Teoria de Estoques. Processos Estocásticos. Teoria das Filas. Simulação Discreta. Teoria dos Grafos e suas Aplicações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, E. L. Introdução à Pesquisa Operacional. Ed. 3. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Editora Ltda., 2000.</p> <p>ERLICH, P. J. Pesquisa Operacional: curso Introdutório. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1988.</p> <p>HILLIER, F., LIEBERMAN, G. Introdução à Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1988.</p> <p>BELCHIOR, P.G.O. Técnicas de Avaliação e Revisão de Projetos. Tecnoprint Gráfica S.A. São Paulo. 1974.</p> <p>BRONSON, Richard. Pesquisa Operacional. Editora . McGraw-Hill. 1994.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>EPPEN, G. D. e GOULD, F. J. Introductory Management Science. University of Chicago. Prentice-Hall, New Jersey. 1994.</p> <p>MOREIRA, Daniel A. Introdução a Administração da Produção e Operações. Pioneira, São Paulo, 1998.</p> <p>SHAMBLIN, James e G.T. Stevens Jr. Pesquisa Operacional - Uma Abordagem Básica. Editora Atlas S.A. São Paulo, 1979.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ECONOMIA APLICADA À PRODUÇÃO II	Geral	45
PRÉ-REQUISITO: Economia Aplicada à Produção I		
EMENTA		
Marketing. Custos Industriais. Administração Financeira. Estrutura da SA Demonstrações. Contábeis. Contabilidade de Custo. Análise Financeira. Planejamento Financeiro. Espírito Empreendedor. A Pequena Empresa. Chefia e Liderança.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial Tecnológica: as grandes tendências de mudanças. Economia e Sociedade. Campinas. Vol. 1, 1992.</p> <p>DORNBUSCH, R & FISCHER, S. Introdução à Macroeconomia. São Paulo, Mc Graw Hill. 1992.</p> <p>FEA/USP. Globalização e suas implicações. Revista de Economia Aplicada.1997.</p> <p>GONÇALVES, R. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, Campus. 1998.</p> <p>GREMAUT, A. P. TONETO Jr., R. & VASCONCELLOS, M. A. Economia Brasileira Contemporânea para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KON. A Economia Industrial. São Paulo: Nobel. 1994.</p> <p>PORTER, M. Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro, Campus. 1993.</p> <p>USP. Manual de Economia. SP. Ed Saraiva. 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTRUTURAS DE CONCRETO	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Teoria das Estruturas, Materiais de Construção Civil II.		
EMENTA		
Introdução ao concreto armado. Fundamentos do projeto estrutural. Propriedades do concreto, do aço e do concreto armado. Normas técnicas. Dimensionamento e detalhamento de vigas e lajes. Torção em vigas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8681 - Ações e Segurança nas Estruturas – Procedimento. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento, Rio de Janeiro, 2014.</p> <p>BOTELHO, Manoel H. Campos e MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto Armado – Eu te amo. Vol. II - 4ª edição – Editora Edgard Blucher: São Paulo, 2015.</p> <p>DUMÊT, Tatiana Bittencourt. Notas de aula da disciplina Estruturas de Concreto Armado I da UFBA. Bahia, 2011.</p> <p>FUSCO, Péricles Brasiliense. Tecnologia do concreto estrutural. Editora Pini. São Paulo, 2012.</p> <p>FUSCO, Péricles Brasiliense. Técnicas de Armar as Estruturas de Concreto. Editora Pini. São Paulo, 2013.</p> <p>PORTO, Thiago Bomjardim e FERNANDES, Danielle Stefane Gualberto. Curso Básico de Concreto Armado. Oficina de Textos: São Paulo, 2015.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BOTELHO, Manoel H. Campos e MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto Armado – Eu te amo. Vol. I - 7ª edição – Editora Edgard Blucher: São Paulo, 2013.</p> <p>CARVALHO, Roberto Chust e FIGUEIREDO FILHO, Jasson. Cálculo e Detalhamento de Estruturas Usuais de Concreto Armado. V.1 e 2. 4ª edição. EDUFSCAR: São Paulo, 2014.</p> <p>CLÍMACO, João Carlos Teatini de Souza – Estruturas de Concreto Armado: Fundamentos de Projeto, Dimensionamento e Verificação. Editora Universidade de Brasília: Finatec, Distrito Federal, 2013.</p> <p>GRAZIANO, Francisco P. Projeto e Execução de Estruturas de Concreto Armado. Editora CTE, São Paulo, 2005.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTRUTURAS METÁLICAS	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Teoria das Estruturas, Desenho de Construção Civil		
EMENTA		
Tipos e Propriedades Físicas e Mecânicas dos Aços Estruturais. Perfis. Dimensionamento de peças à tração, compressão e flexão. Ligações e Comportamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>PFEIL, Walter e PFEIL Michéle. Estruturas De Aço - Dimensionamento Prático - 8ª edição. Editora LTC. Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca Bragança. Estruturas Metálicas - Cálculos, Detalhes, Exercícios e Projetos. 2ª Edição. Editora Edgard Blucher. São Paulo, 2005.</p> <p>PINHO, Fernando Ottoboni; BELLEI, Ildony H. e PINHO, Mauro Ottoboni. Edifícios de Múltiplos Andares em Aço. 2ª edição. Editora PINI. São Paulo, 2008.</p> <p>RUTMAN, Jacques. Estruturas Metálicas: Projetos e Detalhes. Editora JJ Carol. São Paulo, 2015.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>PIGNATTA E SILVA, Valdir e Domingos PANNONI, Fabio Domingos. Estruturas de Aço Para Edifícios - Aspectos Tecnológicos e de Concepção. Editora Edgard Blucher. São Paulo, 2010.</p> <p>PUGLIESI, Márcio e LAUAND, Carlos Antonio. Estruturas Metálicas. Editora Hemus. São Paulo, 2005.</p> <p>REBELLO, Yopanan C. P., Estruturas de Aço , Concreto e Madeira. Editora Zigurate. São Paulo, 2014.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HIDROLOGIA APLICADA	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Mecânica dos Solos, Fenômenos de Transportes		
EMENTA		
Introdução aos Sistemas Hidrológicos. Precipitação e Análise Sinótica de Tempestades. Evaporação e Evapotranspiração. Água em Ambiente Não Saturado. Mecanismos Geradores de Escoamento Superficial. Teoria da Hidrógrafa Unitária. Hidrógrafa Unitária Sintética. Águas Subterrâneas. Hidráulica de Fluxo Contínuo em Canais. Hidráulica de Fluxo Transiente em Canais. Redes de fluxo. Propagação de Cheias em Rios e Reservatórios. Dimensionamentos Hidráulicos para o Gerenciamento de Tempestades. Dimensionamentos Hidráulicos para Águas Subterrâneas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>COLLISCHONN, W; DORNELES, F. Hidrologia para engenharias e ciências ambientais. Vol. 1. Porto Alegre: ABRH, 2013.</p> <p>FEITOSA, Fernando A. C.; MANOEL FILHO, João; FEITOSA, Edilton C.; J. Geilson Demetrio. (Orgs.). Hidrogeologia : conceitos e aplicações. 3. ed. CPRM, 2008.</p> <p>GRIBBIN, John E. Introdução a Hidráulica, Hidrologia e Gestão de Águas Pluviais. Cengage Learning, 2015.</p> <p>NAGHETTINI, Mauro; PINTO, Éber J. de A. Hidrologia estatística. Belo Horizonte: CPRM, 2007.</p> <p>TUCCI, C. (Organizador). Hidrologia: ciência e aplicação. Editora da UFRGS. Porto Alegre, RS. 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AHUJA, Ravindra K.; MAGNANTI, Thomas L.; ORLIN, James B. Network flows: theory, algorithms and applications. New Jersey: Prentice-Hall, 1993.</p> <p>HAAN, Charles T.; JOHNSON, H. P.; BRANKENSIEK, D. L. Hydrologic modeling os small watersheds. Michigan: The American Society of Agricultural Engineers, 1982.</p> <p>TUCCI Carlos E. M. Modelos Hidrológicos. Editora da UFRGS. Porto Alegre, RS. 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO II	Profissional Geral	90
Tecnologia de Construção I		
EMENTA		
Orçamento: conceitos básicos e orçamento discriminado. Critérios de medição. Custo dos recursos e curva ABC. Custos indiretos e BDI. Licitação e contratos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GEHBAUER, Fritz G. Planejamento e Gestão de Obras: Curitiba 2002: ed Cefet - Pr. 2002</p> <p>PIANCA, João Batista. Manual do construtor. Porto Alegre: Globo, 1967.</p> <p>RIPPER, Ernesto. Como evitar erro na construção. Ed. 2. São Paulo: Pini, 1985.</p> <p>GUEDES, Milber Fernandes. Caderno de encargos. Ed. Pini Ltda. 1982.</p> <p>CIMINO, R. Planejar para Construir. São Paulo. PINI, 1987.</p> <p>GOLDMAN, P. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira. 3.ed. São Paulo. PINI, 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ANDERSON, Moreira da Rocha. Novo curso prático de concreto armado. 17 ed. Rio de Janeiro: científica. V.I 1978</p> <p>_____, _____. 17 ed. Rio de Janeiro: científica. V II 1978</p> <p>_____, _____. 17 ed. Rio de Janeiro: científica. v.III 1978</p> <p>BELL, Braian Joseph. Fundações em concreto armado. Rio de Janeiro: Ed Guanabara. 1985.</p> <p>TCPO. Tabela de composição de preços unitários. Editora PINI. 2012.</p>		

8º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CONCRETO ARMADO	Complementar Obrigatória	60
PRÉ-REQUISITO: Estrutura de Concreto		
EMENTA		
Dimensionamento de estruturas complementares de concreto armado: escadas e reservatórios. Dimensionamento de elementos lineares submetidos à compressão ou flexo-compressão: pilares. Dimensionamento de fundações: blocos de concreto simples, sapatas, blocos de transição e tubulões.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento, Rio de Janeiro, 2014.</p> <p>ALONSO, Urbano Rodrigues. Exercícios de Fundações - 2ª edição – Editora Edgard Blucher, 2010.</p> <p>CLÍMACO, João Carlos Teatini de Souza – Estruturas de Concreto Armado: Fundamentos de Projeto, Dimensionamento e Verificação. Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2005.</p> <p>FUSCO, Péricles Brasiliense. Técnicas de Armar as Estruturas de Concreto. São Paulo, 2000.</p> <p>PORTO, Thiago Bomjardim e FERNANDES, Danielle Stefane Gualberto. Curso Básico de Concreto Armado. Oficina de Textos: São Paulo, 2015</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8681 - Ações e Segurança nas Estruturas – Procedimento. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>BOTELHO, Manoel Henrique Campos e MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto Armado – Eu te amo. Vol. 1 - 6ª edição – Editora Edgard Blucher: São Paulo, 2010.</p> <p>BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Concreto Armado – Eu te amo. Vol. 2 - 3ª edição – Editora Edgard Blucher: São Paulo, 2011.</p> <p>CARVALHO, Roberto Chust e FIGUEIREDO FILHO, Jasson. Cálculo e Detalhamento de Estruturas Usuais de Concreto Armado. V.1 e 2. EDUFSCAR: São Paulo, 2014</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	Geral	60
EMENTA		
Fundamentos de Ecologia e o Conceito de Ecossistemas. Disponibilidade de Distribuição e Preservação de Recursos Naturais. Impacto das Obras de Engenharia sobre o Meio Ambiente. A forma do ambiente construído. O impacto dos materiais nas edificações e no meio ambiente. Energia e Meio Ambiente. Sistemas de Abastecimento de Água. Sistemas de Aquecimento e Refrigeração. Controle Acústico nas Edificações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRAGA, Benedito et al. Introdução à Engenharia Ambiental . São Paulo: Prentice Hall, 2002. HINRICH, Roger A.; KLEINBACH, Merlin. Energia e meio ambiente . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. ODUM, Eugene P. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. Fundamentos de Ecologia . Cengage Learning Latin America, 2006. ROAF, Fuentes e Thomas. Ecohouse: a casa ambientalmente sustentável . 2.ed. São Paulo: Bookman, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
GARCEZ, Lucas Nogueira. Elementos de Engenharia Hidráulica e Sanitária . 2. ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1976. LEME, Francilio Paes. Engenharia do Saneamento Ambiental . 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984. MOTA, Suetônio. Introdução à Engenharia Ambiental . Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro, 1997.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTRUTURAS DE MADEIRA	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Topografia, Teoria das Estruturas		
EMENTA		
Tipos e Propriedades Físicas e Mecânicas das Madeiras Ligações de Peças Estruturais Comportamento de Peças Tradicionais e Comprimidas. Tratamento e Proteção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALVIM, Ricardo. Projeto de Estruturas de Madeira: Peças Compostas Comprimidas. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.</p> <p>CALIL Jr, Calil e MOLINA, José. Coberturas em Estruturas de Madeira: Exemplos de Cálculo. São Paulo: PINI, 2010.</p> <p>MOLITERNO, Antônio e BRASIL, Reiolando. Caderno de Projetos de Telhados em Estruturas de Madeira. 4ª. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.</p> <p>NENNEWITZ, Ingo. et al. Manual de Tecnologia da Madeira - São Paulo: Edgard Blucher, 2012.</p> <p>PFEIL, Walter e PFEIL, Michelle. Estruturas de Madeira – 6ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7190/97: Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.</p> <p>CALIL Jr e BRITO, Leandro. Manual de Projeto e Construção de Estruturas com Peças Rolças de Madeira de Reflorestamento. USP / EESC / SET / LaMEM/ Montana Química, São Carlos, 2010.</p> <p>ISAIA, Geraldo. Materiais de Construção Civil e Princípios de Ciência e Engenharia de Materiais - 2 v. São Paulo: Ibracon, 2010.</p> <p>PAULA, Jose e ALVES, José. Madeiras nativas: anatomia, dendrologia, dendrometria, produção, uso. Brasília, DF: Fundação Mokiti Okada, 1997.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FUNDAÇÕES	Profissional Geral	75
PRÉ-REQUISITO: Mecânica dos Solos.		
EMENTA		
Prospecção Geotécnica. Pressões Devido às Cargas Aplicadas. Tipos de Fundações. Capacidade de Carga. Prova de Carga. Recalques. Escolha do Tipo de Fundação: critérios técnicos e econômicos. Projeto de Fundações. Estudo de Casos. Visitas e Obras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABMS e ABEF. Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica e Associação Brasileira de Empresas de Engenharia de Fundações e Geotecnia. Fundações: Teoria e Prática. Editora Pini: São Paulo, 2002.</p> <p>BARATA, Fernando Emmanuel. Propriedades Mecânicas dos Solos: Uma Introdução ao Projeto de Fundações. Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. Rio de Janeiro, 1984.</p> <p>PRESA, Erundino Pousada e POUSADA Manuela Carreiro. Retrospectiva e Técnicas Modernas de Fundações em Estacas. ABMS. Núcleo Regional da Bahia: Salvador, 2001.</p> <p>VELLOSO, Dirceu Alencar e LOPES, Francisco Rezende. Fundações, Vol. 1 – Critérios de Projeto, Investigação do Subsolo, Fundações Superficiais. COPPE/UFRJ: Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>VELLOSO, Dirceu Alencar e LOPES, Francisco Rezende. Fundações, Vol. 2 – Fundações Profundas. Oficina de Textos: São Paulo, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CAPUTO, Homero. Pinto. Mecânica dos Solos e Suas Aplicações. Vol. 2. Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A.: Rio de Janeiro, 1987.</p> <p>MILITITSKY, Jarbas; CONSOLI Nilo Cesar e SCHNAID, Fernando. Patologia das Fundações. Oficina de Textos: São Paulo, 2005.</p> <p>SCHNAID, Fernando. Ensaio de Campo e suas aplicações à Engenharia de Fundações. Oficina de Textos: São Paulo, 2000.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Profissional Específica	60
PRÉ-REQUISITO: Química Geral. Ergonomia		
EMENTA		
Avaliação e Controle dos riscos Profissionais. Custos dos Acidentes. Investigação e Estatística de um Acidente. Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho. Limites de Competências e Atribuições Específicas. Comissões Internas para Prevenção de Acidentes. Equipamentos de Proteção Individual. Riscos com Eletricidade, Máquinas e Equipamentos, Agentes Químicos, Biológicos e Ergonômicos. Condições Ambientais. Técnicas de Combate a Incêndios e Primeiros Socorros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SAMPAIO, José Carlos de Arruda. PCMAT - Programa de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção civil . São Paulo: Pini: SindusCon – SP, 1998. ZOCCHIO, Álvaro. Política de segurança e saúde no trabalho . 1ª edição. São Paulo: LTr. 2000. WALDEMAR, Pacheco Júnior. FILHO, Hyppólito do Valle Pereira. PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Gestão da segurança e higiene do trabalho . São Paulo: Atlas, 2000. ARAÚJO, Giovanni Moraes (Autor, editor e organizador). Normas regulamentadoras comentadas . 3ª edição. Ver. Ampl. e atual, Rio de Janeiro. 2002. ARAÚJO, Giovanni Moraes. Regulamentação do transporte terrestre de produtos perigosos . 1ª edição, Rio de Janeiro. 2001. SALIBA, Tuffi Messias. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. AMARAL, Lênio Sérvio. RIANI, Rubensmidt Ramos. Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais . 3ª edição, São Paulo: LTr, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
POSSIBOM, Walter Luiz Pacheco. NRs 7, 9 e 17: Métodos para a elaboração dos programas . São Paulo: LTC, 2001. GOMES, Ary Gonçalves. Sistema de Prevenção contra incêndios . Rio de Janeiro: Interciência, 1998. PEREIRA, Fernandes José. FILHO, Orlando Castello. Manual prático: Como elaborar uma perícia de insalubridade e periculosidade . 2ª edição revisada e ampliada – São Paulo: LTr, 2000.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PLANEJAMENTO E CONTROLE DA CONSTRUÇÃO	Profissional Específica	75
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção. Economia Aplicada à Produção I.		
EMENTA		
Conceituação de Planejamento e Controle. Função do PCC como Sistema de Informações. Planejamento e Organização do Canteiro de Obras. Sistemas de Controle (Projetos e Suprimentos). Planejamento da Produção. Estrutura Analítica de Projetos - EAP. Técnicas de Caminho Critico (PERT / CPM). Sistemas de Planejamento, Programação e Controle de Obras. Relatórios de Progresso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
LIMMER, Carl Vicente. Planejamento, orçamentação e Controle de projetos e obras. Livros Técnicos e Científicos. Editora Rio de Janeiro.1997. CIMINO, Remo. Planejar para construir. Editora Pini. São Paulo. 1987. GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil. Brasileira. Editora Pini. São Paulo. 1954. GOMES, L. A. V. Desenvolvimento e detalhamento do projeto do processo produtivo. In: ROTONDARO, R.; MIGUEL, P. A. C.; GOMES, L. A. V. Projeto do produto e do processo. São Paulo: Atlas, 2010. YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. Editora Pini. São Paulo. 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Bernardes, Mauricio Moreira. Planejamento e Controle da Produção Para Empresas de Construção Civil. LTC. 2003. KEHL, S. Produtividade na construção civil. In: CONTADOR, J. C. (Coord.) Gestão de operações: a engenharia de produção a serviço da modernização da empresa. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. MELHADO, S. B. (Coord.). Coordenação de projetos de edificações. São Paulo: Nome da Rosa, 2005.		

9º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Complementar Obrigatória	315
PRÉ-REQUISITO: Planejamento e Controle da Construção. Higiene e Segurança do Trabalho.		
EMENTA		
Realização de um Estágio Profissional, em Área Relacionada ao Curso, sob a Orientação de um Professor.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, Rogério Santos. Relatório: tipologia e considerações gerais. São Luís: Alvorada, 1998.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p> <p>_____. NBR 6024: informação e documentação – Numeração Progressiva das Seções de um Documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.</p> <p>_____. NBR 6027: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.</p> <p>_____. NBR 6028: informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.</p> <p>_____. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>_____. NBR 10520: informação e documentação – Citações em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>BRASIL, Lei nº 11.788/ 2008. Dispõe sobre os estágios de estudantes. Congresso Nacional. Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.</p> <p>BRASIL, LEI Nº 6.494/77. Dispõe sobre os estágios curriculares de estudantes de estabelecimentos de ensino superior. Congresso Nacional. Brasília.</p> <p>RESOLUÇÃO nº 11/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. MEC.</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 088/93. Regulamento Geral de Estágio Curricular Supervisionado na UNEB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. CONSEPE. Salvador.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BERGAMINI, Cecília Whitaker. Liderança: administração do sentido. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOTA, Paulo Roberto. A Ciência e a Arte de ser Dirigente. Rio de Janeiro: Record, 2003.</p> <p>PEDREIRA, Antônio. Competência Emocional. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GERENCIAMENTO DE OBRAS	Profissional Específica	30
PRÉ-REQUISITO: Planejamento e Controle da Construção		
EMENTA		
Metodologia de Gerenciamento da Construção. Planejamento de Tempos e Custos. Controle de Obras: Sistemas de Controle, Parâmetros de Controle, Análise de Desempenho. Dimensionamento de Mão-de-Obra.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>NETTO, Antônio Vieira. Como Gerenciar Construções, Ed. PINI, SP. 1988.</p> <p>LIMMER, Carl Vicent. Planejamento, Orçamento e Controle de Projetos e Obras, Ed. Livros Técnicos e Científicos, RJ. 1997.</p> <p>CIMINO, Remo. Planejar para Construir, Ed. PINI, SP. 1987.</p> <p>AZEREDO, Hélio. O Edifício até sua Cobertura, Ed. Edgard Blucher, SP. 1997.</p> <p>HELOANI, Roberto. Organização do Trabalho e Administração: uma Visão Multidisciplinar, Ed. Cortez. 1995.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CHIAVENATO I. Introdução á teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: ELSEVIER 2004.</p> <p>FORMOSO, C. T. Métodos e ferramentas para gestão de qualidade e produtividade da construção civil na Rio Grande do sul, 1997</p> <p>OLIVEIRA D. P. R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial São Paulo:ATLAS,2006</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
GERENCIAMENTO DE PROJETOS E CONTRATOS	Profissional Específica	75
PRÉ-REQUISITO: Planejamento e Controle da Construção		
EMENTA		
Conceituação de Projetos. Tipos de Projetos. Gerenciamento de Projetos. Avaliação. Tipos de Contratos. Gerenciamento de Contratos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>NETTO, Antônio Vieira. Como gerenciar Construções, Ed. PINI, SP. 1988.</p> <p>LIMMER, Carl Vicent. Planejamento, Orçamento e Controle de Projetos e Obras, Ed. Livros Técnicos e Científicos, RJ. 1997.</p> <p>DINSMORE, Paul Campbell. Gerência de Programas e Projetos, Ed. PINI, SP. 2001.</p> <p>PORTER, Michael. Estratégia Competitiva, Ed. Campus, SP. 2004.</p> <p>SLACK, Nigel. Administração da Produção, Ed. Atlas, SP. 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRUCE, Andy, LANGDON, Ken. Como Gerenciar Projetos. Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S.A. São Paulo: Publifolha, 2000.</p> <p>Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®) Terceira edição ©2004 Project Management Institute, Four Campus Boulevard, Newtown Square, PA 19073-3299 EUA</p> <p>SAMPAIO, J.C.A. PCMAT Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção. São Paulo, PINI, SindusCon/SP, 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
SANEAMENTO BÁSICO	Profissional Geral	60
PRÉ-REQUISITO: Química Geral. Hidráulica		
EMENTA		
Noções sobre doenças transmissíveis. Abastecimento de água em áreas urbanas e rurais. Destino dos dejetos e sistemas urbanos de esgotos sanitários. Resíduos sólidos e limpeza urbana. Sistema de drenagem pluvial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALMEIDA FILHO, Naomar, ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução á Epidemiologia Moderna. Salvador-Rio de Janeiro: Apce-Abrasco, 1990.</p> <p>AZEVEDO NETO, José Martiniano et al. Planejamento de Sistemas de Abastecimento de Água. Curitiba: UFPR/OPAS, 1973.</p> <p>AZEVEDO NETO, José Martiniano. Manual de Hidráulica. Editora Edgard Blucher, São Paulo. 8ª Edição. 1998.</p> <p>BARROS, Raphael T. de V. et alli. Manual de Saneamento e proteção ambiental para os municípios. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.</p> <p>CETESB. Apostila do Curso Gerenciamento de Sistemas de Resíduos Sólidos. São Paulo, 1982.</p> <p>_____. Sistemas de esgotos sanitários. São Paulo: CETESB, 1987.</p> <p>_____. Técnicas de abastecimento e tratamento de água. São Paulo: CETESB, 1987.</p> <p>DACACH, Nelson G. Saneamento Básico. Rio de Janeiro: LTC, 1979.</p> <p>_____. Sistemas urbanos de esgotos. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1984.</p> <p>ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Textos de Apoio. Epidemiologia 1. Rio de Janeiro: Pec/Ensp-Abrasco, 1985.</p> <p>FEACHEM, Richard G. BRADLEY, David J. GARELIK, Hemda, MARA, D. Duncan. Sanitation and Disease. Health Aspects of Excreta and Wastewater Management. Chichester: John Wiley & Sons, 1983.</p> <p>FNS. Manual de Saneamento 2. Ed Brasília: DEOPE/FNS, 1995.</p> <p>GOMES, Sérgio Luiz Engenharia Ambiental e Saúde Coletiva. Salvador: Edufba, 1995.</p> <p>HAMMER, Mark J. Sistemas de abastecimento de água e esgotos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1979.</p> <p>LEME, Francílio P. Engenharia do Saneamento Ambiental. Rio de Janeiro: LTC, 1984.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MENDONÇA, Sérgio Rolim. Tópicos Avançados em Sistemas de Esgotos Sanitários. Rio de Janeiro: ABES, 1987.</p> <p>MOTA, Suetônio. Introdução á Engenharia Ambiental. Rio de Janeiro: ABES, 2000.</p> <p>OPS/CEPIS. Guia para el manejo de residuos sólidos en ciudades pequeñas y zonas rurales. Lima: CEPIS, 1997. (Série Técnica No. 31).</p> <p>SILVIA, Lígia Maria Vieira da (Org.) Saúde Coletiva. Textos Didáticos. Salvador: Ced/Ufba, 1994.</p> <p>TELES, Luiz. Lixo: como cuidar dele. Salvador: SRHSH, 1994.</p>		

10º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ESTUDO DE TEMPOS E MÉTODOS	Profissional Específica	75
PRÉ-REQUISITO: Higiene e Segurança do Trabalho.		
EMENTA		
<p>Conceitos de ergonomia. Estudo de tempo e métodos. Projetos de métodos. Estudo do movimento. Técnicas de registro e análise. Princípios de ergonomia de movimentos. Técnicas de medida do trabalho. Estudo de tempos. Avaliação de ritmo. Tempo padrão. Tempos pré-determinados. Amostragem do trabalho.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAÚJO, Giovanni Moraes (Autor, editor e organizador). Normas regulamentadoras comentadas. 3ª edição, Rio de Janeiro: 2002.</p> <p>MARTINS, João Vianey Nogueira. O dano moral e as lesões por esforços repetitivos. 1ª edição, São Paulo: LTr, 2003.</p> <p>VERDUSSEN, Roberto. Ergonomia: a racionalização humanizada do trabalho. 1ª edição, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1978.</p> <p>WISNER, Alain. Por dentro do trabalho, ergonomia: método e técnica. Trad. Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: Oboré, 1987.</p> <p>Zocchchio, Álvaro. Política de segurança e saúde no trabalho. 1ª edição. São Paulo: LTr. 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Segurança do trabalho & Gestão Ambiental. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. AMARAL, Lênio Sérvio. RIANI, Rubensmidt Ramos. Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais. 3ª edição, São Paulo: LTr, 2002.</p> <p>WALDEMAR, Pacheco Júnior. FILHO, Hyppólito do Valle Pereira. PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Gestão da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PROJETO DE PRODUTO E DA FÁBRICA	Profissional Específica	75
PRÉ-REQUISITO: Higiene e Segurança do Trabalho. Estágio Supervisionado		
EMENTA		
<p>Projetos de Produtos: Concepção do Produto, Viabilidade, Construção de Modelos. Análise de Valor. Processos de Fabricação. Controle de Qualidade. Estudo de tempos e Métodos. Estudo de Viabilidade. Estudo e Metodologia de Elaboração de Projetos de Instalações Empresariais. Especificações de Processos. Arranjo Físico. Movimentação e Estocagem de Materiais. Dimensionamento de Áreas. Edificações e Instalações Industriais. Circulação. O Canteiro de Obras. Atividades de Laboratórios.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BAXTER, Mike. Projeto de Produto: guia prático para o design de novos produtos. Editora Edgard Blucher. São Paulo. 2008. BOMFIM, Gustavo A. Metodologia para desenvolvimento de projetos. Editora Universitária. João Pessoa. 1998. LOBACH, Bernd. Diseño Industrial: bases para la configuraciona de los productos industriales. Editora Gustavo Gili. Barcelona. 1981. MUTHER, Richard. Planejamento do Layout: Sistema SLP. Editora Edgard Blucher. São Paulo. 1978. PUGLIESI, Mário e WAC. W. Layout Industrial. Ícone Editora. São Paulo. 1995. SCHULMANN, Denis. O desenho industrial. Editora Papirus. Campinas. 1996.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BLACK, J.T. O Projeto da Fábrica com Futuro. Ed. Bookman, Porto Alegre. 2001. HARMON, Royl. E Peterson, Leroy D. - Reinventando a fábrica-conceitos modernos de produtividade aplicados na prática. Rio de Janeiro, Campos Editora, 1991. OLIVRIO, José L. Projeto de Fábrica-Produtos Processos e Instalações Industriais. São Paulo. Instituto Brasileiro do Livro Científico, 1985.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	Profissional Específica	75
PRÉ-REQUISITO: Planejamento e Controle da Construção. Higiene e Segurança do Trabalho.		
EMENTA		
Conscientização. Conceitos básicos para a Qualidade. O método dos 5S (Housekeeping). Ferramentas da Qualidade. Fatores Motivacionais Humanos para a Qualidade. Sistemas de Gestão da Qualidade: qualidade; produtividade; segurança do trabalho; meio ambiente; inovação tecnológica. Produtividade. Tecnologias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CAMPOS, Vicente Falconi. TQC – Controle Total da Qualidade no Estilo Japonês. Belo Horizonte; Fundação Christiano Ottoni, 1994.</p> <p>DEMING, W. Edwards. Qualidade: a revolução da Administração. Editora Marques Saraiva. Rio de Janeiro, 1990.</p> <p>MESSEGUER, Álvaro Garcia. Controle e Garantia da Qualidade na Construção. Tradução: Antônio Carmona Filho, Paulo Roberto do Lago Helene e Roberto José Falcão Bauer. São Paulo: Sinduscon/SP, Projeto /PW. 1991</p> <p>PICHI, Flávio A. Sistema da Qualidade: uso em empresas de construção de edifícios. São Paulo. EDUSP, 1993.</p> <p>SOUZA, Roberto de [et al]. Sistema de Gestão da Qualidade para Empresas Construtoras. São Paulo. Editora Pini. 1995.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>PALADINI, Edson Pacheco. Qualidade Total na Prática. Editora Atlas. São Paulo, 1995.</p> <p>RIBEIRO, Haroldo. A base para a Qualidade Total: 5S um roteiro para uma implantação bem sucedida. Casa da Qualidade Editora. Salvador.1998.</p> <p>SOUZA, Roberto de et al. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. Editora Pini. CTE Centro de Tecnologia de Edificações. São Paulo.1996.</p>		

OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	Complementar Optativa	45
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção.		
EMENTA		
Fundamentos da administração de materiais e da logística. Classificação de materiais. Codificação dos materiais. Curva ABC. Dimensionamento e controle de estoque. Administração de compras. Movimentação de materiais. Armazenamento dos materiais. Logística reversa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/ Logística Empresarial . Porto Alegre: Bookman, 2006.		
BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial – transportes, administração de materiais e distribuição física . São Paulo: Atlas, 1993.		
FERREIRA, Paulo César Pêgas. Técnicas de armazenagem . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.		
SILVA, Renauld B. da. Administração de material: teoria e prática . Rio de Janeiro: ABAM, 1986.		
VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático . S. Paulo: Atlas, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DONATO, Vittorio. Manual do almoxarife: o guia básico do profissional de logística . Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.		
FREITAS, Rosana Leal Simões de. A alavanca quebrada: aspectos da construção habitacional em Salvador sob a ótica da administração de materiais . Salvador. 2005.		
GASNIER, Daniel Georges. A dinâmica dos estoques: guia prático para planejamento, gestão de materiais e logística . São Paulo: IMAM. 2002.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Complementar Optativa	45
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção.		
EMENTA		
Visão dos Recursos Humanos no ambiente empresarial. Recrutamento e Seleção de Pessoal. Contratação. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal. Avaliação de Desempenho, Controle e Registro de Pessoal. Motivação. Liderança. Remuneração. Relações trabalhistas. Demissão.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. SHERMAN. Arthur. Administração de Recursos Humanos. Thomson. São Paulo. 2003.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2003.</p> <p>DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. Pearson Prentice Hall. São Paulo. 2003.</p> <p>GEHRINGER, Max. Pergunte ao Max: Max Gehringer responde a 164 dúvidas sobre carreira. Globo. São Paulo. 2007.</p> <p>FRITZ, Robert. Estrutura e comportamento organizacional. Pioneira. São Paulo. 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>DUTRA, J. S. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Administração de recursos humanos: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2005.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
CHEFIA E LIDERANÇA	Complementar Optativa	45
PRÉ-REQUISITO: Relações Humanas.		
EMENTA		
O Engenheiro hoje. Bases do Poder. Funções de Liderança. Tipos e Estilos de Liderança. Comunicação e Liderança. A subjetividade no Processo de Gestão.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BERGAMINI, Cecília Whitaker. Liderança : administração do sentido. São Paulo: Editora Atlas, 1995.		
CAMPOS, Wagner Estelita. Chefia : sua técnica, seus problemas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.		
CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando Pessoas : o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Editora Makron Books, 1994.		
DRUCKER, Peter F. O Gerente eficaz . Rio de Janeiro: livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.		
KRAUSE, Werther Maynard. Chefia : conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1981.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DALE CARNEGIE & Associates, Inc. LEVINE, Stuart. R. Levine CROM, Michael A. O Líder em Você . Rio de Janeiro: 1995.		
MAIT LAND, Iain. Como motivar pessoas . São Paulo: editora Nobel, 2001.		
MOTTA, Paulo Roberto. A Ciência e Arte de ser Dirigente . Rio de Janeiro e São Paulo: editora Record, 2001.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
COMPUTAÇÃO GRÁFICA	Complementar Optativa	60
PRÉ-REQUISITO: Desenho de Construção Civil. Pesquisa Operacional Aplicada à Produção I.		
EMENTA		
Introdução aos Conceitos e Equipamentos de CAD. Uso das Linguagens CAD e CAE. Aplicações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CUNHA, Gilberto José da [et al]. Computação Gráfica e suas aplicações em CAD: Introdução e Padronização. Editora Atlas. São Paulo. 1987.</p> <p>FINKELSTEIS, Ellen. Auto CAD 2000: A Bíblia. Editora Ciência Moderna. Rio de Janeiro. 2000.</p> <p>KATORI, Rosa. Autocad 2013: Modelando em 3d e recursos adicionais. São Paulo: Senac, 2013.</p> <p>MATHEWS, Brian. Auto CAD 2000 3D. Editora Makron Books. São Paulo. 2000</p> <p>SOUZA, Antônio Carlos de. Auto CAD 2004: Guia Prático para Desenho em 2D. Editora da UFSC. Florianópolis. 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LEAKE, James; BORGERSON, Jacob. Manual de desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p> <p>FREDERICK E. Giesecke; et al. Comunicação Gráfica Moderna. Editora: BOOKMANN, Porto Alegre, 2002.</p> <p>BALDAM, R. de L. Utilizando totalmente o Autocad R14 2D, 3D e avançado. São Paulo: Érica, 1997.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INFORMÁTICA APLICADA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	A Complementar Optativa	60
PRÉ-REQUISITO: Planejamento e Controle da Construção. Pesquisa Operacional Aplicada à Produção II.		
EMENTA		
Utilização de Aplicativos. Desenvolvimento de Programas para Gerenciamento de Projetos. Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Decisão em Engenharia de Produção. Desenvolvimento de Programas para Planejamento e Controle de Obras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . São Paulo: Prentice Hall, 2004. CARBONI, I. F. Lógica de programação . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. LEITE, Waldomiro José da Silva. Autolisp: guia de linguagem de programação do Auto CAD . Editora Erica. São Paulo. 2002. SOUZA, M. A. F. e outros. Algoritmos e lógica de programação . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. LAPPONI, L. C. Estatística Usando o Excel . 4. Ed. São Paulo: Campus, 2005. STAIR, R. REYNOLDS, G., Princípios de Sistemas de Informação . Ltc, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
GEAR, William C. Organização e programação de computadores . Editora Guanabara Dois. Rio de Janeiro.1980. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P; Sistemas de Informação Gerenciais . Prentice Hall, 2004. LIMA, Arlete Cerqueira. Lógica e Linguagem de programação . Editora Makron. São Paulo. 1988.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PATOLOGIA E RECUPERAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES	Complementar Optativa	60
PRÉ-REQUISITO: Tecnologia da Construção II. Concreto Armado. Fundações.		
EMENTA		
Conceitos Básicos. Métodos para Levantamento de Problemas Patológicos e Elaboração de Procedimentos Terapêuticos. Materiais e Técnicas Aplicadas na Terapêutica. Patologia e Terapêutica de Projetos, de Implantação da Obra, das Fundações, dos Materiais, dos Revestimentos e das Pavimentações. Patologia e Terapêutica das Estruturas em Concreto Armado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, Carmem. Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras. Editora Pini. São Paulo, 1982.</p> <p>CUNHA, Abílio Joaquim Pimenta da; LIMA, Nelson Araújo; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. Acidentes estruturais na construção civil, Vol. 1. 1ª Edição, Editora Pini, 1996.</p> <p>HELENE, Paulo. Manual para preparo, reforço e proteção de estruturas de concreto. São Paulo; Editora Pini, 1992.</p> <p>SOUZA, Vicente Custódio Moreira de e RIPPER, Thomas. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. Editora Pini. São Paulo, 1998.</p> <p>VERÇOSA, Ênio José. Patologia das Edificações. Editora Sagra. Porto Alegre, 1991.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CASCUDO, Oswaldo. O controle da corrosão de armaduras em concreto; inspeção e técnicas eletroquímicas. 1ª Edição, Editora Pini, 1997.</p> <p>HELENE, Paulo. Corrosão em armaduras para concreto armado. São Paulo; Editora Pini, 1986.</p> <p>RIPPER, Thomaz; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. 1ª Edição, Editora Pini, 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO III	Complementar Optativa	60
PRÉ-REQUISITO: Tecnologia da Construção II.		
EMENTA		
Especificações e Cadernos de Encargos. Licitações e Contratos. Gerenciamento de Contratos. Equipamentos e Ferramentas Utilizados em Obras. Localização de Obras. Contensões. Isolamentos Termo Acústico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até a sua cobertura. Editora Blucher, São Paulo, 1997.</p> <p>LARA, Francisco Assis. Manual de proposta técnicas. Editora Pini, São Paulo, 1994.</p> <p>RIPPER, Ernesto. Como evitar erros na construção. Editora Pini, São Paulo, 2000.</p> <p>SOUZA, Roberto de. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras. Editora Pini, São Paulo, 1996.</p> <p>YAZIGI, Walid. A técnica de edificar. Editora Pini, São Paulo, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CASCUDO, Oswaldo. O controle da corrosão de armaduras em concreto; inspeção e técnicas eletroquímicas. 1ª Edição, Editora Pini, 1997.</p> <p>HELENE, Paulo. Corrosão em armaduras para concreto armado. São Paulo; Editora Pini, 1986.</p> <p>RIPPER, Thomaz; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. 1ª Edição, Editora Pini, 1998.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
TECNOLOGIA DA PRÉ-FABRICAÇÃO	Complementar Optativa	60
PRÉ-REQUISITO: Tecnologia das Construções II. Planejamento e Controle da Construção.		
EMENTA		
Empregos Usuais de Construções Pré-fabricadas de Concreto Armado, Aço e Madeira. Projeto de Concepção e Projeto de Fabricação. Equipamentos e Tecnologias de fabricação, Transporte, Limitações e Custos. Equipamentos e Técnicas de Montagem. Garantia de Qualidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até a sua cobertura . Editora Blucher, São Paulo, 1997. LARA, Francisco Assis. Manual de proposta técnicas . Editora Pini, São Paulo, 1994. RIPPER, Ernesto. Como evitar erros na construção . Editora Pini, São Paulo, 2000. SOUZA, Roberto de. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras . Editora Pini, São Paulo, 1996. YAZIGI, Walid. A técnica de edificar . Editora Pini, São Paulo, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CASCUDO, Oswaldo. O controle da corrosão de armaduras em concreto; inspeção e técnicas eletroquímicas . 1ª Edição, Editora Pini, 1997. HELENE, Paulo. Corrosão em armaduras para concreto armado . São Paulo; Editora Pini, 1986. RIPPER, Thomaz; SOUZA, Vicente Custódio Moreira de. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto . 1ª Edição, Editora Pini, 1998.		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
REDAÇÃO TÉCNICA	Complementar Optativa	45
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção. Fundamentos Jurídicos e Sociais.		
EMENTA		
Importância da Língua no Contexto Sócio Profissional. Tipos de Linguagem. Técnica e Arte de Redigir. Análise Linguística. Declarações. Petições. Relatórios. Parecer Técnico. Memorial Descritivo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. 11. ed.. São Paulo: Ática. 2001.</p> <p>ANDRÉ, Hildebrando Afonso de. Curso de redação. 5. Ed.. São Paulo: Moderna. 1993.</p> <p>BARRASS, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. Tradução Leila Novaes e Leônidas Hegenberg. Editora T. A. Queiroz. São Paulo, 1979.</p> <p>BLIKISTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. Editora Ática. São Paulo, 2003.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes. Editora Vozes. Petrópolis, 1987.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. Editora Ática. São Paulo, 2000.</p> <p>KOCH, Ingedore V. A coesão textual. Editora Contexto. São Paulo, 1988.</p> <p>KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. Editora Contexto. São Paulo, 2007.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	CAMPO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INGLÊS TÉCNICO	Complementar Optativa	45
PRÉ-REQUISITO: Administração Aplicada à Produção. Fundamentos Jurídicos e Sociais.		
EMENTA		
Estudos de Textos: Compreensão, Interpretação e Tradução. Estudos das Estruturas Gramaticais Básicas da Língua Inglesa Aplicada aos Textos. Desenvolvimento de Estratégias de Leitura. Estudo de Falsos Cognatos, Formação e Derivação de Palavras (Sufixos e Prefixos) e Expressões Idiomáticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>HILLMAN, Linda Harbaugh. Reading at the university. Heinle. Boston, 1990.</p> <p>MURPHY, Raymond. English Grammar in use. Cambridge University Press. Cambridge, 1990.</p> <p>PINTO, Dilce et al. Compreensão inteligente de textos. Vol. 1. Livros Técnicos e Científicos Editora. Rio de Janeiro, 1991.</p> <p>PINTO, Dilce et al. Compreensão inteligente de textos. Vol. 2. Livros Técnicos e Científicos Editora. Rio de Janeiro, 1991.</p> <p>SILVA, João Antenor de C. et al. Inglês Instrumental. Editora da UFBA. Salvador, 1994.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CRUZ, Décio Torres; SILVA, Alba Valéria; ROSAS, Marta. Inglês com textos para informática. Editora do Autor. Salvador, 2006.</p> <p>EDIGER, Anne et al. Reading for meaning: skills development for active reading. Longman Inc. New York, 2001.</p> <p>ENGLISH LANGUAGE SERVICES, INC. ENGINEERING. Book 1. Civil and Mechanical Engineering. Collier Mac Millan Publishers. London, 1984.</p>		

3.9.5. Acervo Bibliográfico do Curso

A Biblioteca Central Prof. Edivaldo Boaventura, Campus I, disponibiliza o acervo necessário para o fortalecimento da formação acadêmica para os estudantes do Curso de Engenharia de Produção Civil e, em função da natureza do próprio curso, estão disponíveis nesta biblioteca por área de conhecimento.

O acervo da Biblioteca Central está em constante atualização e é enriquecido com recursos multimidiáticos como CD-ROM, DVDs, entre outros tipos de documentos que compreendem as Áreas de Conhecimento do Curso.

A UNEB é credenciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES) pelo desempenho de seus cursos de pós-graduação, e permite que a comunidade acadêmica tenha acesso aos periódicos do portal da CAPES que é considerada uma biblioteca virtual que dispõe de cerca de 15 mil títulos com texto completo, além de cento e vinte e seis bases referenciais, seis bases dedicadas exclusivamente a patentes, incluindo livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, em diversas áreas de conhecimento. Disponibilizando este acervo para as Instituições de ensino e pesquisa no Brasil, como subsídio para o desenvolvimento de pesquisas e investigações científicas.

Consta no CD anexo deste projeto, o acervo bibliográfico do curso, fornecido pela Biblioteca Central da UNEB.

3.9.6. Instalações Especiais e Laboratórios

O curso conta com laboratórios da área de desenho técnico e arquitetônico, física, informática, mecânica dos solos e fundações e automação industrial que são atrelados com algumas disciplinas visando à otimização do aprendizado. Esses são dotados de mobiliários, equipamentos específicos e computadores para a condução de experimentos.

Tabela 31 - Laboratórios utilizados no curso.

Nome	Competências	Disciplinas	Instalações Físicas e Equipamentos
Laboratório de Física Aplicada	Dar suporte para as disciplinas de Física Experimental do Curso	Dar suporte para as disciplinas de Física Experimental do Curso Verificar se apenas a disciplina de física utiliza este laboratório ou outro componente de EXATAS.	<ul style="list-style-type: none"> - 10 (dez) bancadas fixas de alvenaria - Kits da FUNBEC, BENDER para práticas de mecânica, acústica, termologia e eletromagnetismo. - 07 (sete) armários de aço com materiais diversos (amperímetros, voltímetros, microscópio, osciloscópio, componentes eletrônicos, fontes de alimentação, dentre outros).
Laboratório de Pranchetas 01	Dar suporte para as disciplinas que utilizam a representação gráfica através dos materiais técnicos e manuais de desenho	Desenho Técnico, Geometria Descritiva e Desenho Arquitetônico	<ul style="list-style-type: none"> - 25 pranchetas com 25 bancos - Quadro branco - Computador - Retroprojektor com tela de projeção - Projetor multimídia - Estantes
Mecânica dos Solos e Fundações	Realização de aulas práticas e desenvolvimento de pesquisas	Mecânica dos Solos, Fundações, Construção de Estradas e Pavimentação e Tecnologia III	O laboratório contempla equipamentos e acessórios para a realização de ensaios de caracterização, exceto o ensaio de sedimentação. Ensaio de compactação, permeabilidade e densidade de campo. Se faz necessário a aquisição de outros equipamentos da área de Geotecnia para complementar o elenco de ensaios básico.
Laboratório de Microinformática – LAMI I	Suporte didático e tecnológico em softwares	Diversas disciplinas do Curso	<ul style="list-style-type: none"> - 24 Microcomputadores: Pentium IV, Ram 512 MB, Hd 80 GB, CD, Floppy 3 ½ , Placa de rede, 4 USB, placa de som, placa de vídeo Gforce 128MB, Dual Boot - 01 Microcomputador: Pentium IV, Ram 512 MB, Hd 80 GB, CD Combo, Floppy 3 ½, Placa de rede, 4 USB, placa de som, placa de vídeo Gforce 128MB, Dual Boot - 01 Tv Coder - 01 TV de 29" - 11 pontos de rede cat 5 - 12 Bancadas - 01 Armário - 01 Retroprojektor - 01 Vídeo Cassete

Nome	Competências	Disciplinas	Instalações Físicas e Equipamentos
Laboratório de Microinformática – LAMI II	Suporte didático e tecnológico em softwares	Diversas disciplinas do Curso	<ul style="list-style-type: none"> - 10 Microcomputadores: Pentium IV, Ram 512 MB, Hd 80 GB, CD, Floppy 3 ½ , Placa de rede, 4 USB, placa de som, placa de vídeo Gforce 128MB, Dual Boot - 1 Microcomputador: Pentium IV, Ram 512 MB, Hd 80 GB, CD Combo, Floppy 3 ½ , Placa de rede, 4 USB, placa de som, placa de vídeo Gforce 128MB, Dual Boot - 01 TV Coder - 01 TV de 29" - 11 pontos de rede cat 5 - 07 Bancadas - 01 Armário - 01 Retroprojektor - 01 Vídeo Cassete
Laboratório de Microinformática – LAMI III	Suporte didático e tecnológico em softwares	Diversas disciplinas do Curso	<ul style="list-style-type: none"> - 15 Microcomputadores: Pentium III, Ram 250 MB, Hd 40 GB, CD, Floppy 3 ½ , Placa de rede, 2 USB, Placa de som; - 01 TV Coder - 01 TV de 29" - 11 pontos de rede cat 5 - 10 Bancadas - 01 Armário - 01 Retroprojektor - 01 Vídeo Cassete

Nome	Competências	Disciplinas	Instalações Físicas e Equipamentos
Laboratório de Automação Industrial	Dar suporte ao curso de eletricidade, instalações elétricas	Eletricidade, instalações elétricas	<ul style="list-style-type: none"> - 04 Bancadas Principal - 04 Kits Bancada Eletrotécnica - 18 Placas Motor Trifásico Placa P003 - 08 Placas Motor Monofásico Placa P006 - 02 Kits QC+Simulador de Defeitos - 04 Kits Bancada CFW11 - 04 Kits SSW06 - 04 Freios Foucault Placa P004 - 04 Kits TPW03 - 01 Kit SCA05 - 01 Servomotor - 05 Carrinho para Locação de Motores - 10 Painéis para Armazenamento Placas - 01 Inversor CFW090010T2223PSZ - 01 Inversor CFW100100S2024PSZ - 01 Inversor BRCFW110010S2SZ - 04 Unidades Expansão CLP CLW-02/8ET-D - 04 CABOS PROGR CLW-02/PL01 1,8m - 02 Soft-Starter SSW060010T2257PSZ - 02 Maletas CFW08 - 02 Maletas CFW09 - 02 Maletas CFW11 Placa Enc-01

3.9.7. Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

O processo de avaliação dos discentes visa aspectos de inovação pedagógica, acompanhamento docente, atividades individual e de grupo, aliada aos eixos de formação, sendo, esses, relacionados as competências e habilidades direcionadas para o curso, observando-se as especificidades dos conteúdos curriculares e as metodologias empregadas pelo corpo docente.

A avaliação do ensino/aprendizagem ocorre em conformidade com as diretrizes da Instituição que estabelece procedimentos e condições inerentes a avaliação. Entendendo que esses procedimentos não podem estar dissociados do processo

ensino-aprendizagem e as avaliações deverão se basear no planejamento dos procedimentos de avaliação de forma integrada com o processo educacional, com conteúdos e objetivos bem definidos, avaliações formativas frequentes e periódicas, emprego de instrumentos de avaliação que contemplem os aspectos cognitivos, as habilidades e as competências do processo ensino-aprendizagem, análise dos resultados das avaliações para monitorar a eficiência do processo ensino-aprendizagem, para orientar os docentes e discentes.

O desempenho acadêmico do estudante será realizado em conformidade com o Regimento da Instituição.

3.10 PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA, DE EXTENSÃO E DE ENSINO

A Universidade do Estado da Bahia, por meio do DCET - Campus I e do Colegiado do Curso de Engenharia de Produção Civil, tem oportunizado o envolvimento de estudantes, professores e comunidade em programas e projetos de pesquisa, extensão e ensino. Essas atividades representam a articulação entre a UNEB e o Território de Identidade do qual Salvador faz parte, pois envolvem os estudantes e a comunidade em discussões acerca de temáticas relevantes para a tecnologia da informação e comunicação onde realiza socialização do conhecimento acadêmico.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são atividades que contribuem para a formação do egresso e que estimulam os docentes a envolverem estudantes de graduação nas atividades científicas, entre outras. Consta em anexo, de acordo com o Sistema Integrado de Planejamento, os Projetos do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I. Esses programas contemplam atividades de pesquisa, extensão e ensino.

Os referidos programas apresentam-se com finalidades de caráter técnico-científico e social, com impactos na sociedade, principalmente nas comunidades mais próximas geograficamente.

Quadro 14 – Demonstrativo dos Projetos de Extensão

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
PROJETO, DIMENSIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS DE CONCRETO (RÍGIDO)	Aspectos conceituais, métodos de dimensionamento, projeto e controle tecnológico	Luiz Carlos Almeida de Andrade Fontes	Docente	Discentes	2012			X
PRÉ-CÁLCULO	Promover o nivelamento de conhecimento de calculo	Adriano Pedreira Cattai	Docente	Discentes	2014			X
AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO DOS LARGOS, QUINCAS BERROS D' ÁGUA E PEDRO ARCANJO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	Análise e avaliação dos efeitos após a ocupação	Maria Luiza Rabelo Dias Trindade	Docente	Discentes	2014			X
NORMAS DE DESEMPENHO EM EDIFICAÇÕES HABITACIONAIS	Análise de desempenho de edificações	Arlinda Miguel de Araújo Oliva	Docente	Discentes	2014			X
ANÁLISE ESTRUTURAL NO PROJETO DE PRODUTOS	Análise e discussão de projetos	Teresa Cristina de Farias Guimarães	Docente	Discentes	2014			X
CANUDOS E SUSTENTABILIDADE	Análise de ações e proteção ao meio ambiente	Teresa Cristina de Farias Guimarães	Docentes	Discentes	2014			X
O DESENVOLVIMENTO DE CURSO DE EXTENSÃO EM GEOTECNOLOGIAS NA UNEB: PROPOSTAS E DESAFIOS	O trabalho tem como finalidade realizar um relato de experiência vivenciada no desenvolvimento de cursos de extensão em Geotecnologias como proposta de cursos de extensão universitária.	Lázaro Nonato Vasconcelos de Andrade	Docente	Discentes	2012 a 2016		X	
PATOLOGIAS EM REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS	Conceitos e origens das principais manifestações patológicas em pavimentos flexíveis	Luiz Carlos Almeida de Andrade Fontes	Docente	Discentes	2015			X

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
EDIÇÃO DE TEXTOS MATEMÁTICOS COM O SISTEMA LATEX	Utilização e divulgação de ferramenta matemática	Adriano Pedreira Cattai	Docente	Discentes	2016			X
PATOLOGIAS EM SISTEMAS PREDIAIS DE ESGOTOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Indicar os principais conceitos pertinentes e as patologias	Luiz Carlos Almeida de Andrade Fontes	Docente	Discentes	2016		X	
DEPENDÊNCIA DAS PROPRIEDADES FÍSICAS E MECÂNICAS COM A COMPOSIÇÃO QUÍMICA PARA ALGUMAS ARGILAS DO ESTADO DA BAHIA	Estudo de parâmetros físicos e químicos de argilas	Teresa Cristina de Farias Guimarães	Docente	Discentes	2016		X	
MONITORIA DE EXTENSÃO: VII SEMINÁRIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL - SENGEF	Realização de estudo voltado para Seminário	Tania Regina Dias Silva Pereira	Docente	Discentes	2016		X	

Fonte: Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET-I

Legenda: P – Planejamento

E – Execução

C - Conclusão

Quadro 15 – Demonstrativo dos Projetos de Ensino

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Cálculo I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Luan Carvalho da S. O. Orge	Estudantes	2012			x
Cálculo II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Lezlie H. H. V. S. Fontenelle	Estudantes	2012			x
Física I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo Augusto Oliveira Ramos	Luan de Souza Farias	Estudantes	2012			X
			Victor Mendes Lopes	Estudantes	2012			x
Desenho Básico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tema Dias Silva dos Anjos	Gabriela P. Soares de Queiroz	Estudantes	2012			x
			Geovanna de Paula Menezes	Estudantes	2012			X
			Jaçanan Cerqueira Dias	Estudantes	2012			X
			João Jorge Silva Bomfim	Estudantes	2012			X
			Paloma Sampaio Moreira	Estudantes	2012			X
			Rodrigo Sena Matos Santos	Estudantes	2012			X
Física III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Ruivaldo Régis Sobral	Lezlie H. H. V. S. Fontenelle	Estudantes	2012			x
Matemática Básica	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo James de Oliveira	Ana Cândida Pinheiro Melo	Estudantes	2012			x
Álgebra Linear	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Douglas Henrique B. Nassiffe	Estudantes	2012			X
			Gabriela P. Soares de Queiroz					X
			Natália Cruz Cunha					x

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Cálculo III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Cyllus Cohen Rodrigues Júnior	Estudantes	2012			
			José Carlos Cardoso M. Júnior	Estudantes	2012			X
			Ruan Carlos Prazeres da Silva					X
			Treice Galvão Vieira					X
			Victor Mendes Lopes					x
Desenho Técnico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Gabriela P. Soares de Queiroz	Estudantes	2012			X
			Natália Cruz Cunha					X
			Ruan Carlos Prazeres da Silva					X
			Treice Galvão Vieira					x
Ergonomia	Desenvolvimento e capacitação do discente	Suzi Mariño	Lucas Lessa Vieira	Estudantes	2012			X
			Paloma Sampaio Moreira					X
			Treice Galvão Vieira					x
Física II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo Augusto Oliveira Ramos	Luan de Souza Farias	Estudantes	2012			X
			Victor Mendes Lopes					x
Física III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Ruivaldo Régis Sobral	Cyllus Cohen Rodrigues Júnior	Estudantes	2012			
			Lezllie H. H. V. S. Fontenelle	Estudantes	2012			x
Algebra Linear	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Gabriela P. Soares de Queiroz	Estudantes	2013			x
Cálculo I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Jaçanan Cerqueira Dias	Estudantes	2013			x
			Lorena Alves da Silva Souto	Estudantes	2013			x
			Lucas Sales Ferreira	Estudantes	2013			x
			Vanessa Gomes Quintiliano de Souza	Estudantes	2013			x

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Cálculo II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Natália Cruz Cunha	Estudantes	2013			x
Cálculo III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Douglhas Henrique B. Nassiffe	Estudantes	2013			x
Desenho Básico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Manoel Marcelino de Sá Junior	Estudantes	2013			X
			Vanessa Gomes Quintiliano de Souza	Estudantes	2013			X
Física I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo Augusto Oliveira Ramos	Lorena Alves da Silva Souto	Estudantes	2013			X
Matemática Básica	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo James de Oliveira	Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo	Estudantes	2013			X
		Paulo James de Oliveira	Raíssa Santos Cardeal	Estudantes	2013			X
Química Geral	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tereza Cristina de Farias Guimarães	Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo	Estudantes	2013			X
			Lorena Alves da Silva Souto	Estudantes	2013			X
			Lucas Sales Ferreira	Estudantes	2013			X
			Vanessa Gomes Quintiliano de Souza	Estudantes	2013			x
Física III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Ruivaldo Régis Sobral	Raíssa Santos Cardeal	Estudantes	2013			X
			Vanessa Gomes Quintiliano de Souza	Estudantes	2013			x
Álgebra Linear	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Gabriela Pinheiro Soares de Queiroz	Estudantes	2014			x
Cálculo I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Magno de Oliveira Santos	Estudantes	2014			X
Cálculo II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Raíssa Santos Cardeal	Estudantes	2014			X

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Cálculo III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Natália Cruz Cunha	Estudantes	2014			X
Desenho Básico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Bruno de Menezes Sacramento	Estudantes	2014			X
			Maria de Lourdes Souza Vasconcelos	Estudantes	2014			X
Desenho de Construção Civil	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Claudiane de Sousa Monteiro	Estudantes	2014			X
			Gabriel Luan Pessoa Santos	Estudantes	2014			X
			Thiago Santos de Oliveira	Estudantes	2014			X
Física III	Desenvolvimento e capacitação do discente	Ruivaldo Régis Sobral	Vanessa Gomes Quintiliano de Souza	Estudantes	2014			X
Gerenciamento de Projetos e Contratos	Desenvolvimento e capacitação do discente	Arlinda Miguel de Araújo Oliva	Álvaro Tairone Torres Alves	Estudantes	2014			X
Química Geral	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tereza Cristina de Farias Guimarães	Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo	Estudantes	2014			X
Desenho Técnico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Anderson Argolo dos Santos	Estudantes	2014			X
			Jaçanan Cerqueira Dias	Estudantes	2014			X
			Magno de Oliveira Santos	Estudantes	2014			X
			Rodrigo Sena Matos Santos	Estudantes	2014			X
Matemática Básica	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo James de Oliveira	Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo	Estudantes	2014			X
Planejamento e Controle da Construção	Desenvolvimento e capacitação do discente	Arlinda Miguel de Araújo Oliva	Alan Costa Cezar	Estudantes	2014			x

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Física Geral e Experimental I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Walter Duarte de Araújo Filho	George Pereira da Silva Freitas	Estudantes	2015			x
Teoria das Estruturas	Desenvolvimento e capacitação do discente	Aline Passos de Azevedo	Leandro Inácio Brito de Souza	Estudantes	2015			X
			Douglhas Henrique Bittencourt Nassiffe	Estudantes	2015			X
Cálculo I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Daniel de Cerqueira Góes	Bruna Lima Santana	Estudantes	2015			X
Física Geral e Experimental II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo Ramos	Manoel Marcelino de Sá Júnior	Estudantes	2015			X
			Luísa Mirela Souza Pires	Estudantes	2015			X
Matemática Básica	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo James de Oliveira	Felipe Oliveira Araújo	Estudantes	2015			X
			Rafael Costa Pereira	Estudantes	2015			X
			Luísa Mirela Souza Pires	Estudantes	2015			X
Química Geral	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tereza Cristina de Farias Guimarães	Maurício Luís Juchum	Estudantes	2015			X
			Ayla Ribeiro Britto	Estudantes	2015			X
Desenho Técnico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Gabriel de Queiroz Guimarães	Estudantes	2015			x
			Rodrigo Sena Matos Santos	Estudantes	2015			X
Metodologia Científica e Tecnológica da Produção	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tânia Regina Dias Silva Pereira	Bruno Silva Cardoso de Oliveira	Estudantes	2015			X
			Antonio Carlos Souza Azevedo	Estudantes	2015			X
Álgebra Linear	Desenvolvimento e capacitação do discente	Adriano Pedreira Cattai	Bruna Lima Santana	Estudantes	2015			x

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Cálculo II	Desenvolvimento e capacitação do discente	Armando Luiz Andrade Peixoto	Luisa Mirela Souza Pires	Estudantes	2016			X
			Manoel Marcelino de Sá Junior	Estudantes	2016			X
			Lucas Sales ferreira	Estudantes	2016			X
Desenho Básico	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Milena Araujo Bacelar	Estudantes	2016			X
			Allana Flávia dos Santos	Estudantes	2016			X
			Julia Moreira da Silva Lessa	Estudantes	2016			X
Desenho de Construção Civil	Desenvolvimento e capacitação do discente	Telma Dias Silva dos Anjos	Gabriel Alcântara Dourado	Estudantes	2016			X
			Rodrigo Sena Matos Santos	Estudantes	2016			X
			Gabriel de Queiroz Guimarães	Estudantes	2016			X
			Raissa Santos Cardeal	Estudantes	2016			X
Matemática Básica	Desenvolvimento e capacitação do discente	Paulo de Oliveira James	Tiago Miranda Lima Gomes	Estudantes	2016			X
			Lorena Oliveira Carvalho	Estudantes	2016			X
Química Geral	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tereza Cristina de Farias Guimarães	Marcelo Augusto de Souza	Estudantes	2016			X
			Ayla Ribeiro Britto	Estudantes	2016			X
Cálculo I	Desenvolvimento e capacitação do discente	Daniel de Cerqueira Góes	Manoel Marcelino de Sá Junior	Estudantes	2016			X
			Lorena Silva Botelho	Estudantes	2016			X
			Lucas Sales Ferreira	Estudantes	2016			X
Concreto Armado	Desenvolvimento e capacitação do discente	Aline Passos de Azevedo	Christine Nunes Miranda	Estudantes	2016			X
			Rafael Costa Pereira	Estudantes	2016			X

Projeto	Objetivo	Coordenador (a)	Participação (Docentes / Discentes)	Público alvo	Período	Fase		
						P	E	C
Teoria das Estruturas	Desenvolvimento e capacitação do discente	Aline Passos de Azevedo	Raissa Santos Cardeal	Estudantes	2016			X
			Manoel Marcelino de Sá Junior	Estudantes	2016			X
			Lucas Sales Ferreira	Estudantes	2016			X
Introdução à Engenharia de Produção	Desenvolvimento e capacitação do discente	Tânia Regina Dias Silva Pereira	Gabriel Barros Rocha	Estudantes	2016			X
			Ariel da Cruz Almeida		2016			X
			Thais Calmon Amorim	Estudantes	2016			X
			Taise Santana Oliveira Santos	Estudantes	2016			X
			Lucas Sales Ferreira	Estudantes	2016			X
			Lorena Oliveira Carvalho	Estudantes	2016			x

Fonte: Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET-I

Legenda: P – Planejamento

E – Execução

C - Conclusão

3.11. QUALIDADE ACADÊMICA

A qualidade acadêmica se constitui em um processo de relevante importância dentro da construção do Curso de Engenharia de Produção Civil. Através dessa, a busca é pelo contínuo aprimoramento das práticas didáticas, objetivando a formação de profissionais cada vez melhor, mais habilitados e em melhores condições de inserção no mercado de trabalho, na formação continuada e na pesquisa.

No que refere-se à procura e evasão do Curso, os parâmetros situam-se na média nacional, onde, nota-se um valor crescente de evasão. Tratando, do Exame Nacional dos Estudantes - ENADE, correspondente ao ano de 2014 em relação às Universidades que contemplam o Curso de Engenharia Civil no Estado da Bahia, nenhum curso obteve a nota máxima, 5. Apenas a UFBA obteve nota 3, UCSAL, UNIFACS e UEFS obtiveram nota 2.

Cabe observar que o referido curso estava sendo avaliado no ENADE na área de Engenharia de Produção, enquanto, esse Curso deveria ter sido inscrito para a requerida finalidade na área de Engenharia Civil. A atual gestão do Colegiado já retificou a devida correção de área, para as avaliações futuras.

As Tabelas que se seguem ilustram diversas informações correspondentes ao curso.

Tabela 32 - Evolução do Vestibular - Relação Candidato/Vaga Engenharia de Produção Civil - Período de 2013 a 2016 - Campus I – Salvador/BA
CONCORRÊNCIA GERAL

Ano	Inscritos	Vagas	Concorrência
2013	1.900	40	47,50
2014	1.921	40	48,03
2015	2.127	40	53,18
2016	1.508	40	37,70

Fonte: SEAVI-SGC/UNEB

Tabela 33 – Vestibular - Concorrência por Opção de Inscrição

ANO	INSCRITOS NO CURSO			VAGAS			CONCORRÊNCIA		
	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE
	NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA	
2013	1.446	5	449	24	2	16	60,25	2,50	28,06
2014	1.539	2	380	24	2	16	64,13	1,00	23,75
2015	1.729	3	395	24	2	16	72,04	1,50	24,69
2016	1.167	6	335	24	2	16	48,63	3,00	20,94

Fonte: SEAVI-SGC/UNEB

Tabela 34 - Evolução do SISU - Relação Candidato/Vaga Engenharia de Produção Civil - Período de 2013 a 2016 - Campus I – Salvador/BA
CONCORRÊNCIA GERAL

Ano	Inscritos	Vagas	Concorrência
2013	2.858	10	285,80
2014	409	10	40,90
2015	412	10	41,20
2016	328	10	32,80

Fonte: SEAVI-SGC/UNEB

Tabela 35 - SISU - CONCORRÊNCIA POR OPÇÃO DE INSCRIÇÃO

ANO	INSCRITOS NO CURSO			VAGAS			CONCORRÊNCIA		
	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE	OPTANTE		NÃO OPTANTE
	NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA		NEGRO	INDÍGENA	
2013	1.957	38	863	6	1	4	326,17	38,00	215,75
2014	276	20	113	6	1	4	46,00	20,00	28,25
2015	267	17	128	6	1	4	44,50	17,00	32,00
2016	193	16	119	6	1	4	32,17	16,00	29,75

Fonte: SEAVI-SGC/UNEB

Tabela 36 - Demonstrativo da Situação Discente: Formas de Ingresso (Vespertino e Noturno) – período de 2013.1 a 2016.1

Ano	Vestibular	SISU	Portador de Diploma	Transferência Externa	Transferência Interna	Transferência Ex-Ofício	Rematrícula	Total
2013.1	34	06	00	02	00	00	00	42
2013.2	00	-	00	00	00	00	00	00
2014.1	32	07	00	02	00	00	00	41
2014.2	00	00	01	00	00	00	00	01
2015.1	45	11	00	01	00	00	00	57
2015.2	01	02	00	00	00	00	00	03
2016.1	40	11	00	03	00	00	00	54
TOTAL								

Fonte: Secretaria Geral de Cursos

Tabela 37 - Demonstrativo da Situação Discente: Formas de Saída (Vespertino e Noturno) – período de 2012.1 a 2016.1

Semestre	Concluintes	Abandonos	Transferências	Desistências Formalizadas	Cancelamentos	Total
2013.1	00	05	00	00	00	05
2013.2	11	08	00	07	00	26
2014.1	00	04	00	05	00	09
2014.2	16	06	00	05	00	27
2015.1	05	03	00	09	00	17
2015.2	16	11	00	10	00	37
2016.1	13	05	01	05	00	24
TOTAL						

Fonte: Secretaria Geral de Cursos.

**Tabela 38 - Demonstrativo do Índice de Frequência, Aprovação e Reprovação Discente
Período 2012.1 a 2016.1**

ANO/SEMESTRE	ÍNDICE DE APROVAÇÃO (IA)	ÍNDICE DE REPROVAÇÃO (IR)	ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (IF)
2013.1	79,8	20,2	93,0
2013.2	81,8	18,2	92,9
2014.1	75,1	24,9	89,6
2014.2	80,8	19,2	92,4
2015.1	74,2	25,8	88,4
2015.2	83,4	16,6	91,1
2016.1	78,4	21,6	89,9

Fonte: Secretaria Geral de Cursos

Tabela 39 – Resultados obtidos do ENADE.

CURSOS AVALIADOS	MÉDIA DA FORMAÇÃO GERAL		MÉDIA DO COMPONENTE ESPECÍFICO		MÉDIA GERAL		ENADE CONCEITO (1 A 5)	IDD ÍNDICE (-3 A 3)	IDD CONCEITO (1 A 5)
	ING	CONC	ING	CONC	ING	CONC			
2005									
Engenharia de Produção Civil	69	66.3	36.6	46.1	44.7	51.1	SC	-	-
2008**									
2011*									
Engenharia de Produção Civil		55,62		26,55		-	2	0,05	1
2014*									
Engenharia de Produção Civil		60,88*		42,08*		46,79	3	1,42	2

Fonte: INEP/MEC

*Nesse ano o Enade avaliou apenas estudantes concluintes, conforme estabelecido em norma do INEP.

**Curso não foi avaliado em 2008.

3.12. CARACTERIZAÇÃO DOCENTE

Os docentes do curso de Engenharia de Produção Civil do DCET-I tem larga experiência profissional e acadêmica o que permite a estes, trazerem para a sala de aula conhecimentos atualizados, modernas práticas embasadas nas mais sólidas e inovadoras teorias da área específica e outras correlatas.

Ressalta-se que os docentes são incentivados pelo Departamento a realizar aprimoramentos profissionais, como cursos de pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo desta forma para aperfeiçoamento do corpo docente e melhoria da qualidade do curso, isto de acordo com as políticas de capacitação docente da UNEB, como a resolução CONSU nº 462/2007, CONSU nº 368/2006 e CONSU nº 230/2003, que estabelecem respectivamente, critérios e condições para acompanhamento e controle de afastamento de docente para cursos de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado; estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho acadêmico dos docentes para fins de promoção e progressão na carreira do magistério superior e, ainda estabelece diretrizes e critérios para concessão de Licença Sabática no âmbito da Universidade, as quais, priorizam o incentivo ao aperfeiçoamento e valorização docente.

O corpo docente do colegiado de Engenharia de Produção Civil, conta com trinta e três (33) docentes, sendo que destes, dois (02) possuem pós-doutorado, nove (09) são doutores, dezesseis (16) são mestres, cinco (05) são especialistas. Vale salientar, que neste grupo, tem-se um (01) mestrando, que reafirma a política de capacitação e formação docente da UNEB, consolidada e institucionalizada, através das Resoluções citadas anteriormente.

Quanto ao regime de trabalho, nota-se que cinco docentes (15,2%) atendem ao regime de 20 horas, enquanto, dezoito docentes (54,5%) estão sob o regime de 40 horas e dez docentes (30,3%) estão no regime de Dedicção Exclusiva.

A tabela 40 apresenta o quantitativo da qualificação docente por regime de trabalho:

Tabela 40 – Resumo da Qualificação dos Docentes do Curso

Carga Horária	Docentes com Pós-Graduação																Total	
	Especialistas				Mestres				Doutores				Pós-Doutores				Nº	%
	Completo		Em Curso		Completo		Em Curso		Completo		Em Curso		Completo		Em Curso			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
20 Horas	01	3,0	00	00	02	6,1	00	00	02	6,1	00	00	00	00	00	00	05	15,2
40 Horas	03	9,1	00	00	12	36,3	01	3,0	02	6,1	00	00	00	00	00	00	18	54,5
D.E.	01	3,0	00	00	02	6,1	00	00	05	15,1	00	00	02	6,1	00	00	10	30,3
Total	05	15,1	00	00	16	48,5	01	3,0	09	27,3	00	00	02	6,1	00	00	33	100

Fonte: DCET I

Nota-se que um elemento importante da qualidade do curso, está associado ao corpo docente apresentar pós-graduação em áreas específicas do curso, fortalecendo, assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 16 – Relação dos docentes que lecionam disciplina no Curso.

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Adriano Pedreira Cattai	Álgebra Linear Cálculo I Matemática Básica	Licenciatura em Matemática / UESC/2002	Mestrado em Matemática /UFBA/2006		X		X		11	14
Aldo Lima D'Eça	Eletricidade	Engenharia Elétrica /UFBA/1979	Especialização em Planejamento e Prática de Ensino/ Faculdade de Educação da Bahia/1992		X		X		30	33
Aline Passos de Azevedo	Materiais de Construção Civil I Teoria das Estruturas Estruturas de Concreto Concreto Armado	Engenharia Civil /UFBA/1996	Mestrado em Engenharia Civil (Engenharia de Estruturas) / USP/1999		X		X		16	20
Almerinda Andréa Pontes Silva Gomes	Economia Aplicada a Produção I Economia Aplicada a Produção II	Ciências Econômicas/UFBA 1988	Mestrado em Economia/UFBA 2000		X		X		23	28
Ana Gabriela Saraiva de Aquino Lima	Materiais de Construção Civil I Estruturas de Concreto Estruturas de Madeira Estruturas Metálicas	Engenharia Civil/UFBA/1995	Mestrado em Estruturas e Construção Civil/ UNB/1998		X		X		15	17

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Arlinda Miguel de Araújo Oliva	Gerenciamento de Projetos e Contratos Gerenciamento de Obras Planejamento e Controle da Construção Qualidade e Produtividade na Construção Civil	Engenharia Civil /UFBA/1981	Doutorado em Engenharia Civil /UFSC/2009	X			X		18	33
Armando Luiz Andrade Peixoto	Matemática Básica Cálculo II Cálculo III	Licenciatura em Matemática/ UCSAL/1984	Mestrado em Matemática/ UFBA/1994		X		X		29	32
Augusto da Silva Reis	Eletricidade Fundamentos Jurídicos e Sociais	Bacharel em Direito – UFBA/1987 Economia – FACCEBA/1991 Engenheiro Eletricista – UFBA/1984 Matemática – UCSAL/1984	Especialização em Metodologia do Ensino Superior – CEPOM/1995		X		X		29	32
Autímio Batista Guimarães Filho	Metodologia Tecnológica e Científica da Produção. Tecnologia das Construções I Tecnologia das Construções II Projeto do Produto e da Fábrica	Engenharia Civil/UFBA/1990	Doutorado em Engenharia Civil /UNICAMP/2010		X		X		23	26

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Carlos Antonio Alves Queirós	Chefia e Liderança Introdução a Eng. de Produção Qualidade e Produtividade na Construção	Engenharia Civil / UFBA/1987 Economia/UCSAL/1991	Especialização em Gerenciamento da Construção Civil – UEFS/1998	X			X		22	29
Daniel de Cerqueira Góes	Cálculo I Matemática I Matemática II	Licenciatura em Matemática/ UCSAL/1982	Mestrado em Engenharia de Produção/ UFSC/2002		X		X		27	34
Djalma Tavares dos Santos	Eletricidade Estatística	Licenciatura Plena em Eletricidade/UNEB/1991 Manutenção Elétrica /Centro de Educação Tecnológica da Bahia/1985	Mestrado Profissionalizante em Pedagogia Profissional/ Instituto Superior Pedagógico/2001		X		X		29	25
Eduardo Parente Prado	Estruturas de Madeira Estruturas Metálicas Resistência dos Materiais Desenho de Construção Civil	Engenheiro Civil /UFBA/1993	Doutorado em Engenharia de Estruturas e Fundações/USP/2004 Mestrado em Engenharia de Estruturas e Fundações/USP/1998	X			X		16	23

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Evangivaldo Almeida Lima	Álgebra Linear Cálculo Numérico Pesquisa Operacional Aplicada à Produção I Pesquisa Operacional Aplicada à Produção II Computação Aplicada a Engenharia	Engenharia Elétrica /UFBA/1989	Doutorado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial/UTFPR/2007			X	X		18	27
Jorge Luiz Seriano dos Santos	Construção de Estradas e Pavimentação Topografia Técnicas e Economia de Transportes	Engenharia de Agrimensura/ EEMBA/1983 Licenciatura Plena em Construção Civil/ Centro de Educação Técnica da Bahia/1979	Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana/ UFBA/2001	X			X		34	34
José Silva	Materiais de Construção Civil II Tecnologia das Construções I Tecnologia das Construções II	Física / UFBA/1971 Engenharia Civil / UFBA/1979	Especialização em Auditoria Interna /UNEB/1995 Especialização em Programação e Metodologia Superior – UFBA/1983			X	X		30	36

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Julian Hermógenes Quezada Celedon	Cálculo Numérico Mecânica Geral Pesquisa Operacional Aplicada à Produção I	Engenharia Civil/ Universida Técnica Federico Santa Maria/ 1981	Mestrado em Geofísica/ UFBA/1997 Mestrado em Engenharia Civil/ UFRJ/1988		X		X		20	35
Lázaro Nonato Vasconcellos de Andrade	Engenharia e Meio Ambiente Fenômeno de Transportes Hidráulica Hidrologia Aplicada	Engenharia Agrônômica/ UFV/1986	Doutorado em Agronomia: Irrigação e Drenagem /USP/1998 Mestrado em Agronomia Irrigação e Drenagem/USP/1994			X	X		25	30
Luiz Carlos Almeida Andrade Fontes	Construção de Estradas e Pavimentação Mecânica dos Solos Topografia	Engenharia Civil / UFBA/1976	Mestrado em Geofísica /UFBA/1980		X		X		37	40
Marcelo Duarte Dantas de Ávila	Álgebra Linear Cálculo II Matemática Básica	Bacharel em Matemática/ UFBA/1984	Mestrado em Ensino, Historia, e Filosofia das Ciências/UFBA/2005		X		X		30	32
Maria Luiza Rabelo Dias Trindade	Físico-Química I Físico-Química II Fenômeno de Transportes Hidráulica Química Geral	Química Aplicada/UNEB/1981 Engenharia Química/ UFBA/1986 Engenharia Civil/UCSAL/1987 Psicologia/UFBA/2003 Filosofia/FSBB/2012	Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/UFBA/2013 Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana/UFBA/2007			X	X		28	30

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Nélia Lima Machado	Saneamento Saneamento Básico	Engenharia Sanitária /UFBA/1989	Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana/UFBA/2002			X	X		22	24
Paulo Augusto Oliveira Ramos	Física Geral e Experimental I Física Geral e Experimental II Física Geral e Experimental III	Física / UFBA/1982	Mestrado em andamento em Geofísica/ UFBA/ Especialização em Tecnologias Digitais com ênfase em Design Instrucional / SENAI-DR-BA/2003		X		X		27	34
Paulo Cesar Burgos	Fundações, Mecânica dos Solos e Tecnologia das Construções III	Licenciatura Plena em Construção Civil – UNEB/1994	Mestrado em Geotecnia – Universidade de São Paulo/1997	X			X		20	22
Paulo James de Oliveira	Matemática Básica	Bacharelado em Física UFBA/1993 Licenciatura em Eletricidade / UNEB/1988	Doutorado em Engenharia Elétrica /UNICAMP/2003		-	X	X		24	28
Rosana Leal Simões de Freitas	Administração de Materiais Administração de Recursos Humanos Planejamento e Controle da Construção	Engenharia Civil /UFBA/1988	Mestrado em Análise Regional – UNIFACS/2004		X		X		16	28

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Ruivaldo Regis Sobral	Física II Física IV Física Geral e Experimental I Física Geral e Experimental III	Física/ UFBA/1980	Pós-Doutorado/Centre Nacional de la Recherche Scientifique - Laboratoire Louis Néel/1997 Doutorado em Física UFRJ/1990			X	X		31	36
Sérgio Ricardo Xavier da Silva	Auditoria de Sistemas Informática Aplicada a Engenharia Cálculo Numérico	Licenciatura em Física / UESC/2000	Mestrado em Mecatrônica/UFBA/2011		X		X		12	16
Sérvulo José Magalhães Barros	Estágio Supervisionado Tecnologia das Construções III	Engenharia Civil /UFBA/1980	Especialização em Engenharia Econômica /Estácio de Sá-RS/1986		X		X		35	36
Tânia Regina Dias Silva Pereira	Estágio Supervisionado Introdução a Engenharia de Produção Metodologia Científica e Tecnológica da Produção	Licenciatura Plena em Construção Civil /UNEB/1983 Licenciatura Plena em Eletricidade/UNEB/1986 Engenharia Civil /UCSAL/1991	Doutorado em Educação e Contemporaneidade/UNEB/2014 Mestrado em Administração de Empresas e Comércio Internacional/Universidade de Extremadura/2002; Mestrado em Pedagogia Profissional / ISPETP-CUBA/2001		X		X		27	33

Docente	Componente Curricular que Leciona	Qualificação		Regime de Trabalho			Forma de Ingresso		Experiência Docente (em anos)	Experiência Profissional (em anos)
		Graduação	Pós-Graduação	20H	40H	D.E	C	S		
Telma Dias Silva dos Anjos	Desenho Básico Desenho Técnico Desenho de Construção Civil	Licenciatura em Desenho e Plástica /UFBA/1996 Licenciatura em Eletricidade /UNEB/1992	Mestrado em Administração de Empresas e Comércio Internacional – Univerdade de Extremadura/2002			X	X		17	30
Tereza Cristina Farias Guimarães	Química Geral	Engenharia Química Industrial /UFBA/1979	Pós-Doutorado/Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/1999 Doutorado em Química /UFPE/1998			X	X		27	34
Walter Duarte de Araújo Filho	Física Geral e Experimental I Física Geral e Experimental II	Bacharelado em Física / UFBA/1981	Doutorado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial/UTFPR/2013 Mestrado em Ensino de Ciências (modalidades física, química e biologia) / USP/1998			X	X		27	33

3.12.1. Regime de Trabalho e Plano de Carreira

O trabalho docente da Universidade do Estado da Bahia é regido pela Lei nº 8.352/02 - Estatuto do Magistério, Capítulo V, Art. 16 ao 21. De acordo com essa lei, o docente pode ter sua carga horária de trabalho, assim distribuída:

- a) **Professor de 20 horas:** tempo mínimo e máximo em sala de aula, oito e dez horas semanais, respectivamente.
- b) **Professor de 40 horas:** tempo mínimo e máximo em sala de aula, doze e dezesseis horas semanais, respectivamente.
- c) **Professor de Dedicção Exclusiva:** cumprimento da mesma carga horária do professor de 40 horas, caso não esteja desenvolvendo atividades de pesquisa. Esta carga horária ainda poderá ser reduzida para o mínimo de oito horas semanais, se comprovada a realização de pesquisa ou extensão, com liberação do Departamento ao qual o professor está vinculado.

Através de concurso público, os professores ingressam no quadro de docentes da Universidade, nas condições prescritas pelo Estatuto do Magistério, em seu cap. IV, artigos 9 a 10, o que é fielmente seguido pela UNEB.